

5S

10S

15S

20S

RUA LARGA

REVISTA DA REITORIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

• U



C •

S U M Á R I O

4 • Quatro notas soltas que o futuro há-de juntar • Fernando Seabra Santos

REITORIA EM MOVIMENTO

6 • Investigação científica na UC • João Carlos Marques

8 • Do Mar ao Sol: a IX Semana Cultural da UC • João Gouveia Monteiro

OFICINA DOS SABERES

A c t u a l

13 • O Sol em 2007: Ano Internacional da Heliofísica • João Fernandes

14 • Comemorar o Sol: conhecer melhor o mundo • Dalmiro Maia

17 • Transnatural: arte e ciência no Jardim Botânico • Paulo Bernaschina

18 • As minas e os homens: leitura interdisciplinar • João Paulo Avelãs Nunes

19 • Oficina de Poesia: dez anos de escrita criativa • Graça Capinha

20 • Encontro do Livro Universitário: uma mostra para vencer fronteiras

21 • Intervenção arqueológica no Colégio da Trindade • Sónia Filipe

I m p r e s s õ e s

26 • Intermitências da Arte Pública em Portugal • António Barros

30 • Tempo e línguas • Adelaide Chichorro Ferreira

33 • Arqueologia, Ciência e Cultura • Vasco Gil Mantas

34 • A vegetação metálica de Isaac Newton • A. M. Amorim da Costa

36 • Dulceina ou a última aventura de Henrique Galvão • Sérgio Neto

B r e v e s

R i b a l t a

39 • Instituto Geofísico da UC

41 • Centro de Línguas da FLUC

42 • Centro de Estudos Biocinéticos

44 • Grupo de Estudos e Pesquisas Subaquáticas

46 • Teatro Aveirense

C i ê n c i a R e f l e c t i d a

48 • Células estaminais: plasticidade e contexto • João Ramalho Santos

A O L A R G O

E n t r e v i s t a

51 • Teolinda Gersão: “O escritor é considerado como um luxo e não uma necessidade”

V i s i t a G u i a d a

56 • Candidatura a Património Mundial • José António Bandeirinha

C r ó n i c a

60 • No Rio • Carlos Fiolhais

R e t r a t o d e C o r p o I n t e i r o

62 • Manuel Portela: <http://www.na-mente-de-um-ciberpoeta.com>

C r i a ç ã o L i t e r á r i a

67 • Três poemas inéditos de António Ramos Rosa

O L u g a r d o s L i v r o s

As imagens das páginas 5 e 25 são fotografias de João Armando Ribeiro, numa leitura da instalação *Fundação* de Pedro Cabrita Reis, Centro de Arte Moderna – Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2006.

QUATRO NOTAS SOLTAS QUE O FUTURO HÁ-DE JUNTAR

FERNANDO SEABRA SANTOS*

1 • O final do ano de 2006 foi um momento charneira para a Universidade de Coimbra. Em sete plenários do Senado, foram aprovadas mais de 130 adequações de cursos no âmbito do processo de Bolonha, cada uma delas discutida previamente e votada em pelo menos seis instâncias diferentes de decisão. O processo de avaliação pela EAU conheceu desenvolvimentos importantes, com o envio do nosso relatório e a primeira visita a Coimbra da comissão externa. Discutíveis e controversos, na forma e no conteúdo, os relatórios da ENQA e da OCDE que o Governo encomendou há mais de um ano foram finalmente apresentados. O computador científico português com mais poder de cálculo foi inaugurado no nosso Departamento de Física. No mesmo dia, abria ao público o Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, consagrando a adequação de uma estratégia de agregação de meios e de criação de dimensão, igualmente já aprovada para as bibliotecas.

2 • Muitas das previsíveis (e necessárias) reformas que esperam o sistema português de ensino superior durante os próximos anos respondem a esta mesma lógica e podem, portanto, arrumar-se dentro de uma mesma categoria: a necessidade de criar dimensão. A descentralização da gestão, potencialmente benéfica porque geradora de novas dinâmicas, mais ligeiras e libertadas do escrutínio dos órgãos centrais de decisão, não foi sempre acompanhada pela definição de um quadro de funcionamento articulado e coordenado entre as partes, conduzindo à excessiva departamentalização da vida universitária, à replicação fractal de poderes democráticos a escalas por vezes bastante reduzidas, à excessiva redundância de serviços similares, ao desperdício de recursos humanos, financeiros, bibliográficos e infra-estruturais. No plano nacional e internacional, a reorganização da rede de instituições, o ordenamento da oferta educativa e a constituição das chamadas “universidades de investigação” são três dos vários dossiês cujo sucesso depende da mesma capacidade de criar massa-crítica.

3 • Há trinta anos, o fim de um regime autocrático e centralizador, que nomeava reitores e concentrava nos directores de faculdade o poder de decisão interna sobre praticamente todas as matérias, foi marcado na universidade portuguesa por uma reacção de idêntica intensidade e de sinal contrário (como mandam as leis da Física). Em jeito de onda elástica, com uma breve passagem de alguns meses pela fase do “todo o poder às RGA”, o novo modelo viria a estabilizar, logo em 1976, através do chamado Decreto Cardia, em boa parte retomado pela Lei da Autonomia de 1988, que visava garantir a representação de todos os universitários no processo de tomada de decisão. Fortemente contestado à época, porque limitativo da participação directa, o conceito marcou a nossa geração de gestores universitários, permitiu responder às exigências do tempo e assegurou, em conjunto com o Estatuto da Carreira Docente de 1979, um período de estabilidade e crescimento cujos resultados podem ser avaliados a partir de dois indicadores objectivos: a decuplicação do número de estudantes de graduação e a criação de um sistema científico nacional composto por mais de quatrocentas unidades de investigação avaliadas por critérios internacionais, das quais saem anualmente cerca de mil novos doutorados.

4 • É bom lembrar estes factos no momento em que, ao que tudo indica, o ciclo está a chegar ao fim. Pela aparência, o Ano Novo vem todo ele sedento de mudança, à procura de um novo patamar de estabilidade. Mas para reformar não é necessário destruir. Analisar desapaixonadamente a realidade, aprofundar o que está bem e aliviar as restrições detectadas, é uma atitude muito mais sensata e eficiente do que deitar abaixo e começar de novo. Por entre o coro de desgraças e sem desvalorizar a necessidade de reformas, reconhecer os êxitos da universidade portuguesa no último quartel do século XX não só é de justiça como pode ajudar-nos a não cometer erros, faz bem ao ego e não dói nada.

* Reitor da Universidade de Coimbra



reitoria em movimento

No novo contexto do ensino superior europeu, envolvendo a implementação dos conceitos e princípios de Bolonha, a capacidade das universidades para atrair bons estudantes, de graduação e de pós-graduação, passará pela sua imagem de qualidade. As melhores universidades, as de nível internacional, serão “universidades de investigação”. Para a Universidade de Coimbra (UC), este não poderá, pois, deixar de ser um objectivo estratégico. Tal implicará: a) maior investimento, difícil num quadro de contracção orçamental; b) melhor organização e articulação, numa escola caracterizada por um elevado grau de descentralização da decisão e, sobretudo, da informação; c) mudança de atitude, reflectida em maior exigência quanto à iniciativa e ao desempenho científico de docentes e de investigadores.

Caracterizemos, em traços largos, a actual situação:

- 51 unidades de investigação da UC, integrando cerca de mil investigadores doutorados, são regularmente alvo de avaliação (FCT), tendo 32 (63%) sido classificadas com *Muito Bom* ou *Excelente*. As unidades avaliadas encontram-se representadas no Instituto de Investigação Interdisciplinar (III), criado em 2001 por iniciativa da Reitoria e aprovado como Unidade Orgânica da Universidade em 2003, o que constituiu uma iniciativa estratégica de grande visão com amplos potenciais por explorar;
- ainda em 2003, foi criado o Gabinete de Apoio às Transferências do Saber (GATS), através do qual a UC procura dinamizar a sua ligação à comunidade e ao mundo empresarial;
- os investigadores da UC, em geral, são activos na captação de projectos de investigação e de prestação de serviços, através dos quais, em grande medida, se realiza a participação dos universitários e do saber universitário no desenvolvimento cultural, económico e social do país;
- apesar do seu potencial, a UC evidencia dificuldades na definição de estratégias e uma deficiente coordenação

interna da sua I&D, o que torna difícil organizar e apoiar projectos institucionais e articular as iniciativas sectoriais e individuais surgidas;

- apesar dos esforços desenvolvidos pela estrutura central e pelas faculdades, é ainda evidente a falta de agilidade administrativa, aliás propiciada pela legislação em vigor e pela “má qualidade” intrínseca das verbas atribuídas a I&D (FEDER, em grande proporção). Tal contribui para que muitos docentes e investigadores prossigam as suas actividades de investigação através de Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos (IPSFL), por vezes com estatuto de utilidade pública, as quais, quase sempre, contam com a UC ou com alguma das suas faculdades entre os seus associados;
- como instrumento de apoio à investigação científica e às demais actividades universitárias, será necessário, a prazo, proceder à reorganização e reestruturação das bibliotecas da UC, visando melhorar serviços prestados, nomeadamente em termos de informatização e acesso.

ACTUAÇÃO DA REITORIA EM 2004-2006

Por onde começar? Foram desenvolvidas cinco acções estruturantes, ajustadas à parcimónia dos recursos disponíveis:

- Reforço do Instituto de Investigação Interdisciplinar (III): procurou-se dotar o III de uma plataforma de gestão mais vocacionada para projectos de investigação, encorajando simultaneamente uma actuação concertada e complementar do III e do GATS, traduzida na captação de diversos projectos de prestação de serviços importantes.
- Relações com as IPSFL: sendo reconhecido que as IPSFL prosseguem os objectivos estatutários da própria UC, representando uma interface valiosa,

procurou-se aperfeiçoar as suas relações institucionais, tendo um conjunto de princípios orientadores, dos quais resultaram protocolos, sido aprovado pelo Senado em 2005.

- Bibliotecas: foi essencial a adesão da Universidade de Coimbra à *B-On*. Foi também preparado um relatório relativo à reestruturação e reorganização das bibliotecas da UC, cuja elaboração foi complexa e não isenta de polémicas. Este relatório, que se pretende seja um instrumento de trabalho para o futuro, foi discutido e aprovado pelo Senado em Julho de 2006.

- Enquadramento dos bolseiros de pós-doutoramento na UC: os investigadores pós-doutorados na UC, cuja actividade é da maior importância, encontravam-se, regra geral, numa situação de inexistência de qualquer vínculo institucional, determinada pelo facto de desenvolverem investigação por projecto, temporária e, essencialmente, ligada a um centro ou unidade de investigação da UC. Aliás, esta desconhecia ou desconhece ainda, em muitos casos, o número destes investigadores integrados nas unidades de I&D, os projectos que desenvolvem e o seu período de permanência. Foi, por isso, elaborada pela Reitoria uma proposta de enquadramento regulamentar dos investigadores pós-doutorados, aprovada pelo Senado em Julho de 2006.

- Projectos de investigação e bolsas de doutoramento: com recurso a verbas do fundo de investimento da UC foram lançadas, a partir de 2005, duas acções importantes:

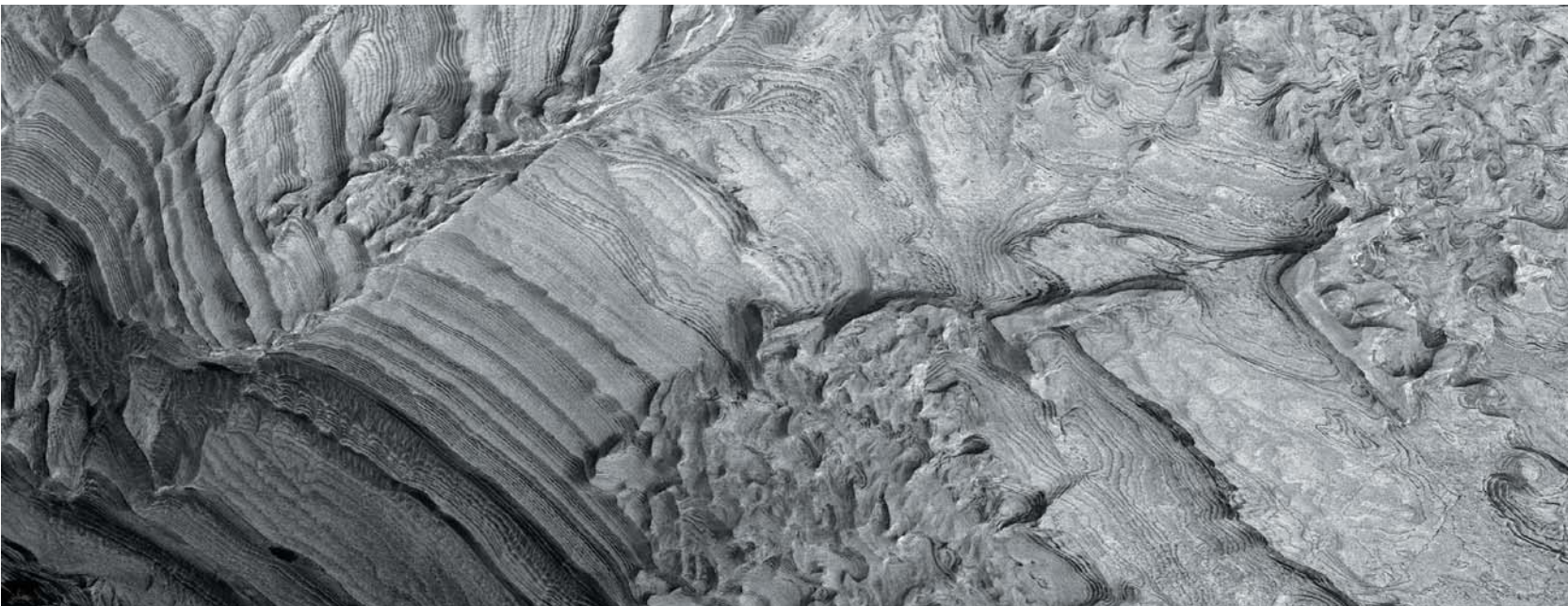
- a) concurso interno para financiamento de pequenos projectos de investigação em áreas interdisciplinares, visando potenciar a produção de primeiros resultados por jovens investigadores para posterior candidatura a outras fontes de financiamento;

- b) concurso para concessão de bolsas de doutoramento, em número de dez por ano, enquadradas pelo Regulamento de Bolsas da UC, aprovado pelo Senado em 2005.

É ainda cedo para avaliar o efeito destas acções, faltando aliás implementar algumas das propostas aprovadas. Na verdade, trata-se apenas do início de um processo de mudança. De facto, para que a UC possa vir a ser reconhecida como “universidade de investigação”, o seu compromisso com a I&D terá de ser interiorizado como uma estratégia de longo prazo.

* Vice-Reitor para a Investigação Científica

Missão *Mars Global Surveyor*, 2006



A Universidade de Coimbra vai realizar, entre 1 e 10 de Março de 2007, a sua *IX Semana Cultural*. Depois do mar de boas surpresas que foi a edição do ano anterior, teremos agora o *Sol*. Mais exactamente, “O ambiente e os direitos humanos no Ano Internacional do Sol”. Porque, efectivamente, 2007 será – já está a ser – o *Ano Heliofísico Internacional*. E o Sol é luz, é imagem, é energia, é ambiente. Mas também é, numa acepção mais metafórica, calor humano, solidariedade, voluntariado, cidadania. Daí também que o grande evento cultural da UC (e da própria cidade de Coimbra) em 2007 seja acompanhado de um ante-título literário, nome de um poema e de um belo livro de António Ramos Rosa publicado pela Ulisseia em 1966: “Estou vivo e escrevo sol”.

Nas suas linhas gerais, a *IX Semana Cultural da UC* respeita o perfil das edições anteriores, em particular do “De Mar a Mar” (Março de 2006):

- duração alargada (10 dias);
- grande envolvimento de toda a UC (Faculdades, Biblioteca Geral, Arquivo, Jardim Botânico, Casa do Pessoal, secções do Museu da Ciência);
- participação forte da comunidade estudantil (secções culturais da AAC, organismos autónomos, núcleos de estudantes, Fórum das Associações de Estudantes e Investigadores dos Países da CPLP);
- abertura cada vez maior a instituições – sobretudo culturais – não universitárias (Teatrão, Camaleão, Encerrado para Obras, Exploratório Infante D. Henrique, Museu Nacional de Machado de Castro, Orquestra Clássica do Centro, Escola Universitária das Artes de Coimbra, Ordem dos Farmacêuticos, Associação Humana Global, Movimento dos Focolares);
- programação rica e muito variada (teatro, cinema, música, dança, artes plásticas, conferências, leituras de

poesia, *workshops*, mesas-redondas, ateliês, colóquios, exposições, concursos, visitas de estudo, observações científicas, mas também festa, artesanato, gastronomia), para todos os tipos de público (da infância à idade dourada);

- cobertura geográfica bastante ampla, que incluirá não só a cidade de Coimbra (em múltiplos palcos), mas também Aveiro (Teatro Aveirense), Ílhavo (Museu da Vista Alegre, Capela de Nossa Senhora da Penha, pôr-do-sol a bordo do navio-museu “Santo André”), Cantanhede (Museu da Pedra) e Alcobaca (Gabinete da UC), já para não falar numa visita ao património arquitectónico do “torna-viagem” no Norte do país;
- celebração do (717º) aniversário da UC, através da realização do Dia Aberto, na manhã de 1 de Março de 2007. Da parte da tarde, terá lugar a habitual sessão solene no Auditório da Reitoria, cujo programa incluirá a entrega do “Prémio Universidade de Coimbra” (a uma personalidade escolhida pelo júri reunido em S. Marcos em 24 de Janeiro) e onde esperamos poder contar com a presença da Senhora Ministra da Cultura.

ANTECIPAÇÃO DO PROGRAMA

Assim, entre 1 e 10 de Março de 2007, em perto de 100 iniciativas, o Sol, o Ambiente e os Direitos Humanos serão recordados, e comemorados, pela Universidade de Coimbra, de uma forma criativa e original, num projecto que constará do programa oficial das comemorações do *Ano Heliofísico Internacional*. A Reitoria da UC, que como sempre coordena todo este evento, fará chegar oportunamente a toda a comunidade o programa integral e detalhado da sua *IX Semana Cultural*. Mas este número da *Rua Larga* apresenta já alguns

trabalhos alusivos ao tema central do evento, incluindo textos explicativos do projecto e do programa do *Ano Heliográfico Internacional*, e até, facto de que nos orgulhamos, três poemas inéditos de António Ramos Rosa, um deles intitulado “O Sol” e através do respectivo manuscrito.

A Reitoria da UC agradece, sentida, a todos quantos se empenharam na preparação do “Estou vivo e escrevo sol” e apela à participação de todos nas múltiplas iniciativas do programa da sua *IX Semana Cultural*. Se em 2006 perto de 15 mil pessoas aderiram à nossa proposta, poderemos este ano chegar um pouco mais longe.

Uma palavra final para agradecer também às entidades que, através dos seus patrocínios, viabilizaram o nosso projecto. Antes de mais, e para apenas citar os apoios principais, o Ministério da Cultura – o nosso grande parceiro na edição deste ano; mas também o Ministério do Ambiente, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (através do programa “Ciência Viva”, assim o esperamos), o Ministério dos Negócios Estrangeiros (através do IPAD) e, *last but not least*, a Caixa Geral de Depósitos.

* Pró-Reitor para a Cultura

D E S T A Q U E S

1 de Março, Auditório da Reitoria, 14h30: sessão comemorativa do 717º aniversário da UC (inclui a entrega do Prémio UC) • **1 de Março**, TAGV, 21h30: Espectáculo de aniversário da UC • **3 de Março** (sábado): 15h30: visita ao Museu/loja da Vista Alegre, em Ílhavo; 21h30: espectáculo no Teatro Aveirense (Aveiro). Inscrições: prcultura@ci.uc.pt; 239-859-814/23 (até 15 de Fevereiro) • **5 de Março** (BGUC, 17h30): homenagem a António Ramos Rosa • **1 a 10 de Março**: ciclo de cinema “Humano & Global”.





oficina
Dos Saberes





O SOL EM 2007 ANO INTERNACIONAL DA HELIOFÍSICA

Com mais ou menos conhecimentos técnicos e científicos, não é difícil a cada um de nós admitir a importância do Sol na evolução da Terra e em toda a Vida que ela comporta. Esta importância materializa-se em várias dimensões: desde os aspectos mais evidentes, como os da iluminação e do aquecimento, até aos pormenores mais finos, como a influência das partículas emanadas do Sol (que constituem o vento solar) nos circuitos electrónicos de alguns satélites, provocando danos inconvenientes nos aparelhos. Este tipo de efeitos levou à criação de uma das mais proeminentes áreas científicas dos últimos anos: *Space Weather* (em tradução livre, *Climatologia Espacial*).

O que é o *Space Weather*? Permita-me o leitor dar a resposta em língua inglesa para evitar desvios do sentido, provocados por uma eventual tradução deficiente. *The term space weather generally refers to conditions on the Sun and in the solar wind, magnetosphere, ionosphere, and thermosphere that can influence the performance and reliability of space-borne and ground-based technological systems and can endanger human life or health* ("Space Weather", ed. Paul Song, *et alii*, 2001).

Por outro lado, são conhecidos os efeitos do vento solar noutros planetas que não a Terra. Por exemplo, em Junho de 2001, o *Very Large Telescope* (Observatório Europeu do Sul, Chile) revelou a existência de auroras boreais nas regiões polares de Júpiter; em tudo semelhante ao que se passa na Terra. Há ainda evidências observacionais (por exemplo mostradas pela sonda *Voyager 1*) de que a influência do vento solar se faz sentir muito para lá de Plutão.

HELIOFERA OU O REINO DO SOL

Fruto destes resultados, "nasce" o conceito de *heliosfera*, uma enorme região que envolve todo o sistema solar; o vento solar e o campo magnético do Sol. A Heliofísica é, então, a área do saber que se ocupa do estudo das interações entre o Sol, os planetas e o espaço interplanetário.

Reconhecendo a importância do assunto, e com o envolvimento maior da Organização das Nações Unidas, foi proposto que 2007 fosse consagrado como o *Ano Heliofísico Internacional*, ou simplesmente o *Ano Internacional do Sol*.

À escala planetária, estão já em marcha as mais diversas iniciativas que visam fazer cumprir estes objectivos. No portal <http://ihy2007.org/> pode ser encontrada toda a informação actualizada das várias acções e actividades a realizar no âmbito do *Ano Heliofísico Internacional*.

O SOL E A UC

Curiosamente, o estudo do Sol está indelevelmente ligado à nossa Universidade. Em Julho de 1925, realizou-se em Cambridge a 2ª Assembleia Geral da União Astronómica Internacional. Pode ler-se nas actas da reunião que *Coimbra, Portugal, has installed a spectroheliograph and plans to add direct photography and spectroscopic work*. Este anúncio foi feito por Francisco Costa Lobo, Professor da Universidade de Coimbra e Director do Observatório Astronómico, e foi o resultado de um incessante trabalho iniciado em 1907. Nesse ano, Costa Lobo visitou os principais observatórios da Europa, com o propósito de conseguir para o Observatório Astronómico de Coimbra a instalação de um aparelho para a observação solar: o espectroheliógrafo. Trata-se de um instrumento que permite a obtenção de imagens (fotográficas) solares, usando zonas específicas do espectro do Sol.

Desde esses idos tempos até aos dias de hoje mantém-se, em Coimbra, um serviço diário de observações solares, apenas interrompido pelos dias de nuvens ou pelos períodos conturbados da nossa história mundial, como foi o caso da II Grande Guerra, devido à dificuldade na obtenção do suporte fotográfico necessário às observações.

Hoje, o Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra possui um espólio de imagens solares que ultrapassa as 30 mil, estando uma parte delas já em formato digital e disponível na *World Wide Web* (no sítio do Observatório Astronómico: www.mat.uc.pt/~obsv). Para lá do acervo de imagens em si, estas têm sido alvo de utilização científica em colaborações entre o Observatório de Coimbra e várias instituições a nível mundial, de que são exemplos o Observatório de Paris (França), o Observatório de Ondrejov (República Checa) e o *Goddard Space Flight Center* – NASA (EUA). Mais recentemente, têm sido vários os melhoramentos técnicos e científicos introduzidos na aquisição e tratamento das imagens solares que permitem projectar no futuro este serviço de observação astronómica, único em Portugal e não facilmente igualável (pelo sua extensão) noutros países. Assim, o ano de 2007 dedicado ao Sol tem, de permeio, muito a ver com a investigação que se faz na Universidade de Coimbra há 80 anos. O tema da Semana Cultural de 2007 escolhido pela Reitoria não podia, pois, ser mais oportuno.

JOÃO FERNANDES
Departamento de Matemática da FCTUC
Observatório Astronómico da UC

CELEBRAR O SOL CONHECER MELHOR O MUNDO

O *Ano Heliográfico Internacional* (AHI) é uma iniciativa, preparada sob a égide da Organização das Nações Unidas, que se destina a promover a colaboração internacional sobre os temas ligados à Física Solar, da Heliosfera e das magnetosferas planetárias. A Humanidade estende neste momento a sua presença, através do envio de sondas espaciais, a outros sistemas planetários. Uma das *Voyagers* atravessou já uma das barreiras da Heliosfera, o *Choque da Terminação*, e aproxima-se da Heliopausa. Este domínio muito vasto, que se estende para lá da vizinhança imediata do planeta Terra, e o aproximar de uma nova fronteira, o espaço interestelar, está bem patente nos motivos e no programa estabelecido para o AHI.

Os três objectivos principais do Ano Heliográfico Internacional são os seguintes: continuar a tradição de pesquisa internacional e avançar o legado do quinquagésimo aniversário do primeiro *Ano Geográfico Internacional* (AGI); avançar a nossa compreensão dos processos heliográficos que governam o Sol, a Terra, e a Heliosfera; mostrar a beleza, relevância e significado das ciências da Terra e do Espaço para o Mundo.

Estes três objectivos estabelecem as prioridades do AHI. O primeiro refere-se ao compromisso de preservar a história e o legado do *Ano Geográfico Internacional* e à cooperação com outros programas do AGI. O segundo objectivo foca as actividades científicas. O terceiro recorda-nos a extraordinária oportunidade do evento para a divulgação e a educação.

O *Ano Heliográfico Internacional* baseia-se no sucesso de anos internacionais precedentes, os *Anos Polares Internacionais* de 1883 e 1933 e o *Ano Geográfico Internacional* de 1957. Uma parte importante do AHI consiste em homenagear os cientistas e exploradores que participaram no Ano Geográfico Internacional, 50 anos atrás, numa iniciativa designada *Programa de Ouro do Ano Geográfico Internacional*. Esse *Programa de Ouro* visa, entre outras coisas, identificar e reconhecer os que planearam e participaram no primeiro AGI, preservar memórias, artigos, fotografias, e todos os adereços com significado histórico do *Ano Geográfico Internacional*. O objectivo primordial é fazer com que esses adereços estejam à disposição de historiadores e de investigadores e, ao mesmo tempo, divulgar junto do grande público a História da Geografia e das actividades que decorreram em 1957.

DESTAQUES DO PROGRAMA DO AHI

As iniciativas científicas no âmbito do Ano Heliográfico Internacional são muitas e variadas. Cientistas de várias disciplinas irão participar numa variedade de programas de investigação coordenados no AHI,

os quais levarão a um conhecimento mais completo dos processos heliográficos. Esses temas vão desde o estudo de processos universais à determinação da resposta das magnetosferas terrestres e planetárias a perturbações externas, e mesmo ao clima terrestre. Uma actividade enquadrada no âmbito da ciência é o *Programa de Desenvolvimento de Observatórios*. Este programa tem como objectivo a transferência de equipamentos existentes ou, nalguns casos, a colocação de equipamentos novos, em nações em vias de desenvolvimento. A transferência de equipamentos já está a decorrer e irá continuar para lá de 2007, pelo menos durante o ano de 2008.

Os aspectos de divulgação do *Ano Heliográfico Internacional* são primordiais para o seu sucesso. O programa de difusão estabelecido tem por objectivos não só promover o conhecimento do sistema solar e o progresso da exploração científica junto da população mundial, mas também inspirar a próxima geração de cientistas e de exploradores da Terra e do Espaço que a rodeia. O AHI é uma iniciativa global e o programa das várias actividades de divulgação é desenvolvido em conjunto com as Nações Unidas. Uma fracção significativa do esforço de organização do evento tem sido dedicada à tradução e adaptação de recursos existentes para o maior número possível de línguas. O resultado esperado desse trabalho é tornar a Heliografia acessível a todos os habitantes do mundo. Esse esforço tem vindo a ser desenvolvido também em Portugal, e estão planeadas uma grande variedade de actividades de educação e divulgação relacionadas com as ciências da Terra e do Espaço para celebrar o *Ano Heliográfico Internacional* em 2007. Existe, no entanto, ainda a possibilidade de desenvolver parcerias entre programas existentes e actividades que alargam o seu âmbito e impacto por forma a que possam ser incluídos na celebração do AHI, aumentando dessa forma a sua visibilidade e o seu alcance educativo.

As actividades do *Ano Heliográfico* em Portugal estão a ser coordenadas no Observatório Astronómico Professor Manuel de Barros, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. O coordenador nacional pode ser contactado para assuntos referentes ao AHI por quaisquer entidades interessadas em participar nesta iniciativa em Portugal, através do e-mail ihy@fc.up.pt.

DALMIRO MAIA
Coordenador Nacional do Ano Heliográfico Internacional





TRANSNATURAL ARTE E CIÊNCIA NO JARDIM BOTÂNICO

Um museu é um livro sempre aberto, no qual o observador se instrui com prazer, e facilidade...

Vandelli

O *Transnatural* é um projecto pluridisciplinar sobre o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra. Esta iniciativa consubstancia-se numa exposição e edição que poderá ser visitada no Museu Botânico, durante todo o mês de Janeiro.

Com uma metodologia que associa conteúdos de índole arquivista com trabalhos de autor em áreas transversais às ciências e às artes, é proposto um itinerário programático que articula as actuais valências científicas, artísticas e culturais inscritas neste espaço de excepção. Percorrendo as áreas de ensaística, literatura, artes plásticas, vídeo e fotografia, perspectivou-se uma linha de narrativa *Transnatural*, na qual arte e ciência, homem e natureza se reconciliam.

Em Agosto de 2004, ainda sob a designação de *Transnatural(L)* iniciou-se um ciclo de programação de cinema no Jardim Botânico. Tal iniciativa elegeu a temática da *paisagem* no cinema experimental americano. Tendo como pano de fundo as características morfológicas deste lugar; delineou-se um conceito programático que aliou os conteúdos cinematográficos à paisagem do Jardim. A abordagem proposta traduziu-se numa programação simbiótica que explorou, de modo diverso, as formas de representar no cinema, as diferentes temporalidades da paisagem, a mudança das estações, a influência da meteorologia e as flutuações subjectivas da percepção dos fenómenos sensíveis da natureza.

As subsequentes edições, em 2005 e 2006, estreitaram esse vínculo ao espaço botânico, passando a incluir na sua programação trabalhos realizados em formato de vídeo, desenvolvendo a encomenda de trabalhos inéditos realizados no próprio Jardim Botânico. Algumas destas obras são hoje parte integrante do *Transnatural*, concorrendo para

uma substancial coincidência com o seu património cultural e natural, de que o Jardim Botânico de Coimbra é simultaneamente ponto de partida e horizonte de significação de cada obra enunciada.

UM PROJECTO QUE IMPLICA UM MÉTODO

O método *Transnatural* converge para a realização de trabalhos sobre a Universidade de Coimbra, envolvendo os seus agentes, os seus espólios, as suas memórias, conjugando parcerias institucionais com entidades exteriores ao meio universitário, das quais se salientam a Cinemateca Portuguesa, o Centro Português de Fotografia, o Estabelecimento Prisional de Coimbra, a Artez, a Fila K e o Videolab. Esta sinergia gerou vontades e saberes impulsionadores de acções multidisciplinares cujo espectro se traduziu na intervenção da Cinemateca Portuguesa com o trabalho de restauro e conservação do filme *Missão Académica a Angola* (1929), de Luís Carriso; na realização do projecto de retratos fotográficos *Massa Cinzenta*; e na extensão da programação de cinema *Transnatural* ao Estabelecimento Prisional de Coimbra. Vestígios de uma transnaturalidade solidária e intrinsecamente comprometida na valoração do seu património, da sua memória.

A riqueza histórica e científica do Jardim Botânico, sublinhada neste projecto, pode ser apreciada na exposição e edição *Transnatural* patente no Museu Botânico.

O carácter transdisciplinar, resultante dos diversos contributos científicos e artísticos e a forma inovadora como estes conteúdos se apresentam, estimulam a visita de públicos diferenciados.

PAULO BERNASCHINA
Jardim Botânico

Ensaística:

Uma releitura de Jorge Luís Borges e de Michel Polanyi, a propósito de uma reconstrução epistemológica entre arte e ciência - Sebastião J. Formosinho • Jardim Botânico de Coimbra: o contraponto entre a arte e a ciência - Joana Brites • O espaço como representação do espaço (o saber como encenação do saber) - Helder Gomes • Jardim Botânico - Teresa Siza

Literatura:

Colecção de textos literários: Almeida Garrett, Fernando Namora, Eugénio D'Ors, Hans Christian Andersen - Osvaldo Silvestre • Hoje - Bénédicte Houart • Tílias; Flores e outras espécies sem nome - Luís Quintais • Oficina de Poesia (Haiku - Bambu) - Graça Capinha • Dia Positivo - Conceição Riachos • Sob as árvores - João Rasteiro

Museologia:

O Jardim Botânico revisitado - Alexandre Ramires • Fotografia científica - Paulo Bernaschina

Vídeo:

O jardineiro que não tinha projectos - Maria Lusitano Santos • Mnemosyne - Sérgio Gomes • Jardim Botânico - José Maças de Carvalho • Telephatic Agriculture (Desenhos elaborados por alunos do curso de Arquitectura da FCTUC) - António Olaio • Vandelli - Susana Paiva

Fotografia:

Estufas - António Júlio Duarte • Closer - André Cepeda • Noites Brancas - Susana Paiva • (s/título) - Paulo Figueiredo • (s/título) - João Apolinário • Fragmentos de um discurso amoroso - Bernard Ploussu

Desenho:

Index Seminum et Sporarum - Francisco Queirós

AS MINAS E OS HOMENS LEITURA INTERDISCIPLINAR

Concretizada naquele que é hoje o território de Portugal continental – na Península Ibérica em geral – desde a Pré-História, a actividade mineira marcou o território e justificou a consolidação de ligações mais ou menos assimétricas a outros espaços; perturbou equilíbrios ambientais e influenciou as condições de vida de comunidades humanas; sustentou etapas de crescimento económico e foi condicionada por fases de recessão ou crise; gerou memórias, traços de identidade e vestígios materiais específicos.

Pelo menos desde o início da contemporaneidade (no caso luso desde meados do século XIX), a reorganização industrial do sector extractivo pressupôs o envolvimento da geologia e da engenharia, do direito e da economia, da medicina e da produção estética. Somente nas últimas décadas (entre nós desde os anos de 1980) a história e a geografia, a sociologia e a antropologia, a arqueologia industrial e a museologia, o turismo natural e cultural começaram a dedicar maior atenção ao objecto de estudo e de intervenção em causa.

MINAS NA AGENDA

Data deste segundo momento a emergência de conceitos operatórios como são os de “património cultural mineiro”, “controlo ambiental das zonas mineiras” e “reutilização de minas desactivadas”. Numa conjuntura marcada, quer pela possibilidade de rentabilização alargada de “testemunhos do passado”, quer pela hipótese de relançamento da indústria mineira em Portugal, várias estruturas da Universidade de Coimbra vão organizar o Colóquio “A indústria mineira, passado e futuro” (Auditório da Reitoria, 12 a 14 de Março de 2007).

Visa-se divulgar conhecimento actualizado e lembrar as potencialidades da cooperação entre saberes de natureza diversa, sensibilizar para as virtualidades da salvaguarda e reutilização dos testemunhos materiais e imateriais da actividade mineira, demonstrar a utilidade social de tecnologias derivadas das ciências da natureza e das ciências sociais. Quanto aos destinatários, realce para estudantes dos ensinos secundário e superior; professores de vários níveis de ensino, técnicos de instituições públicas, empresas e outras organizações da “sociedade civil”.

Ao longo dos dois primeiros dias da iniciativa serão apresentadas e debatidas comunicações enquadradas em quatro painéis temáticos: “O futuro da actividade mineira em Portugal”, “Arqueologia mineira”, “História da mineração contemporânea” e “Reutilização de zonas mineiras”. No dia 14 de Março, realizar-se-ão visitas de estudo a todos ou a alguns dos seguintes locais: Couto Mineiro da Panasqueira, concelho de Arouca (minas de volfrâmio), concelhos de Nelas e Mangualde (minas de urânio), Minas de S. Pedro da Cova e do Pejão, concelho de Cantanhede (“pedra de Ançã”).

Por intermédio dos membros da Comissão Organizadora e do Secretariado Técnico, estão envolvidos o Instituto de História Económica e Social da FLUC e o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da UC, o Departamento de Ciências da Terra da FCTUC e o Centro de Geociências da UC, o Instituto de Arqueologia da FLUC e o Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, o Instituto de Estudos Geográficos da FLUC e o Centro de Estudos Geográficos da UC.

Informações: www.ceis20.uc.pt, ceis20@ci.uc.pt, 239708870

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES
Faculdade de Letras da UC



OFICINA DE POESIA DEZ ANOS DE ESCRITA CRIATIVA

O Projecto “Oficina de Poesia” nasceu, de modo informal, no ano lectivo de 1996-97 e resultou do interesse de um grupo de alunos que então frequentava a minha cadeira sobre poesia contemporânea. Ligada, desde 1990, ao Programa de Doutoramento em Poética da *State University of New York*, eu referia na aula, ocasionalmente, certas metodologias utilizadas por alguns dos poetas norte-americanos que aí leccionavam (Robert Creeley, Susan Howe, Charles Bernstein). Após cerca de dois anos de formação e desafiada pelos alunos, aceitei então coordenar uma reflexão sobre a poesia, com uma componente de escrita criativa. A sessão de seminário decorria, ao final da tarde, na Faculdade de Letras e ao grupo inicial juntaram-se alunos de outras faculdades. O pequeno sucesso levou à criação de um Curso Livre que várias vezes se dividiu em duas turmas, já que muitos dos alunos querem continuar a participar nos seminários e nas diversas actividades. O curso funciona à noite, na Biblioteca do Centro de Estudos Sociais, instituição que continua a acolher-nos, e o número de alunos permitiu que, mais recentemente, surgissem cadeiras como “Poética e Escrita Criativa” e “Escrita Criativa no Ensino”, as quais resultaram também da necessidade de oferecer a alunos Erasmus/Socrates os créditos que lhes permitirão a progressão académica numa área que, na maioria das universidades do mundo, existe já como licenciatura, mestrado e doutoramento.

O único pré-requisito para a inscrição na “Oficina de Poesia” é que haja interesse pela poesia e pela sua escrita, reflectindo, a partir dela, sobre as formas de forjar o mundo. A escrita criativa exige uma reflexão sobre políticas de linguagem – sobre tradições e novas invenções poéticas, sobre a *des-ordem* das palavras e sobre linguagens que, das suas margens, produzem o centro, ao mesmo tempo que lhe resistem: servindo o que não é (diria Dante), re-inventando e investigando o espaço do excesso (diz o filósofo J.J. Lecercle) em que ainda reside toda a linguagem desaprovada, reprovada ou do ainda-por-provar (diz a poeta Susan Howe). A escrita criativa tem revelado ser um contributo crucial na sua proposta de dar a pensar a forma como a linguagem e a ideologia dominantes podem ser *deslocadas* através de fazeres poéticos que insinuam linhas de fuga e que introduzem a malformação e o erro como possibilidade para uma cidadania em devir.

UMA OFICINA EM REVISTA

A revista surgiu, anual e quase artesanal, para mostrar algum do trabalho dos alunos. Tem o apoio do Conselho Directivo da Faculdade

de Letras, do Centro de Estudos Sociais e da Reitoria da Universidade de Coimbra. Disponível no balcão de vendas da FLUC e nas leituras públicas, conta também com a colaboração de poetas de renome e de especialistas de literatura, nacionais e estrangeiros. Apenas como exemplo, publicaram-se já inéditos de A. Ramos Rosa, Ana Hatherly, Fernando Lemos, Casimiro de Brito, Fernando Aguiar, Helena Villar Janeiro (directora da Fundação Rosalía de Castro, na Galiza), Haroldo Tenório (colombiano), Régis Bonvicino (editor da revista paulista *Sibila*) ou Leonard Schwartz (da editora nova-iorquina Talisman). O número 2 (2ª série) é dedicado ao Centro para o Estudo das Artes de Belgais, de Maria João Pires, onde, ao longo de um ano, a “Oficina de Poesia” teve oportunidade de participar num projecto inter-artes, de que resultou ainda um protocolo com a FLUC.

A revista inclui imagem, bem como rubricas de ensaio, recensão, tradução e, pretendendo abrir-se a alguma internacionalização, inclui textos noutras línguas, o que decerto também contribui para a divulgação de alguma da poesia menos canónica, que dificilmente tem repercussão em Portugal. Com a chegada do responsável pela editora Palimage ao curso livre, entrou-se numa segunda série, semestral, que passou a ter distribuição nacional. De forma surpreendente - porque, como é sabido, a poesia não vende - a revista vende e há números já esgotados (com tiragens entre 700 e 1500 exemplares).

OUTROS ARTEFACTOS “OFICINAIS”

Além do seminário, das leituras públicas e da revista, da “Oficina de Poesia” têm resultado também ateliês em escolas secundárias, performances, participação em *Encontros de Poetas*, acções de rua, inúmeros convidados na nossa Universidade (portugueses e estrangeiros, poetas e outros artistas, professores e especialistas de várias linguagens e saberes – como o pessoano e poeta brasileiro Carlos Filipe Moisés, a bailarina espanhola Cristo Torres, o actor João Grosso), alunas no Programa de Poética da SUNY e no *JUSTBuffalo Literary Center* (acompanhando poetas a escolas secundárias onde a escrita criativa existe, há mais de 30 anos, como parte dos programas de língua), *homepages*, ligações a novas editoras, vários pequenos prémios, representação da poesia portuguesa em antologias, enfim, muita poesia publicada – em revistas (em Portugal, EUA, Brasil, Espanha, Itália, Colômbia) e em cerca de uma vintena de livros dos poetas que nasceram do encorajamento e do trabalho destes dez anos.

GRAÇA CAPINHA
Faculdade de Letras da UC

ENCONTRO DO LIVRO UNIVERSITÁRIO UMA MOSTRA PARA VENCER FRONTEIRAS

O *Encontro do Livro Universitário*, que decorreu entre os dias 11 e 31 de Outubro, parece ter marcado, entre outros pontos e saliências, uma viragem na forma de relação entre a comunidade académica, a Universidade e a cidade de Coimbra. Julgamos ter-se tratado de uma ideia e de uma prática inovadoras, tanto em Coimbra, como no país, que proporcionaram ao público – no qual cabe tanto o público universitário como o público que, não sendo de raiz marcadamente académica, se interessa por estas coisas da cultura – uma mostra de livros que, muitas vezes, não são apreciados para lá dos estabelecimentos de ensino superior em que são editados ou, se o forem, só o são em nichos de distribuição de âmbito reduzidíssimo.

A estreita colaboração entre a Universidade de Coimbra – representada, por sobre tudo, neste particular, pela Faculdade de Letras, pelo Arquivo e pela Imprensa – resultou em um encontro, acima de tudo cultural, que mostrou o que de melhor se vai publicando pelo país, no que toca ao livro universitário. E ofereceu a quem lá passou – e foram, certamente, muitos os que por lá “vaguearam” – a oportunidade de viver uma conversa, tantas vezes na primeira pessoa, com os autores das obras que, ao longo de três semanas, se apresentaram ou lançaram.

Participaram activamente neste *Encontro* as faculdades e departamentos da Universidade de Coimbra, recomendando e, inclusivamente, fornecendo publicações por si editadas. Mais. Existiu uma resposta positiva e empenhada por parte das editoras de outras universidades ao convite que lhes foi endereçado para estarem pre-

sentes neste *Encontro* e de, assim, contribuírem para o sucesso de uma iniciativa que não pode senão fortalecer o papel e a visibilidade das editoras universitárias portuguesas. Por esta razão, o *Encontro* traçou, também, o futuro da Associação Portuguesa de Editoras do Ensino Superior: Um projecto arrojado, de cumplicidade e de cooperação entre as diversas editoras universitárias, que segue os ensinamentos profícuos de associações de editoras universitárias de outros países, com vista à potenciação das possibilidades oferecidas por uma estrutura sustentada e organizada, se bem que perspectivada em moldes de grande leveza administrativa e com algum toque de geometria variável. Neste sentido, foi fundamental a presença de editoras universitárias espanholas neste *Encontro*, que puderam, assim, partilhar experiência e conhecimento e, ademais, diversificar a oferta de livros universitários existente no *Encontro*.

Por todos estes motivos, pretende-se que este *Encontro* se repita. Tenha continuidade. Assinale a *rentrée* universitária ano após ano, sempre em Coimbra, com a representação de cada vez mais editoras universitárias, nacionais e estrangeiras e, por conseguinte, como uma mostra do livro universitário tendencialmente universal e diversificada. E se o livro pode ser “um território de futuro”, por certo, no *Encontro do Livro Universitário*, tal como o concebemos, esse mesmo “território” não deixará de se expandir e de nele fazer medrar saberes e sensibilidades. Para bem da cultura. Da Academia. Da Universidade.

A Comissão Organizadora do
1º Encontro do Livro Universitário



RESULTADOS PRELIMINARES

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO COLÉGIO DA TRINDADE

Os trabalhos arqueológicos realizados no Colégio da Trindade [ver caixa] surgiram na sequência do projecto de requalificação e transformação deste edifício, inicialmente em Centro de Estudos Europeus, e, actualmente, em Tribunal Universitário, afecto à Faculdade de Direito da UC. Tiveram o seu início em 2002, com o acompanhamento da realização de sondagens geotécnicas. Em 2003, acompanharam-se algumas demolições e operações de limpeza, bem como de reforço estrutural do edifício. Efectuaram-se, até ao momento, duas campanhas de escavações: a primeira de Julho a Novembro de 2004, e a segunda entre Junho de 2005 e Março de 2006.

Até ao momento, foram escavados 456m² no exterior do edifício e 120m² no interior da ala Norte do Colégio.

A localização das sondagens foi associada às áreas onde o projecto previa ocupação enterrada, na tentativa de minimizar os impactos que uma intervenção deste tipo acarreta. A necessidade de realizar sondagens arqueológicas prévias, como forma de gestão territorial, foi tomada por necessária, prudente e vantajosa, desde a primeira hora.

DESCOBERTAS QUE RECUAM NA HISTÓRIA

Como resultados preliminares da intervenção, podemos desde já referir que foi possível identificar uma forte ocupação humana, desde a época romana até aos nossos dias.

Na Sondagem A, no topo Oeste do pátio interior, foram identificadas várias estruturas, como canalizações de Época Moderna relacionadas com o Colégio Universitário, calçadas e várias estruturas murais anteriores à construção do edifício colegial. Todas as estruturas murais se encontram razoavelmente bem conservadas, denotando uma qualidade de construção que se coaduna com a proximidade com o Paço Real, hoje Paço das Escolas.

A Sondagem B (no interior do edifício) foi subdividida em Compartimentos I, II e III. O Compartimento I possui vestígios de uma habitação do período medieval, com um dos muros prolongando-se para o exterior do edifício; possui também sinais de um espaço com escadaria e pavimento em cerâmica, que apontam para uma cronologia da Época Medieval ou Moderna. No Compartimento II, escavou-se uma sala colegial, cujas paredes são revestidas com azulejos hispano-árabes (século XVI). O abandono da sala deu-se com um incêndio, no século XIX. Os dados desta sondagem vieram revelar que a cota de utilização do Colégio da Trindade se situava abaixo do piso actual, na ordem dos cerca de 50cm.

No Compartimento III, foi identificado um espaço habitacional data-do da época romana alto-imperial (século I d.C.). Delimitado por três

paredes, parcialmente escavadas na rocha, possui pavimento em *opus signinum* [pavimento de boa qualidade, característico da época romana] e encontra-se preservado em cerca de 5m², desconhecendo-se as suas dimensões originais.

Neste momento, procede-se à consolidação da estrutura para o seu levantamento e restauro, com a colaboração de uma equipa do Museu Monográfico de Conímbriga (no âmbito de um protocolo de colaboração), tendo sido já efectuada uma primeira limpeza, que mostrou tratar-se de um fresco policromo onde se vê, sobre um fundo vermelho vivo, dois frisos (um verde água e o outro azul, que se encontra à cota do nível de circulação) e o que parecem ser duas colunas, pintadas a amarelo.

OS POSSÍVEIS HABITANTES DO COLÉGIO

A Sondagem C localizou-se no topo Este do pátio interior. Durante os trabalhos de escavação, foram identificadas várias ossadas humanas. Sob um depósito associado à presença de um jardim, foi identificada a primeira das seis inumações escavadas, o que conduziu a uma intervenção antropológica coordenada por Eugénia Cunha, do Departamento de Antropologia da FCTUC (ao abrigo de um outro protocolo de colaboração). A análise de todos os ossos humanos exumados revelou um número mínimo de 12 indivíduos. Com excepção de dois em que, devido ao seu mau estado de preservação, não foi possível diagnosticar o sexo, todos os esqueletos pertencem ao sexo masculino, com idades à data da morte compreendidas entre os 17 e os 30 anos, o que se coaduna com a vivência do Colégio. De entre os diagnósticos paleopatológicos, salientam-se os de índole infecciosa, como a tuberculose ou as crises anémicas, associadas à causa de morte.

A Sul, sobre uma calçada, identificou-se um poço-cisterna, que poderá ter tido também a função de fonte. Esta estrutura pública veio, mais tarde, a ser incorporada na estrutura colegial. Foi também identificada uma grande estrutura hidráulica, circular, que se encontra parcialmente escavada. Estamos perante um tanque cisterna, cuja função, para além de lúdica e decorativa, seria a recolha de águas pluviais ou de outro tipo de escorrência. Tem cerca de 7 m de diâmetro; os muros apresentam 56 a 60 cm de largura e entre 10 cm e 1,18 m de altura conservada. A face exterior encontra-se totalmente rebocada com argamassa, de muito boa qualidade. Na face interior, identificaram-se vestígios de argamassa mais homogénea e fina, com pintura a vermelho. Foram ainda identificados restos de um piso em argamassa com rebordo de meia cana, formada por telha de canudo, que



Em cima: Compartimento de época romana, parcialmente escavado na rocha, com revestimento parietal policromo.

Em baixo: Pormenor de definição de uma sepultura com esqueleto de jovem adulto.

Fotos de Paulo Morgado

protege o ângulo entre a parede e o piso do risco de infiltrações e da degradação, impermeabilizando-o. A análise preliminar dos elementos artefactuais associados aos momentos de utilização, colmatação e abandono desta estrutura apontam para um horizonte cronológico das épocas medieval e moderna.

Até ao momento, a área de intervenção limitou-se ao pátio interior e à ala Norte do edifício. Grande parte da estrutura colegial ainda não teve qualquer espécie de escavação arqueológica, sendo de especial

sensibilidade as áreas da igreja, do claustro e as suas dependências anexas. Serão a natureza e profundidade da intervenção que agora se projecta a indicar quais as medidas de minimização e os trabalhos prévios que terão de ser realizados.

SÓNIA FILIPE
Arqueóloga • Reitoria da UC

Colégio da Trindade

Quando, em 1537, D. João III transfere definitivamente a universidade portuguesa para Coimbra, opera-se o início de uma "revolução" urbanística na cidade do Mondego, pela construção de vários colégios universitários, partes integrantes e indispensáveis ao funcionamento das instituições universitárias.

A fundação dos colégios teve intervenção régia. Durante o reinado de D. João III, foram fundados 14 colégios universitários em Coimbra. Até ao século XVIII, surgiram mais nove. Ao todo, existiam 23 colégios na cidade, 18 dos quais de estudantes e lentes que tinham ingressado em alguma Ordem Religiosa.

É neste contexto que é construído o Colégio da Santíssima Trindade, na Alta coimbrã, em 1562. Já em 1552, alguns frades estudantes daquela ordem religiosa frequentavam os Estudos Gerais, vivendo colegialmente numa casa junto à Sé Velha. Sabe-se que, em 1555, Frei Roque do Espírito Santo tratava já da fundação regular do Colégio Universitário.

As obras de construção do edifício colegial tiveram início no ano de 1562, no terreno entre a Couraça de Lisboa e a rua que mais tarde se veio a denominar Rua da Trindade, junto ao Paço Real. Encontra-se numa zona privilegiada, moldada pela muralha medieval, abaixo do Arco da Traição, onde se começa a descer a colina em direcção ao rio.

Em 1834, com a extinção das Ordens religiosas, o Colégio foi fechado e os seus bens inventariados. A 14 de Maio de 1849, parte do edifício foi vendido em hasta pública e, a 12 de Junho de 1895, depois de ter servido para vários fins, também a igreja foi adquirida pelo então proprietário do resto do edifício.

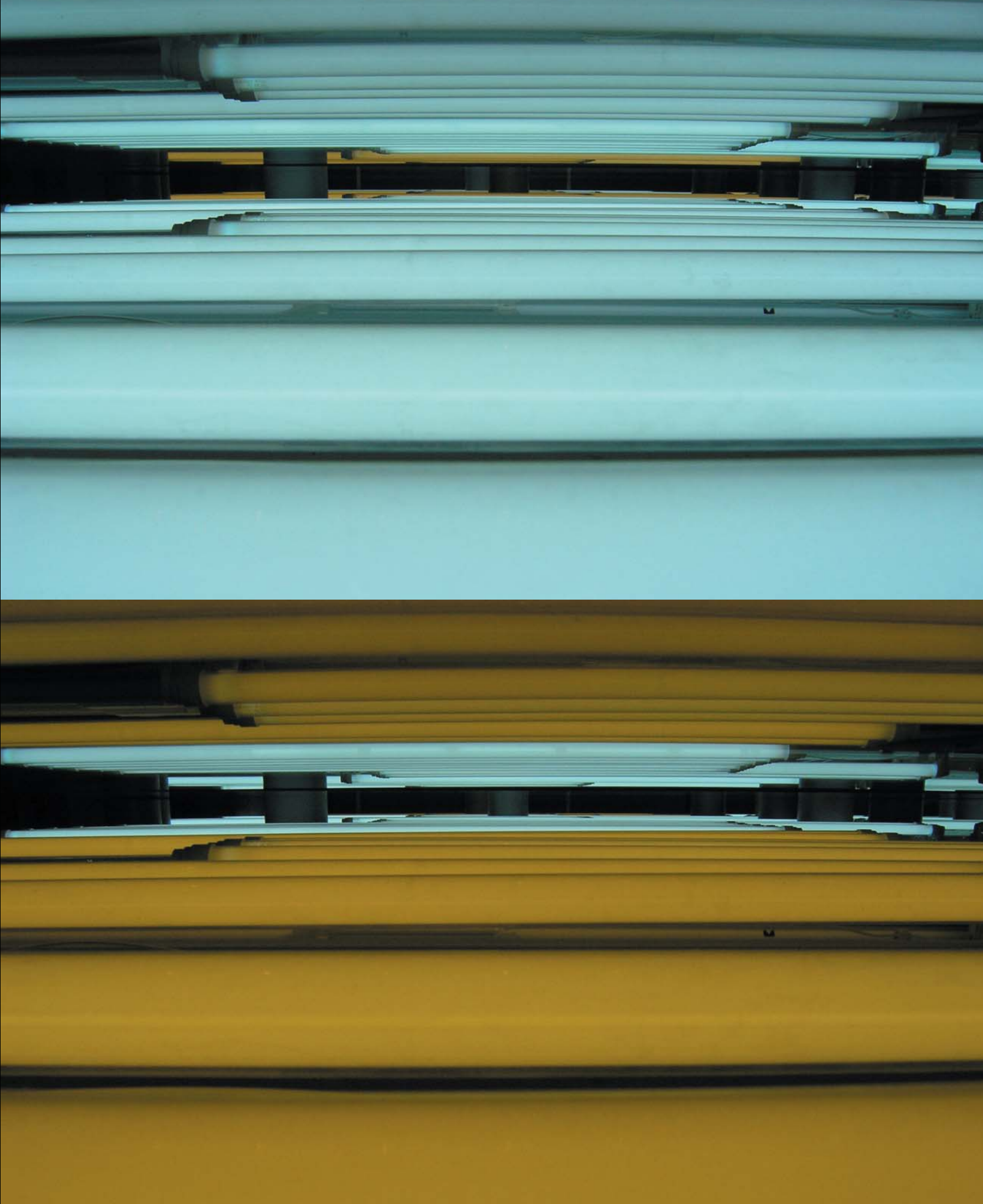
Do ponto de vista arquitectural, o Colégio da Trindade seguiu o modelo conventual: o quadrado do claustro, ladeado pela igreja de planta simples, uma versão reduzida das igrejas da Rua da Sofia. O edifício estende-se por todo o quarteirão, com uma estrutura forte, para vencer o declive onde se encontra. A Igreja está implantada na zona de cota mais baixa, sendo a sua fachada majestosa. Os blocos do dormitório abrem-se, a Sul, para um pátio interno, virado para a Couraça de Lisboa. O edifício apresenta três andares, sendo o rés-do-chão, apenas metade do quarteirão, composto pela igreja, pelo claustro e pelas dependências anexas; no piso I, ficavam a cozinha, o refeitório e os armazéns; e, no piso 2, as celas dos Trinitários.

A equipa de trabalho arqueológico no Colégio da Trindade é constituída por: Helena Catarino e Sónia Filipe (coordenação técnico-científica), Vera Santos (co-direcção técnica) e Paulo Morgado (coordenação dos trabalhos na área das arqueociências).

Esquerda: Perspectiva sobre a estrutura circular hidráulica identificada no pátio do Colégio, no decurso dos trabalhos arqueológicos (época medieval).

Direita: Pormenor do compartimento parcialmente revestido de azulejos hispano-árabes (sec. XV/XVI). • Fotos de Paulo Morgado





Para designar criação, Marcel Duchamp preferia chamar “experiências de apropriação”. É nessa valia que a contemporaneidade nos incorpora, dando um lugar à arte no imaginário urbano. Fruível. Uma arte do público.

Conceptualizar *Arte Pública* obriga a reportar-nos ao passado, e logo a actualizar o significado e as implicações da arte na sua inter-relação com o urbano. Aí inferem-se os *monumentos* e estes começaram por ser os elementos fundamentais da *Arte Pública*, transmitindo então valores ligados à celebração, à valorização de temas e personagens cúmplices com as estruturas de poder:

Monumento, substantivo com origem no verbo latino *monere* – fazer lembrar; relaciona-se também com *mausoléu*, ou ainda com *museu*. Tem função informacional com sentido etimológico de *docere* = ensinar. Criado para durar; permanecer; o monumento evoca a projecção de conteúdos emotivos. Propõe preservar algo com função comemorativa, ritualista, ligando-se assim a uma rede de atributos e conteúdos simbólicos que extrapolam a sua própria presença física. Propiciam assim, nas palavras do sociólogo Henry-Pierre Jeudy, uma “teatralização social de valores” e um lugar onde se “consagram as imagens da memória colectiva para além da temporalidade da vida quotidiana”.

INTERVENÇÃO E EFEMERIDADES

Mas a escultura contemporânea já não tem função consagradora nem monumental, já não é, nem evocativa, nem tão pouco pretende resgatar conteúdos para além da sua própria presença e materialidade. A partir dos anos 60, a escultura incorpora materiais perecíveis, menos nobres, dando o mármore e o bronze lugar ao efémero e industrializado. A permanência é substituída pela transitoriedade.

A *Arte Pública* na contemporaneidade não se centra apenas no objecto estético, mas antes se expande para um conceito mais amplo, que incorpore a intervenção no social. Promove um processo de apropriação de bens culturais e sua possível re-significação; conjuga uma outra *apreciação*.

“O conceito de *apreciação* na arte contemporânea consiste num processo de colagem/montagem estética, baseado não apenas na percepção visual, mas na percepção do mundo através de todos os sensores corporais. A ideia de uma estética participatória estabelece os limites entre arte pública e arte do público [ou seja], a arte do público acontece na via pública, provoca a percepção, inspira, informa e resulta de, ou conclama a uma experiência compartilhada. Joseph Beuys¹ fez arte do público e Christo continua fazendo” (Ana Mae Barbosa, 1997).

Christo Javacheff, artista americano de origem búlgara (Gabrovo), foi um dos artistas que desafiou a integrar um programa plausível para as comemorações dos 700 anos da Universidade de Coimbra, em 1990. Cheguei mesmo a contactá-lo, e nele encontrei empenho suficiente para desenhar um projecto para o Paço das Escolas, tudo na expressão da sua *arte efémera*, antes criada na Pont Neuf, em Paris, 1985, ou no que viria a ser a peça do Reichstag, Berlim, em 1995².

Nesta galeria da pretensa arte no urbano local inscreve-se “Poesia em Chão de Pedra”, projecto que apresentei à *Coimbra 2003, Capital Nacional da Cultura*. Consistia num didáctico livro aberto, habitável, onde as páginas se faziam embutir, em escala maior; num jardim público, e os textos resultavam numa antologia poética [po.ex] do “Visualismo” em Portugal.

MUSEU AO AR LIVRE

Convoca-nos o referido projecto para um outro (que Coimbra poderia ter sabido merecer) – o Museu Internacional de Escultura Contemporânea (MIEC). É Gérard Xuriguera, catalão, crítico e historiador da arte em França, quem no-lo apresenta: o projecto de museu ao ar livre – MIEC, é uma ideia de 89, e surge na sequência dos “Simpósios Internacionais de Escultura Santo Tirso”, com direcção de Alberto Carneiro [escultor e pensador da escultura, com actividade desdobrada ainda para as funções pedagógicas exercidas entre o Porto e Coimbra (CAPC).]

Os simpósios começaram em 91, são bienais, e o projecto é destina-



Cógito
Pedro Cabrita Reis
1991-92



Fui Tirado de Dentro de Mim

Rui Chafes

2000

do a desenvolver-se durante 20 anos, cada dois anos, e à razão de cinco artistas por período. Consiste, assim, em dotar o município de um acervo de arte pública, ao exemplo de outros projectos como o "Skulptor Projekt" (Münster, Alemanha). As esculturas fazem parte de uma exposição permanente que até 2009 integrará 60 obras.

Dos múltiplos escultores internacionais com obra já presente (cerca de 35), atenção para "Capricho", 1983, de Amy Yoes; "Le non d'un fou se trouve partout", de Paul Van Hoeydonck (o único artista a possuir uma obra depositada na lua); Mark Brusse, com "O Guardiã de Pedra que dorme", 1999 (escultor holandês, colaborou com o Movimento FLUXUS); Nissim Merkado, (búlgaro), com "Fragments", 1999; ou mesmo Rui Chafes, "Sem o teu Nome", 1996, e Pedro Cabrita Reis, "Uma escultura para Santo Tirso", 2001. Os dois últimos escultores citados devolvem-nos a Coimbra, porque aí também têm obra pública sediada, e os exemplos referidos reequacionam-nos numa necessidade que urge: a de zelar para que a cidade se desmadrastize e assuma apreciação.

ARTE PÚBLICA EM COIMBRA

Nessa paisagem, na mais recente, temos obra de dois escultores de incontornável valor. Internacionalmente creditados. Orgulho da cultura plástica nacional: Reis e Chafes.

A peça "Cogito", de Pedro Cabrita Reis, surgiu na contemporaneidade da activa presença do escultor em Coimbra, nos anos 90, por ocasião da sua participação no projecto *Revista Via Latina*. Aí começou por realizar a instalação "Silêncio e Vertigem", cujo estudo foi publicado na *Via Latina* e integrou o ciclo "A Arte das Ideias, As Ideias da Arte", CAPC, 1990.

"Cogito", a escultura, foi ofertada pela Direcção Geral da Associação Académica - AAC à cidade de Coimbra, passando assim a peça a integrar o acervo do património cultural da cidade sob alçada camarária³. O Livro "A Universidade de Coimbra – O Tangível e o Intangível", a editar pela Imprensa da Universidade com coordenação científica de Maria Helena da Cruz Coelho, inscreve já numa leitura possível do

património artístico elegível a peça de arte pública "Fui Tirado de Dentro de Mim", escultura de Rui Chafes⁴.

A obra, oferecida pela Associação Nacional de Farmácias à Universidade de Coimbra, foi encomendada ao escultor para configurar uma evocação à dimensão humanizante das ciências farmacêuticas, e que resultasse como arte de fruição pública, esperando residir nas novas instalações da Faculdade de Farmácia da UC. Porque o edifício está em vias de conclusão, acende-se de novo o propósito de fazer contemplar a comunidade e a cultura com a edificação desta obra inédita de Rui Chafes (albergada em estaleiro). Como comissário que fui da iniciativa "Alquimias", detonadora da edição desta peça de arte em 2000, cumpre-me zelar pela oportunidade da sua apreciação, contribuindo assim para que a cidade surja com melhor desempenho na paisagem cultural das transformações perceptivas e nos conceitos de arte pública na contemporaneidade.

¹ A acção "7.000 árvores", 1982, VII Documenta de Kassel, é uma das principais obras da "plástica social" de Beuys, e com "Grande Cretto" 1985, de Alberto Burri, cumpre os dois momentos mais exímios da *Arte Pública* que até hoje julgo ter-se produzido. Também por isso merecem nova abordagem nesta revista.

² O Professor convocado a comissariar a efeméride - "700 Anos da UC" foi outro, que não o que inscreveria o programa, e a obra não se concretizou. Ainda hoje, sempre que olho a *Velha Academia*, ficciono esse gigantesco "embrulho" em malha dourada de C. Javacheff, e a dimensão universal, consequente, que resultaria desse exemplo de Arte do, e para o público – e que ganharia, julgo, referência na História da Arte do Séc. XX.

³ Espero ver contrariado o desmerecimento a que a cultura autárquica votou (o) "Cogito". E mais numa cidade que se autodenomina de "Cidade do Conhecimento".

⁴ Foi a obra editada no âmbito da iniciativa *Alquimias, dos Pensamentos das Artes*, Encontros de Arte Coimbra 2000, evento realizado no âmbito das Comemorações dos 25 Anos da Associação Nacional de Farmácias, em Coimbra.

Nos desenhos animados, um cão sonâmbulo levanta a ponta do focinho. A pouco e pouco, vemo-lo a levantar atrás do órgão olfativo, seguindo irresistivelmente um trilho marcado no ar e deslizando numa penugem de algodão: por estranho que pareça, esta cena lembra-me o inglês *weather* (tempo, clima), *whether* (se) ou *wit* (perspicácia, esperteza), mas também o alemão *Wetter* (tempo, clima), *Wette* (aposta), *Wettbewerb* (concurso, competição), *Witterung* (tempo atmosférico, faro), *wittern* (farejar; pressentir; aventar). Desde sempre as pessoas olharam para os sinais do tempo para se orientarem e protegerem das intempéries, “farejando” as suas oscilações e incertezas (daí o “se”). A frase *cheira-me a que vai chover* não remete, afinal, para o tal cãozinho?

O tempo dos físicos começou por ser o dos sinais climatéricos (em português a palavra é a mesma para a cronologia e a meteorologia). Como nem sempre eles eram claros, era preciso saber adivinhar e ser perspicaz, capacidades fundamentais à leitura (e aliás vizinhas de *apostar*). Ambas são importantes para o “planeamento”, actividade que implica antecipar o futuro. A própria escrita começou por servir para isso, daí o parentesco entre o inglês *to read* (ler) e *raten* (adivinhar, mas também aconselhar) no alemão. Se isto não fosse importante, os políticos não nos proporião esta ou aquela *aposta* (= compromisso, plano, visão) para o futuro. A linguagem deve adequar-se ao “clima” do momento, para ser eficaz e permitir ganhar tempo, assim como o boletim meteorológico é sucedâneo dos borda d’água de antanho, cruciais no planeamento das pescarias e das culturas agrícolas. Para competir ou concorrer, é necessário escolher a roupa adequada a cada ocasião ou “clima”, antevendo as reacções. Só assim alguém se destaca, avança, progride. Daqui até a linha (hoje auto-estrada...) do tempo apenas sinalizar a ideia de progresso, ou a de rapidez, vai uma unha por sinal negra (se bem que, ao farejar nas estrelas um sinal importante, até um cão preguiçoso desata a voar!).

OS TEMPOS E AS MARÉS

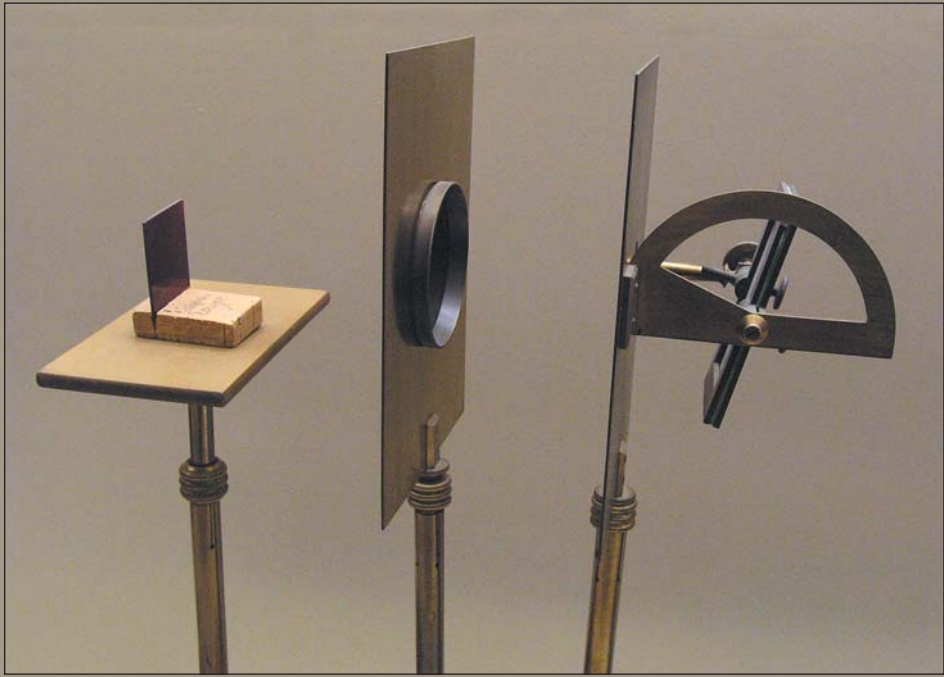
Necessitamos de uma boa dose de perspicácia para percebermos as relações entre sinais díspares, mas prever o tempo começou por ser estar em sintonia com as oscilações do clima, da natureza e do cosmos, importantes pontos de referência para os homens e mulheres de antigamente. Se assim não fosse, a palavra alemã para tempo, *Zeit*, não teria evoluído a partir da mesma raiz que no inglês deu origem ao termo *tide* (maré). Olhando todavia para a palavra *tempo*, chegamos à conclusão de que também ela se relaciona com a natureza

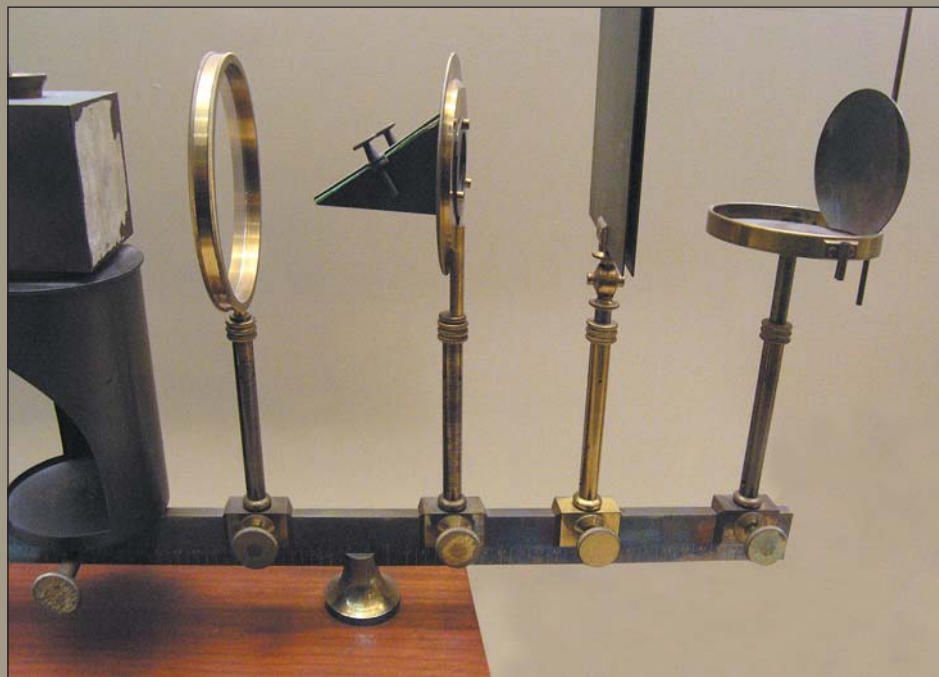
que somos, tal como *Monat* (mês) tem a ver com *Mond* (lua) no alemão, e *mensal* com *menstrual* (ou não tivessem as mulheres as suas regularidades marcadas pelos ciclos da lua). As *têmporas*, no corpo humano, devem o seu nome ao plural latino de *tempus*, *tempora*. O linguista alemão Harald Weinrich¹ foi quem me fez pensar nisto pela primeira vez: *palpando* nesse local, assim se podia determinar se uma pessoa estaria viva ou morta, uma vez que, estando viva, o sangue lhe *palpitaria* na veia temporal - tum-tum, tum-tum -, pelo que seria possível sentir ou medir aí as pulsações (e inferir a *temperatura*). Em alemão, já agora, a *fonte* ou a *têmpora* diz-se *Schläfe*, palavra aparentada com *Schlaf*, sono, que por sua vez remete para a *sonoridade* latejante dessas mesmas pulsações, quando se está a arder em febre. Em alguns dialectos românicos, a *têmpora* é designada por uma palavra muito semelhante ao português *pulso*. Ora, medir as pulsações não é a mesma coisa que verificar se alguém cumpre com regularidade vital as suas obrigações (ou necessidades) anatómicas? *Tomar o pulso* à realidade não é, em parte, controlá-la?

PALPITES RITMADOS

Só que, diz-nos ainda Weinrich, mais do que conhecimentos de física (com os quais se descobriram os *pulsares*), um médico de antanho precisava de outro instrumento essencial ao bom diagnóstico da realidade: algumas noções de gramática, versificação e... de música! Se quem escreve bem necessita de perceber de ritmos e de melodias, quem realmente vive, ou percebe da vida, deve saber interpretá-los sem demasiadas hesitações. Fiquemo-nos pois com a ideia, peregrina no bom sentido, de que a arte de avaliar (e de gerir) o sangue na guelra de cada um passava em tempos por... gostar de poesia! Ora, que “faro” têm os médicos de hoje, sobrecarregados com ciência, para interpretarem os doentes e perceberem o que neles *palpita* ou é *palpitante*, e dessa forma chegarem ao palpito certo sobre a doença, se os observam tantas vezes por interposto instrumento (de resto nada musical), em cinco minutos apenas? Consta que os animais se aperceberam do tsunami num ápice, antes de ele se abater sobre a praia, sem recorrerem a sistemas de orientação GPS. Pois aí está a pertinência do cão (e das línguas) para os *tempos-que-correm*. Quem nos dera esse faro, mesmo a dormir, para o que é importante.

¹ Harald Weinrich (2004), *Knappe Zeit. Kunst und Ökonomie des befristeten Lebens*. München: C. H. Beck.





ARQUEOLOGIA, CIÊNCIA E CULTURA

A definição do conceito de *Arqueologia* enquanto actividade de investigação e das metodologias que lhe são próprias tem sido preocupação de inúmeros investigadores desde há muitos anos, contando-se seguramente por milhares as obras que procuram responder a duas questões relativamente simples, como são determinar o seu objecto e o seu enquadramento científico. Não dispomos neste momento de espaço para desenvolver esta problemática, cuja abordagem depende, como é natural, da orientação, a diferentes níveis, dos especialistas. Julgamos adequado, por se tratar de um momento particularmente difícil, coincidente com a aplicação da Declaração de Bolonha, premonitória de drásticas alterações na *praxis* universitária tradicional, evocar uma questão em torno da qual os arqueólogos têm demonstrado singular apatia, reveladora da aceitação de um facto que nos parece merecer tomadas de posição de igual vigor às que se verificam quando alguém situa a Arqueologia entre as ciências auxiliares da História.

A ARQUEOLOGIA COMO CIÊNCIA

Como todos sabemos, a Arqueologia é a ciência das coisas antigas, assim o determina o dicionário, revestido da autoridade que lhe conferem as raízes gregas da palavra. Esta definição muito geral, não é, todavia, suficiente para transmitir a complexidade, própria de uma verdadeira actividade científica, que a caracteriza. Da definição devemos reter que se trata de uma ciência cujo objecto são as coisas antigas, quer se trate de um gládio romano ou de uma porcelana Ming. A obsessão que o meio arqueológico revela na defesa da condição científica da Arqueologia, quando a esta é atribuída uma categoria subalterna, reflecte, por um lado, alguns dos complexos que ainda marcam o pensamento arqueológico face às ciências exactas, mas é também um reflexo do consenso geral quanto ao facto inquestionável de que os arqueólogos se consideram cientistas de parte inteira. Esta complicada questão insere-se num debate mais complexo, o da vulnerabilidade das Ciências Históricas, aqui consideradas de forma abrangente, às pressões exercidas pela sociedade em que se desenvolvem. É evidente que o mesmo se passa com outras áreas científicas, mas em relação à Arqueologia a dependência vai ao ponto, em numerosas situações, de pôr em causa a condição científica da prática arqueológica, particularmente quando condicionada por ditames económicos ou ideológicos. No fundo, voltamos sempre a tropeçar na antiquíssima questão da liberdade de investigação e do interesse social do seu produto final, neste caso dados históricos, uma vez que a Arqueologia é uma forma científica de recuperar a História.

Entendida a Ciência como um conjunto de conhecimentos coordenados, obtidos através do estudo, e é assim que se faz Arqueologia, é imprescindível que a metodologia observada inclua contributos crescentes de outras áreas científicas, não como uma forma de ganhar credibilidade, antes como utensílios fundamentais de uma verdadeira investigação científica. Não quer isto dizer que o arqueólogo se deva transformar num técnico, sem formação básica de tipo histórico e humanístico, sem a qual se limitará a produzir catálogos de materiais. Se a fotografia aérea se afirmou, há muito, como instrumento fundamental da Arqueologia da Paisagem, por exemplo, isso não significa que todos tenhamos que saber pilotar aviões. Com efeito, para além da especialização nesta ou naquela área, o arqueólogo deve conhecer os instrumentos científicos que lhe podem facultar respostas a problemas concretos, uma vez que a Arqueologia científica, e não reconhecemos outra, não existe hoje à margem dos referidos contributos.

SINGULARIDADES DE UMA RELAÇÃO

O problema torna-se mais complicado no âmbito das complexas relações entre a Arqueologia e a Cultura. Neste cenário, onde os efeitos perversos da sustentabilidade do património alteram com frequência o sentido da investigação, prejudicando-lhe os aspectos científicos, multiplicam-se os resultados de lamentáveis intervenções em sítios arqueológicos, caso do teatro romano de Sagunto, sacrificados a uma espécie de reciclagem rentabilizadora, para turista ver. Continuam presentes, como é evidente, as forças que, de alguma forma, sempre determinaram a inserção social da Arqueologia, fazendo-a derivar para sucedâneos cada vez mais afastados da investigação científica. A Arqueologia não se identifica com Indiana Jones nem com a Disneylândia.

Parece-nos muito estranho que, afirmada por todos a condição de Ciência atingida pela Arqueologia, em Portugal a tutela da mesma recaia sobre o Ministério da Cultura. É certo que existe uma vertente cultural na Arqueologia, mas essa resulta apenas dos resultados da investigação científica, efectuada com metodologia científica e visando a solução científica de uma questão. Por tudo o que dissemos nesta reflexão, entendemos que a tutela da Arqueologia deve, e agora seria o momento indicado para tal, passar para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Quem tem medo da Ciência?

A VEGETAÇÃO METÁLICA DE ISAAC NEWTON

A alquimia é um dos temas mais recorrentes de toda a história das Ciências. Pretensamente lavrada a sentença da sua morte no século XVII, com a afirmação da nova ciência saída do *Novum Organum* (1620) de Francis Bacon e dos *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural* (1687) de Isaac Newton, ela está mais viva que nunca no imaginário dos nossos dias. Todo o alquimista convicto acredita que o *Pó da Projecção* é a *Pedra* do paraíso que transforma os metais vis em prata e ouro. Porém, só alguns deles acreditam que esse *Pó* é também elixir de eternidade que abra caminho a um adeus definitivo à obsessão constante com a morte. A própria experiência do dia-a-dia se encarrega de justificar a cisão entre uns e outros. Que tudo à nossa volta “vive colado à morte” é facto que nenhuma experiência consegue iludir. Todavia, até hoje, não foi possível a alguém exibir um só facto que categoricamente negue a possibilidade de qualquer metal vil ser transformado em prata ou ouro. Nenhum dos argumentos que apelam para o carácter miraculoso da transmutação é factual. Nenhum facto sustenta a diferença substancial dos diversos metais, e a ciência dos nossos dias cada vez mais corrobora o seu carácter accidental.

NEWTON: CRIADOR DE METAIS

Isaac Newton, Irineu Filaletto e Roberto Boyle, todos eles notáveis membros da Royal Society de Londres e todos eles dos mais lídimos fautores do empirismo racional da ciência moderna, foram fervorosos adeptos do *Pó da Projecção* capaz de transformar uns metais nos outros. Se, no dizer do médico português oitocentista Anselmo Caetano de Munhoz, “todos os grandes homens foram crisopeios”, eles não fugiram à regra. É que todos eles acreditavam que o ouro cresce no seio da terra num processo de real “vegetação metálica”. A expressão é do próprio Newton, num pequeno manuscrito sobre a formação de dendrites a partir de diversos sais e metais. Qual pólen dos vegetais, o *Pó da Projecção* forma-se por gestação no seio da terra. Com a Tábua de Esmeralda, pode dizer-se que a Terra é a mãe e o Vento que o dissemina por toda ela é o pai. Só é chamado de *Pedra* em virtude da sua natureza estável.

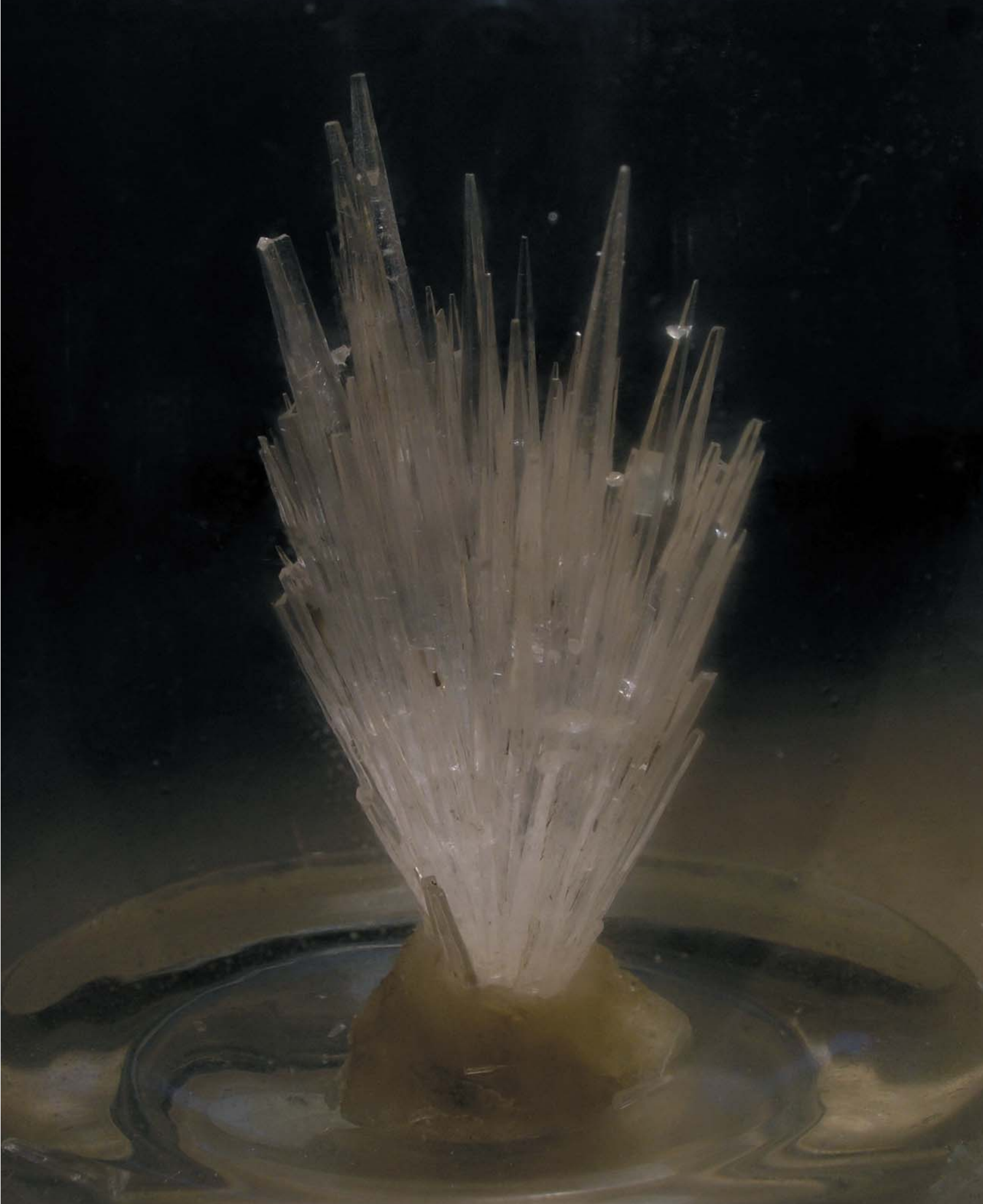
Seduzido pelas ideias de Irineu Filaletto sobre a exalação mineral no processo da formação dos metais, Newton deixou-se fascinar pela beleza da “teia” de uma liga de cor púrpura viva que conseguiu preparar a partir do antimónio e do cobre. Hoje, qualquer de nós pode deixar-se possuir por igual fascínio, em nossas próprias casas, com preparações semelhantes, seguindo receitas muito simples, amplamente divulgadas em catálogos que referem o crescimento de

cristais. Os kits da Smithsonian e outros estão ao alcance de todos. Com um sentimento de magia, é fácil preparar autênticos jardins de cristais, com um colorido deslumbrante, a partir de soluções muito simples de variados elementos metálicos. É o suporte experimental da “vegetação metálica”.

AS SEMENTES METÁLICAS

Mas a filosofia vai mais além. É toda a teoria sobre a metalogénese que está em causa, num desafio às nossas mais fantasiosas convicções alquimistas. Legitimamente, perguntamo-nos: como e onde se formam os metais? Com Paracelso, já em *A Economia dos Minerais e sua Genealogia*, já no *Livro dos Minerais*, tornou-se crença arraigada entre os curiosos da Natureza que à semelhança do que se passa com as plantas, circundadas pelo elemento *Ar*, também as sementes dos minerais germinam no seio da terra e aí jazem no elemento matricial *Água*, onde se desenvolvem e crescem até se tornarem espécimens amadurecidos. Aí formam uma “árvore” que nela deposita seus frutos, quando chegada a estação própria, prontos para serem colhidos pelo homem. Se não forem colhidos no tempo próprio, tornam-se pó como em pó se tornam os frutos vegetais. Qual Fénix, das cinzas a que são reduzidos podem renascer em processo de renovação contínua. Por isso não se esgotarão jamais no seio materno em que são gerados. Cabe ao homem ressuscitá-los das cinzas em que jazem. Para frutificar, o grão que se lança à terra tem primeiro que morrer. É a partir das suas cinzas que nasce o vegetal. A sua regeneração a partir das cinzas a que o calor nas entranhas da terra o reduz, é a palingénese de que o homem se serve para “ressuscitar” uma planta que o fogo destruiu. A metalogénese é o seu homólogo no reino dos minerais. Esta permite ao homem gerar “teias” de uma beleza fascinante, semelhante à que Newton preparou na “vegetação metálica” do antimónio e cobre. Numa visão alquímica da mitologia greco-romana, ela reproduz essa “teia” muito fina e quase invisível que Vulcano, marido de Vénus, construiu à volta de seu leito matrimonial, quando nele surpreendeu a esposa em flagrante delito com Marte: uma “teia” metálica muito fina, mas muito bela, a pender do tecto, através da qual todo o Olimpo podia ver e testemunhar o delito em que Vénus e Marte haviam sido apanhados. Todos o sabemos, para os alquimistas, o cobre é Vénus, o ferro é Marte e Vulcano é o fogo. Os três elementos fundamentais da “vegetação metálica”.

A. M. AMORIM DA COSTA
Departamento de Química da FCTUC



DULCINEIA OU A ÚLTIMA AVENTURA DE HENRIQUE GALVÃO

Os percursos de Henrique Galvão (1895-1970) e de Carlos Selvagem (1890-1973) constituem prova acabada das múltiplas contradições, evoluções, avanços e recuos político-ideológicos que acompanharam toda uma geração. De facto, nascendo nos finais da Monarquia Constitucional, estes amigos de longa data viveram intensamente os efervescentes anos da Primeira República, vindo a colaborar com o Estado Novo e morrendo pouco tempo antes da queda deste, após um longo período de dissidência. Personificam, além do mais, um singular encontro de gostos comuns, idiosincrasias e temas condutores, vazados em duas originais personalidades, cujo estudo está ainda por fazer. Assim, se a vida castrense foi uma primeira descoberta - Galvão apresentava-se como voluntário em 1914, ascendendo à patente de capitão vinte anos volvidos, enquanto Carlos Selvagem frequentava a Escola do Exército, participando na Grande Guerra, no cenário de operações de Moçambique - o teatro foi uma segunda. Na verdade, não somente ambos legaram um apreciável número de peças, como estiveram ligados à fundação, em 1925, da Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses, antecessora da Sociedade Portuguesa de Autores (SPA). Contudo, e o mesmo sucedeu com muitos outros seus contemporâneos, nunca as artes da dramaturgia os vieram a absorver por inteiro, podendo afirmar-se que constituíram um interesse secundário e, no caso de Galvão, até marginal.

NO TEATRO DA VIDA

Outro paralelismo, ou seja a ligação a África, aproxima ainda estas duas figuras, que chegaram, de resto, com diferença de poucos anos, a ocupar idêntico cargo em Angola: governador da Província de Huíla. Nos anos trinta e quarenta, sobre o pano de fundo do regime de Salazar, este interesse corporizava-se numa intensa actividade cultural: Galvão dirigia as Feiras Coloniais de Luanda e Lourenço Marques, a I Exposição Colonial do Porto de 1934 e a Secção Colonial da Exposição do Duplo Centenário de 1940. Por seu lado, Carlos Selvagem chefiava em 1937 a Missão Cinegráfica às Colónias, assinando nesse mesmo ano a peça *Telmo, o Aventureiro*, a qual foi agraciada, devido ao panegírico da colonização, com o Prémio Gil Vicente do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN).

O termo da Segunda Grande Guerra, com a vitória dos aliados, inoculou no país uma dose de esperança quanto a um eventual retorno à democracia, com o próprio Salazar a prometer, para quem o quisesse escutar, é certo: "eleições tão livres como na livre Inglaterra". Sabe-se

como tudo se passou... De qualquer modo, se a *Situação*, como em tantas outras ocasiões de crise, cerrou fileiras em torno do seu chefe, não evitou que uma parte dos seus quadros, visivelmente desencantada, passasse à *Oposição*. Era assim que Carlos Selvagem, em 1947, participava numa tentativa de golpe militar, que lhe valeria a prisão e a reforma compulsiva; era assim que Henrique Galvão, em 1949, apresentava um polémico relatório sobre o estado de Angola entrando, por sua vez, em ruptura. Doravante, o destino deste último, à maneira do teatro, seria recheado de lances tão inesperados quanto espectaculares. Preso em 1952, condenado por conspiração, evadir-se-ia em 1959, procurando asilo político na Embaixada da Argentina. Iniciava-se o seu exílio na América do Sul, de onde passou a encetar acções de luta que tivessem visibilidade internacional, de entre as quais a mais famosa foi o assalto ao *Santa Maria*, em 1961, sob o nome de *Operação Dulcineia*.

A VIDA NO TEATRO

Talvez não seja coincidência, numa derradeira analogia, a mais significativa peça de Carlos Selvagem, *Dulcineia ou a última aventura de D. Quixote*, estreada em 1943, dar pelo mesmo nome da operação levada a cabo pelo seu amigo. A acção do entrecho, antecipando a dramaturgia mais reivindicativa e politicamente empenhada dos anos cinquenta e sessenta, que tenderá a espelhar a repressão do presente em cenários históricos ou imaginários, decorre na utópica ilha da Tristiânia. Subjugada por tiranos, a sua população aguarda por um libertador, cujas trovas proféticas do Bandurra (leia-se Bandarra) anunciam ser D. Quixote, o *Desejado*, numa possível metáfora aos regimes autoritários português e espanhol (salazarismo e franquismo), tanto mais que se procede ao acasalamento de dois importantes elementos mítico-literários ibéricos: o Sebastianismo e o Quixotismo. Curiosamente, no assalto ao *Santa Maria* participaram tanto opositores de Salazar quanto de Franco, daí derivando talvez a escolha do nome de código *Dulcineia*. Afinal, simbolizando o "Cavaleiro da Triste Figura" e o seu escudeiro a essência dualista do Homem, já a feminina personagem de Cervantes sempre foi associada à utopia e ao seu carácter universalista. Mas, se no combate travado contra os governantes da Tristiânia, D. Quixote somente encontra traição, derrota e exílio, alguém recupera as suas armas, prometendo prosseguir a luta pela liberdade.

SÉRGIO NETO
Mestrando da FLUC e colaborador do CEIS20

UC DISTINGUIDA COMO A MELHOR UNIVERSIDADE DE LÍNGUA PORTUGUESA

A Universidade de Coimbra foi considerada pelo jornal britânico *The Times* como a melhor universidade de língua portuguesa do mundo. O 'The Times Higher World University Rankings 2006', elaborado pela consultora QS Quacquarelli Symonds, lista as melhores 520 universidades do Mundo e apresenta a Universidade de Coimbra no 266º lugar.

Os critérios escolhidos para a elaboração desta classificação foram, essencialmente, a qualidade da investigação, a empregabilidade dos graduados, a internacionalização das instituições e a qualidade pedagógica dos cursos, tendo sido consultados docentes, investigadores e empregadores, e considerados dados como o desempenho ao nível da investigação, a *ratio* estudantes/docentes, a proporção de docentes e estudantes estrangeiros ou as bolsas de estudo, entre outros.

Num *ranking* de que constam apenas mais duas universidades portuguesas, a Universidade de Coimbra, para além de ser a melhor classificada no conjunto das instituições dos países de língua portuguesa, é também a quinta da Península Ibérica.

Mais informações sobre o 'The Times Higher World University Rankings 2006' em www.thes.co.uk e www.topuniversities.com.

MAIS 134 NOVOS CURSOS EM 2007/8

A Universidade de Coimbra concluiu o processo de adaptação dos seus cursos ao Processo de Bolonha, na última de uma série de seis reuniões extraordinárias do Senado da Universidade, realizadas nos meses de Outubro e Novembro, em que foram aprovados os planos de 134 cursos de 1º, 2º ou 3º ciclo.

Durante estas reuniões, ficaram também definidas diversas garantias para os actuais alunos de cursos 'pré-Bolonha', como a de que poderão concluir os seus cursos de acordo com o actual plano curricular, se estiverem em condições de o fazer até 31 de Dezembro de 2008. Aos estudantes não abrangidos por esta medida será concedido um plano de equivalências para a nova reforma, podendo, no ano subsequente à conclusão da licenciatura, inscrever-se num curso de mestrado sem eventuais limitações de nota mínima ou *numerus clausus*, bem como pagando apenas propinas de montante igual ao dos cursos de licenciatura.

Desta forma, a Universidade de Coimbra cumpriu com o cronograma definido no início deste ano para a aplicação generalizada do Processo de Bolonha, e concluiu com sucesso um plano de acção que envolveu professores, estudantes e funcionários no acompanhamento desta reestruturação curricular.

A Universidade de Coimbra garantiu assim que, como defendido desde o início deste processo, não houve na instituição precipitações na elaboração das propostas de novos cursos e que, por isso, nenhum aluno que tenha escolhido a Universidade terá de dar passos atrás no seu percurso académico, assegurando-se que a formação recebida permitirá uma integração plena no novo espaço de ensino e de empregabilidade que a Declaração de Bolonha irá criar.

Recorde-se que a aplicação generalizada dos critérios de Bolonha vai ser iniciada a partir do ano lectivo de 2007-2008, uma vez que foi definido pela Universidade que, tendo em conta a condução deste processo no nosso país, esta seria a única forma de garantir o respeito cabal pela qualidade de ensino e de investigação que a Declaração de Bolonha exige.

Informação adicional sobre todos os cursos aprovados pelo Senado da Universidade de Coimbra encontra-se disponível em <http://www.uc.pt/bolonhau/naucnov.htm>

NAÇÕES UNIDAS EM COIMBRA

Entre 18 e 21 de Dezembro, o Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra foi palco de uma simulação do funcionamento da ONU. O objectivo da iniciativa, organizada pelo Centro Interdisciplinar de Pesquisa em Relações Internacionais de Coimbra, foi o de proporcionar um contacto directo com os métodos de procedimento deste palco de negociação internacional, bem como promover o intercâmbio de ideias entre estudantes, independentemente dos cursos ou estabelecimentos de ensino a que estes pertencem.

Como nas edições anteriores, os estudantes do ensino superior de todo o país foram convidados a formar delegações ou a participarem a título individual, para representarem um determinado país num órgão internacional em acção. Os órgãos nos quais se puderam inscrever foram o Conselho de Segurança, o Conselho de Direitos Humanos, o Conselho Económico e Social, o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

Durante os quatro dias, os temas centrais abordados foram o respeito pelos Direitos e Liberdades Fundamentais em época de luta contra o terrorismo, o enquadramento do papel das empresas multinacionais nos países de origem e nos países de acolhimento, ou o modelo de *peacekeeping* da ONU.

ESTÁGIOS DE JORNALISMO EM MACAU

Os alunos da licenciatura em Jornalismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) vão poder estagiar, já no presente ano lectivo, no *Jornal Tribuna de Macau*, ao abrigo de um protocolo assinado no dia 6 de Dezembro de 2006. Este é o primeiro protocolo do género assinado entre uma universidade portuguesa e um órgão de comunicação do Oriente.

O protocolo vai permitir a quatro estudantes da licenciatura em Jornalismo da FLUC estagiarem durante seis meses em Macau, sendo as despesas de deslocação e a estadia naquela cidade suportadas pelo *Jornal Tribuna de Macau*.

Informações fornecidas pelo Gabinete de Comunicação e Identidade da UC.



R I B A L T A

oficina
Dos Saberes

INSTITUTO GEOFÍSICO DA UC UM DEDO NO PULSO DA TERRA

O Instituto Geofísico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (IGUC) foi criado em 1864, no local onde ainda hoje funciona a sua sede: na Avenida Doutor Dias da Silva. Chamava-se, então, simplesmente, Observatório Meteorológico. Desde então, tem funcionado como observatório do ambiente. Aí se recolhem e tratam dados de climatologia (ainda existe o primeiro barómetro absoluto da Península Ibérica), de geomagnetismo (1866 – foi o primeiro e continua a ser o único observatório magnético português), de sismologia (1906 – a primeira estação sísmica portuguesa) e de ciência planetária (2001 - primeiro laboratório português reconhecido pela Agência Espacial Europeia, ESA, para o estudo do planeta Marte).

Nestes 140 anos de actividade, o IGUC tem sido o mais completo centro interdisciplinar de monitorização ambiental que existe no nosso país. Como tal, tem sido fonte para inúmeros trabalhos de investigação e de formação pós-graduada e presta serviços à comunidade, não só na forma de relatórios e pareceres, mas também ao receber, anualmente, em média, mais de mil jovens de todos os níveis de ensino.

ACTUALIZAÇÃO DA FICHA CLÍNICA DA TERRA

É difícil, hoje, talvez não tanto para o público em geral mas, especialmente, para os decisores políticos e económicos, compreender a necessidade de existirem instituições cuja principal missão é registar dados em contínuo. Os investimentos não se traduzem directa e imediatamente em receitas... Nem os investimentos na saúde, aliás. Esta pode ser uma boa analogia. Todos somos sensíveis aos problemas ambientais, às mudanças globais (por vezes apresentadas de uma forma demasiado catastrofista). Quando estamos doentes, os médicos não começam o diagnóstico pela cirurgia... Primeiro, analisam a nossa história clínica e depois servem-se de meios complementares como as análises clínicas, as radiografias ou os electrocardiogramas. É o que faz o IGUC há quase um século e meio: arquiva a "história clínica" do nosso planeta, para ajudar a diagnosticar a sua saúde. Senão, veja-se:

- A sismologia "toma o pulso" e, ao mesmo tempo, "radiografá" o interior da Terra. É graças a ela que conhecemos o interior do nosso planeta e são as ferramentas da sismologia que nos permitem, por exemplo, localizar jazidas de hidrocarbonetos ou estimar os riscos sísmicos – um passo essencial no ordenamento do território.

- A climatologia permite responder às perguntas sobre alterações climáticas; mede e regista a nossa temperatura (do ar, do solo), o nosso "aspecto" (as várias formas de radiação solar), a nossa "respiração" (pressão atmosférica, velocidade e direcção dos ventos), até a hidratação da nossa "pele" (precipitação, humidade atmosférica e do solo, evaporação).

- Os registos do Observatório Magnético são, por seu lado, os "electrocardiogramas" do Sistema Solar. Para além do campo geomagnético principal, originado no núcleo da Terra, que dirige as agulhas das bússolas para o Norte (aproximadamente - ou, de vez em quando, para o Sul...), o nosso planeta está permanentemente mergulhado em campos electromagnéticos cuja principal fonte é o Sol. Por vezes, esses campos são tão fortes que perturbam a nossa vida, alimentada pela energia eléctrica e pelas telecomunicações. Até já se identificou uma correlação entre as tempestades magnéticas e as tentativas de suicídio em Coimbra. É só graças ao trabalho contínuo dos observatórios magnéticos que é possível acompanhar e, em alguns casos, prever as variações bruscas dos campos geomagnéticos. O Observatório Magnético do IGUC é o único entre a Espanha e os Estados Unidos da América, pelo que a sua importância na compreensão destes fenómenos é global.

VANTAGENS DO CONTROLO A LONGO PRAZO

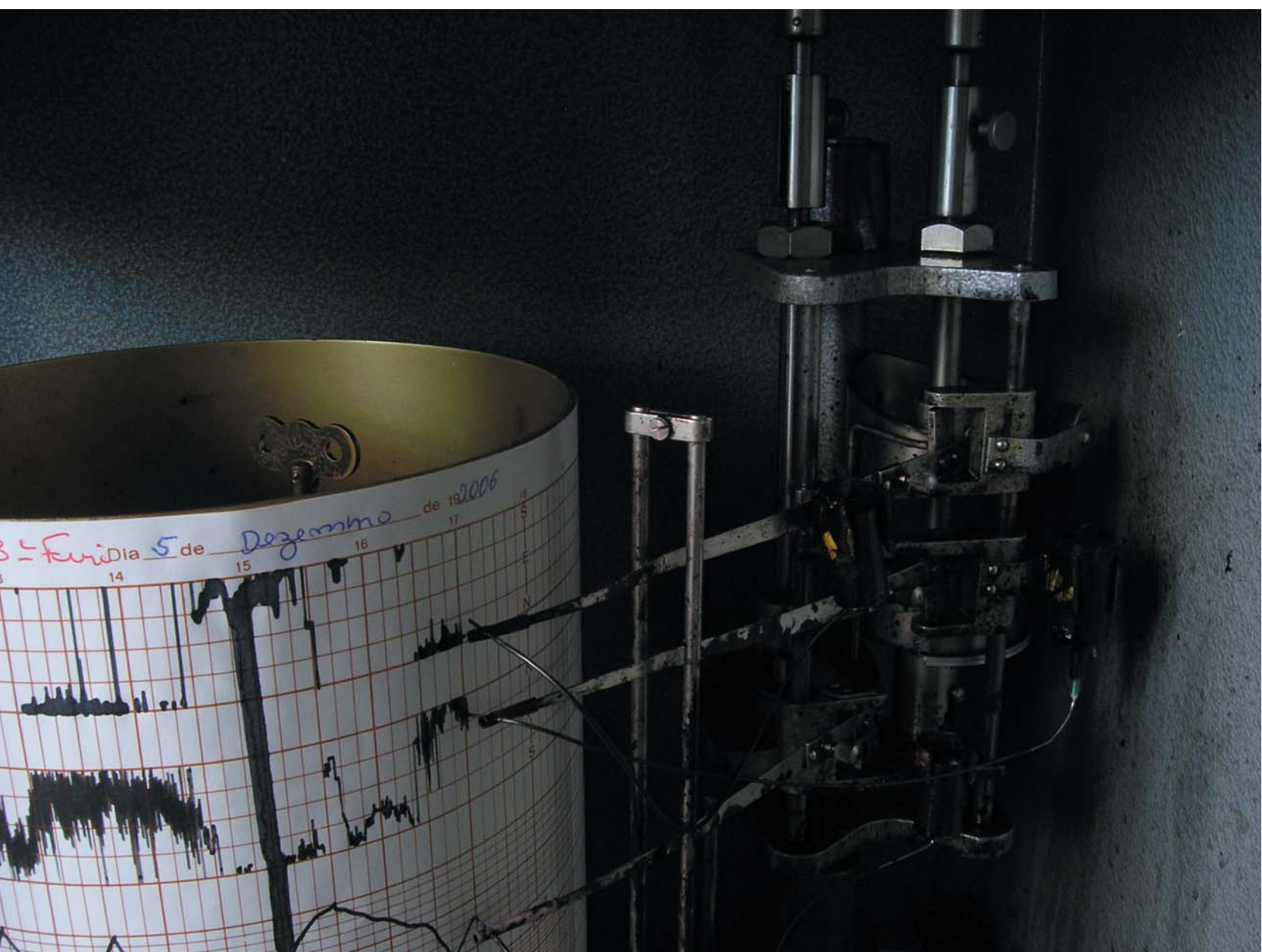
Só podemos saber se há, e quais são, as alterações globais da saúde planetária se preservarmos, analisarmos, continuarmos e acarinharmos as longas séries temporais dos antigos institutos geofísicos como o nosso. Para além das três componentes nucleares do trabalho do IGUC, outras têm vindo a ser acrescentadas ao longo dos anos, como a recolha de pólenes atmosféricos, o registo das radiações ionizantes na atmosfera, ou a qualidade do ar.

A última valência a ser acrescentada foi a Planetologia. Aqui, o trabalho do IGUC, através do seu centro de investigação, o Centro de Geofísica, não consiste em produzir dados mas sim em coligir, processar, analisar, arquivar e divulgar dados produzidos pelas missões espaciais da ESA e da NASA. Nesse sentido, construímos e mantemos a primeira base de dados relacional de imagens do planeta Marte, contendo ligações para mais de 300 mil imagens obtidas entre 1971 e 2005. Esta base de dados pode ser descarregada a partir do sítio internet do IGUC, <http://www.uc.pt/iguc>, tal como grande parte dos

dados recolhidos nos últimos anos pelas várias secções do Instituto Geofísico. O nosso sítio é um local privilegiado de ligação com o público, o que explica ter sido o 16º mais acedido de toda a rede da Universidade de Coimbra em 2005.

Como se lerá nas linhas acima, o IGUC é velhote mas está de boa saúde - e a sua saúde é um pouco a de todos nós.

IVO ALVES
IGUC-FCTUC



CENTRO DE LÍNGUAS UM NOVO PROJECTO DA FLUC

A criação do Centro de Línguas da FLUC foi aprovada na sessão plenária do Conselho Científico de 16 de Junho de 2005. Já previsto no plano estratégico da Faculdade como uma das medidas institucionais a concretizar, o Centro de Línguas pretende promover actividades de divulgação das línguas através do ensino e da investigação, mas também se propõe oferecer serviços novos, colmatando deficiências ao nível do conhecimento de línguas estrangeiras, rentabilizando recursos já existentes.

Pouco difundidos no nosso país, no âmbito do ensino superior, os centros de línguas existem em quase todas as universidades europeias (e não só). No nosso país, o conhecimento de línguas estrangeiras nem sempre foi encarado como uma competência importante na formação profissional de um licenciado, independentemente da sua área de especialização, sendo visto apenas como requisito para alguns grupos profissionais ou como um aspecto menor do desenvolvimento pessoal do indivíduo.

As universidades portuguesas enfrentam, no momento actual, novas realidades, nomeadamente, a integração no Espaço Europeu do Ensino Superior, que exigem uma redefinição do seu papel enquanto instituições inseridas nesse contexto global. As consequências desta integração têm implicações linguísticas e os objectivos do estabelecimento de um espaço universitário europeu só poderão ser atingidos se as universidades reconhecerem as suas responsabilidades na promoção do plurilinguismo, estimulando os estudantes a desenvolverem competências plurilingues e multiculturais e fornecendo-lhes os meios necessários para o alcançarem.

ESTADO DA ARTE

O conhecimento de línguas, no interior da Universidade, é ainda bastante deficitário, quer entre o corpo docente (com as consequentes dificuldades de colaboração inter-universitária e de participação em programas de mobilidade), quer entre funcionários e alunos. Muitos alunos têm competências em língua estrangeira insuficientes para desenvolverem adequadamente o seu trabalho, o que lhes dificulta também a participação em programas de intercâmbio, para os quais partem, muitas vezes, sem qualquer preparação linguística prévia.

A criação de um Centro de Línguas na Faculdade de Letras assenta no reconhecimento de que é necessário dar resposta adequada à actual situação e de que a FLUC pode dar um contributo para a definição e execução de políticas linguísticas dentro da Universidade de Coimbra, tendo em conta os espaços (europeu e outros) em que a Universidade se situa.

A principal tarefa do Centro é a organização de cursos de línguas. No seu primeiro ano de actividade, ofereceu um conjunto de cursos livres, quer de línguas europeias mais procuradas (francês, inglês, alemão), quer de línguas não europeias (árabe, chinês, japonês), quer ainda de línguas para fins específicos (alemão, francês e latim para juristas, latim para as Ciências da Vida), mas pretende-se, nos próximos anos, alargar a oferta, criando novos cursos em línguas estrangeiras, mas também em língua materna para fins específicos.

VISÃO PROSPECTIVA

Apesar de a principal actividade do Centro ser o ensino de línguas, prevê-se também a possibilidade de prestação de outro tipo de serviços de apoio linguístico, tais como o apoio à publicação de textos ou consultoria linguística.

O Centro de Línguas foi criado para prestar serviços, primordialmente, à comunidade universitária, mas também à comunidade extra-universitária, dentro do espírito de promoção do plurilinguismo. Os cursos livres de línguas são abertos ao público em geral, assim como os outros serviços que o Centro se propõe disponibilizar. Por outro lado, o Centro está preparado para responder a solicitações específicas de grupos, faculdades ou empresas, no âmbito das suas competências.

O Centro de Línguas da FLUC é um organismo em construção, não uma estrutura fechada. Deverá ser um organismo dinâmico, em constante adaptação às condições externas e às necessidades da comunidade em que se insere e que deve servir. Para isso, a oferta de serviços a prestar pelo Centro será apoiada num diagnóstico dos conhecimentos linguísticos da comunidade. Por essa razão, deverá o Centro de Línguas debruçar-se de modo reflexivo e teórico sobre o serviço que se propõe fazer. Pretende-se que este tipo de trabalho de reflexão teórica seja feito em estreita colaboração com a investigação levada a cabo em outros centros, seja no âmbito das linhas de pesquisa já existentes na FLUC, seja no âmbito das competências de outros centros da UC. A longo prazo, poderá o Centro de Línguas não ser apenas um organismo de prestação de serviços, mas ser reconhecido como um centro que se esforça por concentrar energias de pesquisa no âmbito do ensino das línguas e no âmbito do apoio académico e linguístico à comunidade que serve.

CENTRO DE ESTUDOS BIOCINÉTICOS ENTRE O CORPO BIOLÓGICO E O CORPO SOCIAL

O Centro de Estudos Biocinéticos da FCDEF-UC tem o corpo como objecto de estudo privilegiado. Não apenas o corpo entendido como entidade biológica primordial, mas também o corpo enquanto categoria antropológica e sociológica que se vai construindo e tomando novas configurações no devir histórico.

A identificação do corpo com o *indivíduo* é basicamente uma invenção moderna. No entanto, o corpo é uma categoria mental de longa duração, bastando para tanto recordar toda a metafísica ocidental baseada nas relações entre exterior e interior, entre o corpóreo visível e o incorpóreo invisível, ou a referência de Hobbes à comunidade política como *body politic*. A categoria *corpo* é um dos pressupostos gerais da ordem moderna, desde que a sua fixação jurídica a cunhou como sinónimo de propriedade e liberdade. Todavia, o corpo como propriedade de um sujeito autónomo acabou por justificar também o incremento das intervenções do próprio e dos outros na sua arquitectura biológica. Como intui Bragança de Miranda (2002): "Perversamente, o proprietário está a ficar sem propriedade, fazendo com que o 'corpo' mal consiga sobreviver às forças à solta na modernidade terminal que é a nossa. A actual afirmação do corpo leva, paradoxalmente, à crise do corpo moderno".

O CORPO COMO LUGAR DE PARADOXO

Com efeito, a contemporaneidade preside ao nascimento de um tempo quotidiano completamente penetrado pela simultaneidade do culto e da crise do corpo. A busca alargada de um sentido actual e imediato para a vida humana é um dos seus principais sintomas: a angústia da idade, as obsessões com a saúde e a forma, os rituais de manutenção e de regime alimentar; a busca das terapias autónomas e a proliferação da automedicação são indicadores do fascínio sem precedentes pelo auto-conhecimento e pela auto-realização dos sujeitos. Entretanto, uma tal reflexividade, impregnada de saber médico e psicológico, típico da modernidade tardia, nem sempre tem acrescentado capacidade de domínio da situação exterior aos indivíduos. Contrariamente, intimida e inibe, frequentemente, as possibilidades de opção. O maior conhecimento sobre a vida social não parece ter consequências num maior controlo sobre o nosso destino. Tal incapacidade, originada pelos excessos da reflexividade, é também

a consequência da atmosfera de rigidez e de imobilidade do todo social. A sociedade parece imune a qualquer mudança, enquanto as reformas permanentes se deslocam para o indivíduo e para o seu corpo. É no preciso momento histórico em que a crise de conhecimento da sociedade no seu conjunto faz decair todas as imagens utópicas, que o conhecimento de cada indivíduo sobre si e as possibilidades de alteração de arquitectura corporal que parece assegurar se tornam no último reduto da liberdade possível. O corpo aparece assim como origem e fim das novas utopias de felicidade pessoal e social.

OBJECTO DE ESTUDO TRANSVERSAL

Neste contexto, assistiu-se nos últimos anos a um desenvolvimento sem precedentes dos discursos sobre o corpo. Entre outros domínios, a Sociologia do Corpo emergiu como uma área distinta de estudo e pesquisa. O corpo tornou-se de tal forma central nos estudos académicos que passou a ser a placa giratória do contacto directo entre áreas científicas tradicionalmente divorciadas. Dos estudos biológicos aos estudos culturais, do feminismo aos *gender* e *gay studies*, da farmacologia à dietética, da cibernética à história da arte, do estudo da performance humana à cirurgia, da biofísica à dança, da crítica cultural à imagiologia, tudo confirma que está a ocorrer uma amplificação do corpo e que essa amplificação é, antes de mais, uma proliferação de discursos sobre o corpo. Embora o CEB não tenha ainda a massa crítica necessária à mobilização de todos estes saberes sobre o corpo, mantém como programa estratégico a ambição de o vir a conseguir. A representação que temos do corpo é o resultado de um processo histórico multifactorial. Condicionantes científicas, culturais e técnicas contribuíram para a forma específica como o percebemos. Mauss (1973) propôs a noção de *técnicas do corpo* para sublinhar a natureza social das práticas corporais, uma espécie de *habitus* corporal que varia de acordo com factores sociais tais como a educação, a riqueza, a moda e o prestígio. Mauss (1979) considera a moderna noção de pessoa como um símbolo resultante de uma particular forma de elaboração da personalidade e como um modelo específico de atribuição da subjectividade aos indivíduos. Esse é o resultado da invenção de tecnologias da subjectividade (Foucault, 1988) que conduzem os indivíduos a relacionar-se consigo mesmos enquanto

sujeitos dos seus próprios comportamentos e capacidades. Tanto Mauss quanto Foucault recusam uma subjectividade original, uma essência ontológica de cada um, considerando ambos que o sujeito não existe fora dos processos sociais, sobretudo os de ordem discursiva que os produzem enquanto seres livres e autónomos.

Nesta visão, a perspectiva do corpo enquanto invólucro de um ser unitário deveria ser abandonada. Em vez de falar de uma entidade intrínseca ao corpo, sugere-se que o corpo próprio é o resultado de um específico regime corporal que induz uma certa relação com o indivíduo incorporado e deste com a noção de corpo enquanto totalidade. Noutros termos, o agenciamento é ele próprio um efeito, o resultado de tecnologias de si que invocam os seres humanos como realidade corporal. Reconhece-se, assim, a necessidade de pensar não apenas as condições biológicas da existência do homem, mas também as condições históricas e sociológicas que tornaram possível ao homem constituir-se a si próprio como objecto de reflexão.

O corpo parece hoje ganhar em dignidade e valorização porque se pressupõe o zelo pelo seu bom funcionamento. Embora o CEB tenha objectivos científicos e sociais relacionados com o desenvolvimento da saúde humana, não ignora que esta representação "saudável" do corpo está associada ao desenvolvimento de um complexo técnico-científico que apresenta a medicina preditiva, baseada no conhecimento genético, como a plataforma da saúde perfeita. Por conseguinte, o CEB tem vindo a integrar progressivamente na sua actividade de pesquisa a análise crítica dos discursos sobre o corpo, tentando compreendê-los também a partir da análise desta crença no progresso e na perfeição humanas que tem conduzido à progressiva "eugeniização" da sociedade.

RUI MACHADO GOMES
Coordenador do CEB no biénio 2004-2006



GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SUBAQUÁTICAS ARQUEOLOGIA NAVAL ENTRE A UNIVERSIDADE E O MAR

Estávamos no Verão de 2003, à mesa de uma esplanada do Baleal, em Peniche. Era uma conversa entre um grupo de amigos mergulhadores e interessados pelas questões da História, da Arqueologia e do nosso Património, na qual participava Filipe Castro, professor na Universidade A&M do Texas - EUA.

O Baleal era o local ideal para esta tertúlia, pois sendo zona de naufrágios desde o século XVII até ao final do século XIX, aquela outrora ilha possui uma grande riqueza arqueológica subaquática, cuja verdadeira dimensão está ainda por determinar.

Entusiasmados com o que nos dizia o arqueólogo, ficou decidido ali mesmo que um grupo como o nosso e com as nossas motivações bem poderia constituir-se numa Associação.

Em Março de 2004 nascia então, por escritura pública, o GEPS – Grupo de Estudos e Pesquisas Subaquáticas, uma Associação sem fins lucrativos tendo o estudo e a defesa do Património Arqueológico Subaquático por objectivos.

No entanto, um grupo de motivados mergulhadores não chega para fazer ciência, ou trabalho científico rigoroso, afinal aquilo a que nos propúnhamos para ocupar os nossos tempos livres. Neste contexto, procurámos imediatamente competências técnicas e científicas especializadas, que acabariam por chegar graças à orientação de Vasco Mantas, professor na Universidade de Coimbra, o que muito nos honra. Seguiu-se a assinatura de um protocolo de cooperação com a Reitoria desta Universidade, o que igualmente muito nos sensibiliza, pela confiança depositada.

Veio depois a assinatura de protocolos com o IPA/CNANS (Instituto Português de Arqueologia/Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática) e com as Câmaras Municipais onde viríamos a desenvolver trabalhos de investigação: Peniche e Lourinhã.

RESULTADOS DA COOPERAÇÃO

Desta forma, definiram-se objectivos e vocações, sendo duas as principais prioridades: o desenvolvimento de trabalho arqueológico subaquático de forma estritamente voluntária e não remunerada, numa parceria com os vectores definidos pelo CNANS para aquelas regiões e com as câmaras locais em apreço; a tomada de medidas para proporcionar a alunos e a recém-licenciados da Universidade de Coimbra a oportunidade de contactarem com as técnicas e proble-

máticas científicas decorrentes de sítios arqueológicos subaquáticos, e com a direcção ou co-direcção de trabalhos arqueológicos subaquáticos.

De início, houve algum cepticismo quanto à nossa capacidade, uma vez que nos propúnhamos desenvolver várias frentes de trabalho: por um lado, na Lourinhã, no sítio de Vale de Frades (onde teve lugar um naufrágio, no século XVII ou XVIII) e também na Ponta do Peralta (onde naufragou o galeão S. Nicolau, em 1642), realizando-se igualmente diversas actividades de investigação no Arquivo Municipal, com vista à elaboração da Carta Arqueológica Subaquática do concelho. Por outro lado, em Peniche, onde, para além da investigação dos arquivos com vista à produção da mesma Carta Arqueológica local, acabou por surgir um desafio ainda maior: no sítio dos Corticais, na costa sul de Peniche, o caçador submarino Luís Santos Jorge achara aquilo que viria a revelar-se como um dos mais relevantes locais subaquáticos do país, por se tratar de um naufrágio do período romano. A investigação neste local tem sido dirigida pelo arqueólogo Jean-Yves Blot, a pedido do IPA/CNANS, tendo o GEPS convertido este projecto na sua prioridade, com mais do que uma campanha por ano desde 2004, contando sempre com o apoio logístico da Câmara Municipal de Peniche.

Deste modo, desde 2004, ou seja, após menos de três anos de existência, o GEPS já proporcionou o contacto com a experiência arqueológica subaquática a mais de duas dezenas de alunos da Universidade de Coimbra, alguns dos quais são hoje seus associados e elementos pilares da sua actividade, demonstrando inclusivamente uma dedicação e um empenho pouco comuns, sinal de uma formação de qualidade.

Resta-nos esperar a continuidade do apoio da Universidade de Coimbra (ao assegurar um protocolo de funcionamento), do IPA/CNANS e do arqueólogo Jean-Yves Blot, assim como a manutenção da confiança depositada pelas câmaras municipais de Peniche e da Lourinhã, sem cujo apoio não seria possível alojar e alimentar aqueles alunos.

Mais informações em www.gepsnet.org

JORGE RUSSO
Presidente do Grupo de Estudos e Pesquisas Subaquáticas

Bolsa de Escumilha • Vale de Frades
Foto GEPS



TEATRO AVEIRENSE UM ESPAÇO DE REFERÊNCIA NA ZONA CENTRO

Em 1879 foi constituída a “Sociedade Construtora e Administrativa do Teatro Aveirense”. Em 1881 estavam concluídas as obras. A inauguração foi feita pela Companhia do Teatro Nacional de D. Maria II, que apresentou *A Mantilha da Renda*, *o Amor por Conquista* e *Os Dois Sargentos*.

A actividade foi interrompida em 1947 e, depois de profundas obras de remodelação e adaptação, o *Teatro Aveirense* reiniciou a sua actividade em finais de 1949. Em Julho de 1974, nasceu a sociedade “Teatro Aveirense, Lda.”. Apesar do interesse, já antigo, da Câmara Municipal pelo Teatro, nunca, até Novembro de 1998, foi possível concretizar a referida aquisição.

Em Junho de 2000, o Teatro encerrou as suas portas para dar lugar a obras de vulto, para modernização do espaço e dos equipamentos. O Teatro Aveirense reabriu no dia 23 de Outubro de 2003, depois de três anos de obras de recuperação e remodelação. Aveiro passou então a dispor de um espaço municipal com condições técnicas de excelência e de um quadro de pessoal profissional com competências nas áreas das artes do espectáculo.

UM ESPAÇO QUE SEDUZ E PRODUZ

O Teatro é um espaço de conhecimento, de saber e de actualidade artística. Quer-se que o Teatro aproxime territórios, permita a descoberta de novos imaginários e utopias e que impulse o encontro de diferentes comunidades.

Conforme consta da sua missão, o Teatro Aveirense assume-se como uma estrutura de programação regular, cuja filosofia de actuação o destaca como uma entidade de acolhimento por excelência.

No entanto, os avanços a nível da produção – tomando como exemplo *A Menina do Mar*, um texto de Sofia de Mello Breyner Andresen com música de Fernando Lopes Graça – correspondem ao início de uma nova vertente para o Teatro Aveirense, para além da vertente do acolhimento: a produção própria.

A programação é feita tendo em conta três premissas: qualidade, diversidade e custos. Considerando que o Teatro Aveirense é um espaço de referência cultural, por excelência, na cidade de Aveiro e na região, nivelar a sua programação em termos de qualidade superior é sempre um desafio, já que a subjectividade da selecção é, obviamente, discutível.

DIVERSIDADE, CUSTOS E CRIATIVIDADE

Um Teatro Municipal tem como função apresentar espectáculos de todas as características, para todos os públicos. A dança, o teatro, a música, a performance. Ao longo de 2006, todas estas áreas artísticas tiveram o seu espaço e o seu tempo. Mas quando se fala em diversidade, não é apenas em relação aos espectáculos, mas também aos públicos. Das crianças aos seniores, dos mais restritos ao grande público, a oferta existiu. Os aplausos ecoaram.

Mas programar, colocar espectáculos em cima do palco, é também gerir com consciência e responsabilidade, já que se trabalha com dinheiros públicos.

O Teatro Aveirense tem um orçamento pequeno, direi mesmo curto. E é aqui que temos de ser imaginativos, inventivos. Satisfazer os desejos do público, aquilo que ele gostaria de ver, aliando a qualidade, a diversidade com esse eterno “objecto” que nos obriga ao rigor e à disciplina económica: o orçamento.

A formação, a discussão, exposições, lançamento de livros, conversas, os momentos para dança têm trazido novas gentes, novos públicos, novas energias e fundamentalmente VIDA ao bar e ao salão nobre do Teatro. Não confundindo o Teatro Aveirense com a casa das associações culturais da cidade, porque não é essa a função de um Teatro Municipal, as estruturas culturais profissionais, semi-profissionais e amadoras têm tido as portas abertas, apresentando as suas propostas. Orquestra Filarmonia das Beiras, Companhia de Dança, Efémere – Companhia de Teatro de Aveiro, Grupo Experimental de Teatro da Universidade, Banda de Amizade, Casa da Cultura da Juventude, Universidade, entre outras, já passaram pelos palcos do Teatro Aveirense, debaixo de aplausos que não se regateiam quando a inovação, a imaginação e a qualidade fazem parte das iniciativas.

PROGRAMAÇÃO PARA VÁRIOS GOSTOS

A programação de 2006 foi rica, diversa. Abrangeu todas as áreas performativas. Destacando alguns dos espectáculos, por exemplo no teatro: *O Romeu e Julieta* de William Shakespeare, um grande clássico que continua a apaixonar gerações e gerações. Mas quem prefere a Commedia dell'Arte pôde ver o *Arlequim, servidor de dois amos*, ou o musical *Os Sonhos de Einstein*.

Os grandes Bailados Clássicos (*A Bela Adormecida, Giselle, Quebra Nozes*) conviveram com a dança contemporânea (*A Farra, Pure, Pixel, Sand Table*).

O Teatro Aveirense foi ainda palco de grandes concertos: com Olívia Byington, com os Delfins, a cantora Jacinta, com A Naifa e com a Orquestra Filarmonia das Beiras, que continua regularmente a apresentar o seu programa no Teatro Aveirense. Também a Orquestra Metropolitana de Lisboa disse 'presente'.

Em tempo de efemérides, os 250 anos de Mozart não foram esquecidos. Entre várias iniciativas, destaca-se a apresentação de "As Bodas de Fígaro".

Do mesmo modo, o teatro dito "comercial", não foi ignorado: José Pedro Gomes com *Coçar onde é preciso*; Teresa Guilherme e Miguel Falabella com *O Submarino*; ou Sofia Alves com *Socorro, estou grávida*.

Um serviço educativo activo, participativo, com iniciativa, é um dos vectores de que o Teatro Aveirense se pode orgulhar. Praticamente todas as semanas as escolas 'invadem' o espaço teatral e os gritos,

os risos, as correrias, as perguntas mais inesperadas surgem associadas aos espectáculos, às acções de formação, às animações. As crianças tomam então o teatro nas suas próprias mãos.

Mas, no meio de todo este frenesim de que é feita uma casa de espectáculos, não podia deixar de falar nessa iniciativa, única em Portugal, que foi o I Festival "VOZ de Mulher", que trouxe, em espectáculo único, a voz ímpar de Meredith Monk ao palco do Aveirense. Durante o ano 2006, decorreu um estudo sobre o público que vem ao Teatro Aveirense. É mais um instrumento de trabalho para uma maior aproximação, um melhor conhecimento, uma maior responsabilidade para uma Direcção Artística, que objectivamente trabalha para OS PÚBLICOS.

Um Ciclo de Shakespeare, Dramaturgia Portuguesa, Novo Circo, Concertos, Orquestras, Dança Contemporânea e Clássica são as apostas de 2007, para que cada vez mais o TEATRO AVEIRENSE seja um PALCO ABERTO.

RUI SÉRGIO
Director Artístico do Teatro Aveirense



CÉLULAS ESTAMINAIS: PLASTICIDADE E CONTEXTO

Se há uma verdade em Biologia, é esta: hoje, para além de conhecimentos que têm permanecido válidos ao longo de séculos, inevitavelmente trabalhamos também paradigmas que teriam sido considerados heresias, ou erros grosseiros, por pessoas inteligentes de outras gerações. E fazemo-lo, por definição, ignorando as inevitáveis lacunas que gerações subsequentes apontarão aos dogmas actuais. Algo que a fluidez de discurso científico pedagógico, com um certo tom de inevitabilidade, impede muitas vezes de perceber, até pela facilidade com que englobam novas descobertas, como se sempre lá tivessem estado. E porque raras vezes se esclarece que nem todos os paradigmas são iguais, que existem diferentes graus de certeza. Isso é tanto mais relevante quanto a mediação contemporânea faz com que alguns debates se esgrimam "certezas" antes de terem sido demonstradas enquanto tal. E o debate sobre células estaminais é um caso paradigmático.

CÉLULAS COM POTENCIAL
PARA SE DIFERENCIAR

Um organismo adulto, composto por vários tipos de células, é resultado de processos altamente regulados, onde uma mera divisão celular a mais ou a menos tem consequências drásticas. Após a fertilização, um zigoto dá origem a um embrião com várias células. Destas, um subconjunto tem o potencial para gerar todos os tipos de células do organismo (e, portanto, todo o organismo), algo que tem lugar sobretudo após a implantação do embrião no útero. Essas células são classificadas como células indiferenciadas (significando que não têm características de nenhum tipo celular específico) e pluripotentes (significando que podem dar origem a todos os tipos celulares). Isto embora a designação mais popular seja a de células estaminais (ou "células-tronco"), células que detêm duas propriedades fundamentais: a capacidade de auto-renovação, e a capacidade de produzir células com diferentes funções. Mas o embrião não tem o exclusivo das células estaminais. Alguns tipos podem ser encontrados no líquido amniótico, cordão umbilical, placenta, ou indivíduo adulto. É certo que a maioria das células do organismo adulto, organizadas em tecidos e órgãos, adquirem ao longo do seu desenvolvimento características que lhes permitem efectuar funções específicas. Essas características são definitivas, e implicam que as células perdem plasticidade, designando-se, por isso, células diferenciadas. No entanto,

em muitos órgãos subsiste uma pequena e rara população de células estaminais, que tem um papel importante na renovação celular; sobretudo (mas não só) em tecidos em que é necessário produzir continuamente novas células, como acontece na pele ou no sangue. Na verdade, as células estaminais mais estudadas não são embrionárias, mas antes as células estaminais hematopoiéticas, isto é, as células que dão origem aos diferentes tipos celulares que compõem o sangue (glóbulos vermelhos, glóbulos brancos, plaquetas) e que residem, por exemplo, na medula óssea. A razão prende-se, em parte, com a longa e bem sucedida história da sua utilização terapêutica: quando se realiza um transplante de medula o objectivo é utilizar células estaminais hematopoiéticas retiradas de um dador, para restaurar essa função num paciente. Mas o debate actual em torno das células estaminais adultas relaciona-se com os limites da sua plasticidade. Nomeadamente, saber se apenas dão origem a células do tecido onde residem, ou se podem originar células de outro tipo. Ou seja, se podem ser utilizadas em intervenções terapêuticas fora do tecido de onde foram retiradas. Por exemplo: se uma célula estaminal hematopoiética for retirada da medula óssea e colocada junto a um músculo, dará origem a células sanguíneas, ou a células musculares? Por outras palavras: leva o contexto consigo, ou adapta-se a um novo contexto?

AS CÉLULAS E OS CONTEXTOS

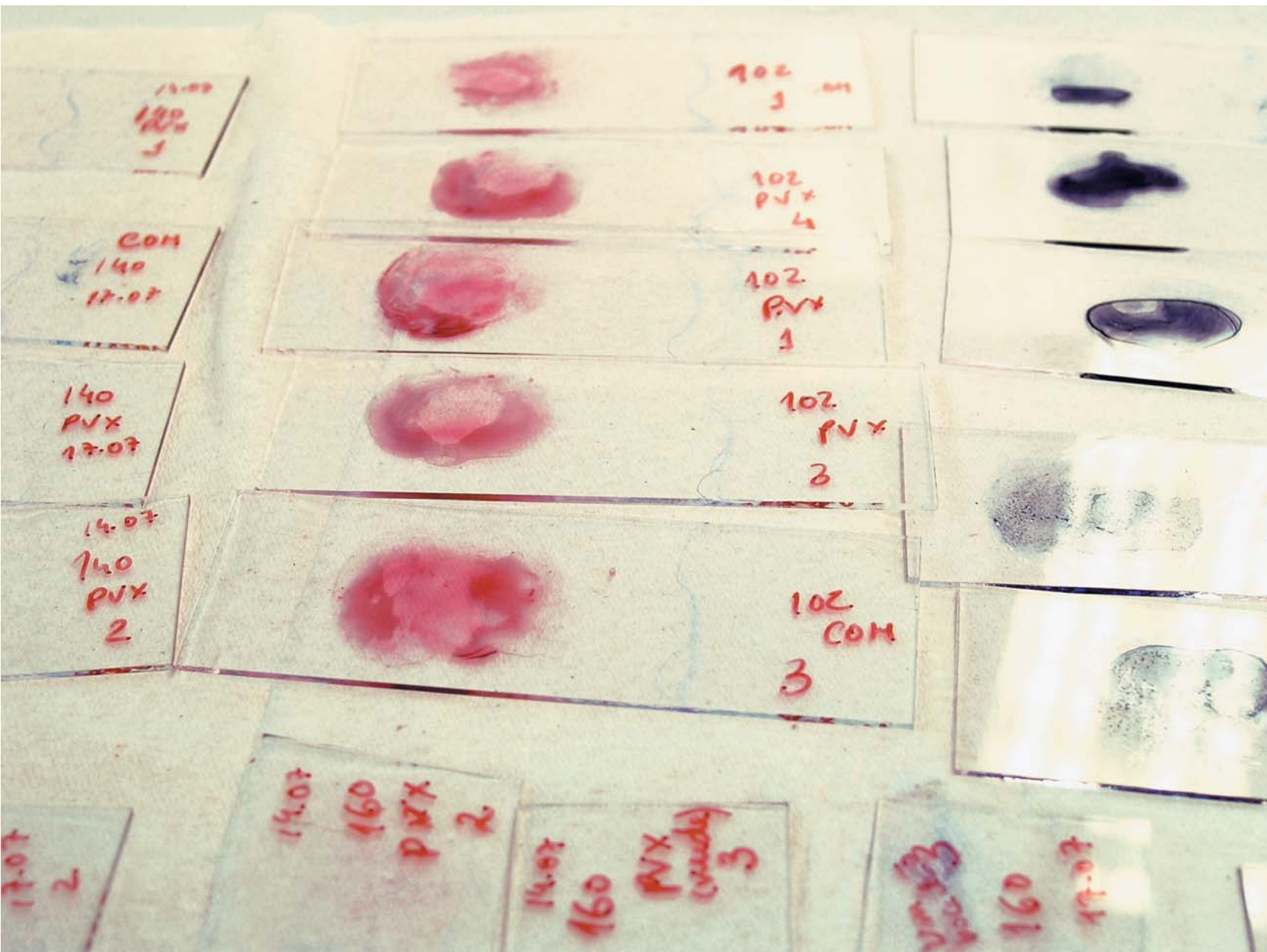
Com as muito debatidas células estaminais embrionárias, a questão não é a existência de um contexto, mas a sua ausência. Estas células resultam de um artefacto técnico, são obtidas removendo de um embrião pré-implantatório, obtido por fertilização *in vitro*, as células que, em circunstâncias normais, dariam origem a todo o organismo. Retiradas do contexto do embrião, e privadas de coordenadas que lhes indiquem vias de desenvolvimento (para formar pele, nervos, músculos, etc.), as células dividem-se indefinidamente enquanto esperam por essas coordenadas. É pois possível manipular essas células, recriando artificialmente diferentes contextos de modo a que formem todos os tipos celulares *in vitro*. É isto que dá às células estaminais embrionárias um potencial enorme em termos de produzir células para reparar tecidos lesados; e, sobretudo, as torna um excelente modelo para estudar processos de desenvolvimento que ocorrem num local pouco acessível a observação, *in utero*.

A palavra-chave é "potencial", e há pelo menos três problemas fulcrais com o uso de células embrionárias: a) formar apenas as células pretendidas num dado momento; b) garantir que as células inseridas num tecido danificado são funcionais e recuperam o tecido; c) evitar que essas mesmas células se dividam indiscriminadamente (e causem tumores).

Ou seja, as questões científicas residem em saber se é possível controlar a diferenciação de células estaminais embrionárias, e se é possível obter células adultas em número suficiente, e levá-las a originar tecidos que não aquele de onde provêm. Com uma abundância de resultados preliminares disponíveis, não há respostas conclusivas para estas questões, embora nada impeça que a discussão tenha lugar como se as houvesse. Só que, numa discussão com poucas certezas, é mais fácil outros elementos entrarem em jogo. Se pode ser difícil obter células adultas em número apreciável, os indivíduos em causa

são, por definição, adultos. Para se obterem células estaminais embrionárias é necessário, na maioria dos casos, destruir embriões. A questão a debater é qual o estatuto desses embriões, uma questão que não é uniforme, nem mesmo de um ponto de vista religioso. Por exemplo, em religiões que privilegiam, não a fertilização (como o Catolicismo), mas a ligação materno-fetal (como o Judaísmo) o uso de embriões pré-implantatórios para investigação biomédica é possível. Como também o é em países de maioria católica, pelo menos em certas regiões (por exemplo, Espanha). Como todas as questões que dizem respeito a células estaminais, é tudo uma questão de contexto.

JOÃO RAMALHO SANTOS
Centro de Neurociências e Biologia Celular
Departamento de Zoologia
Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC
jramalho@ci.uc.pt





20 LAR90

“O escritor é considerado como um luxo e não uma necessidade”

Tal como Antero de Quental, Teolinda Gersão acredita que a “poesia moderna é a voz da revolução” em que o escritor tem um papel de destaque e que não é descartável, apesar de achar que existe alguma escrita descartável. É o caso da chamada “literatura *light*”, fenómeno que permite, na opinião da escritora, uma comparação com o acto de deixar uma revista num banco de comboio depois de usada. Na sua notável simplicidade, Teolinda Gersão confessa que gostaria de ter mais leitores. Acredita que é pouco conhecida porque existe um ciclo vicioso em que apenas os *best-sellers* são expostos e que é difícil de quebrar por quem não paga a sua própria promoção.

Natural de Coimbra mas actualmente a viver em Lisboa, Teolinda Gersão ofereceu a casa materna para uma conversa marcada pelo ritmo de um relógio de parede e que acabou com a oferta de *Silêncio*, o seu primeiro livro, escrito em 1981 e vencedor do prémio do Pen Club Português de Ficção.

R•L *Duas mulheres da sua família [duas tias, irmãs do pai da escritora] foram das primeiras universitárias do país, aqui em Coimbra. O percurso destas mulheres influenciou a sua vida?*

T.G. Sim, mas não só elas, antes toda a família. A minha família era culta e dava muita importância à educação. Era muito liberal, no sentido em que pensava que as mulheres deviam ter os mesmos direitos que os homens.

R•L *Enquanto estudante participou no Teatro dos Estudantes da UC (TEUC)*

e colaborou na revista Via Latina. Considera que estas actividades paralelas são importantes na formação universitária de um aluno?

T.G. São muito importantes. Aprende-se a trabalhar em equipa, outros saberes que não apenas os académicos e que têm a ver com a comunidade.

O papel que me deu mais prazer fazer no TEUC foi o de anjo nos *Autos das Barcas* de Gil Vicente, porque praticamente não tinha que falar! [risos] Fiz também de Formosura, na peça *O Grande Teatro do Mundo*, de Calderón de la Barca. Confesso que sempre me senti fascinada pelo teatro. Não é por acaso que quatro livros meus já foram adaptados ao teatro e encenados. Mas não sou boa actriz, de maneira nenhuma.

R•L *Reconhece-se nas adaptações das suas obras?*

T.G. Reconheço. Duas das peças foram adaptadas por mim. Num dos casos, por iniciativa minha, noutro a pedido do Jorge Listopad, que encenou os *Teclados*. Nos outros dois casos, foram duas pessoas ligadas ao teatro que tomaram essa iniciativa. Fernanda Neves adaptou o *Silêncio* (vai ser encenado em 2007) e João Brites adaptou os *Anjos*. Em nenhum dos casos tive a menor interferência. Já na peça *Anjos* só vi o resultado final e gostei imenso. Embora ele tenha pegado no lado burlesco, que não é o mais forte, a adaptação tem toda a razão de ser. Em relação ao *Silêncio*, não faço a menor ideia, não quis ver, é surpresa total.

R•L *E o que fazia na revista Via Latina no final da década de 50?*

T.G. Fazia parte da redacção. Publicávamos poemas, artigos, artigos de opinião. Enfim, houve textos muito variados. Foi uma altura interessante da vida universitária em que apareceram muitas iniciativas. Aliás foi engraçado, pois por minha iniciativa pedi a um leitor de alemão da Faculdade de Letras, Harald Eder, que escrevesse um artigo. Ele escreveu um que criticava a universidade portuguesa, onde defendia que havia muita pompa e circunstância, pouco sentido crítico, e onde os alunos não eram ensinados a pensar. Vigorava o *magister dixit*. Esse artigo levantou uma celeuma enorme da parte da UC.

R•L *Mas qual foi a reacção da universidade?*

T.G. O professor Paulo Quintela ficou bastante ofendido com o artigo que criticava a UC, como se a Universidade fosse inatacável. Fez com que o contrato do leitor fosse rescindido e ele teve de voltar a meio do ano para a Alemanha. Foi uma reacção perfeitamente inesperada, porque era um artigo de opinião e a opinião é livre. Nunca esperei que ele tivesse essa atitude, nem a PIDE se preocupou. Foi uma experiência curiosa, perceber que os meios de comunicação podem estar sujeitos a uma grande repressão.

R•L *E sentiu repressão por parte do poder instituído na revista?*

T.G. Nunca aconteceu. Só dessa vez e do lado mais inesperado. Da parte de um professor conhecido pelas suas posições liberais.

Publicávamos aquilo que considerávamos interessante. As grandes instâncias estavam pouco preocupadas com o que escreviam os jovens.

R•L *Além da passagem académica por Coimbra, estudou e foi leitora de Língua Portuguesa em Berlim. Quais as diferenças entre os dois sistemas de ensino?*

T.G. Primeiro, o nível de ensino era mais alto, tinha mais qualidade científica. Era muito mais livre e podia-se estudar aquilo que se queria. Matriculei-me nas cadeiras que me interessavam. Aproveitei imenso como aluna.

R•L *Qual a receptividade dos alunos para a aprendizagem da língua portuguesa?*

T.G. Havia poucos alunos. A maioria dos estudantes de português era filha de emigrantes que queriam ter contacto com a língua. Depois da revolução de Abril, a literatura portuguesa teve uma grande abertura, surgiram muitos autores, livros que interessam a outros países.

R•L *E cresceu muito em Berlim a nível literário?*

T.G. Sim. Aliás, o meu orientador da tese de doutoramento, Walter Hoellerer, era também escritor e foi para mim uma referência. Havia um colóquio literário em volta dele, em que havia muitos escritores. Foi muito agradável conviver com outros escritores e ler as suas obras. Foi nessa altura que li Günter Grass, Ingeborg Bachmann, Peter Schneider, Peter Weiss, autores que na altura eram

muito falados, alguns dos quais cheguei a conhecer pessoalmente. Foi muito interessante.

R•L *Podem dizer-se que ganhou mais em Berlim do que em Coimbra?*

T.G. Ganhei coisas diferentes. Coimbra foi o sítio onde nasci e vivi. Sempre houve uma ligação à cidade. Já conhecia a tradição e a sua vida própria. A vida estudantil também teve o seu encanto. Coimbra era muito provinciana na altura, não se sentia aqui o pulsar da Europa, era tudo muito fechado. A ida para o estrangeiro foi uma porta aberta para o mundo. Felizmente tive bolsas que me permitiram concretizar esse objectivo.

R•L *Foi sozinha?*

T.G. Não. Havia um grupinho de portugueses, entre eles, a minha prima Eliana Gersão, o Boaventura de Sousa Santos e o António Caeiro.

R•L *Regressou em 1965 a Portugal e foi dar aulas na Faculdade de Letras de Lisboa. Como contornou a ideologia do regime fascista no conteúdo das aulas?*

T.G. Embora estivesse numa época repressiva, sempre dei as aulas sobre os assuntos que me interessavam. Na altura não havia o acompanhamento dos assistentes como há hoje. Os professores desinteressavam-se e por vezes não faziam grande caso do trabalho dos assistentes. Em certa medida, tínhamos liberdade de fazer as aulas e de escolher os temas.

R•L *De que é que gostou mais nos 30 anos em que foi professora?*

T.G. Dei aulas na Faculdade de Letras de Lisboa e na Universidade Nova. Numa e noutra tive um conjunto de alunos que realmente sobressaíram e que hoje têm profissões interessantes, uns são escritores, actores, jornalistas e alguns publicaram livros. Foi muito gratificante trabalhar com eles, sobretudo nos últimos anos, em que só estive a trabalhar com cursos de mestrado e de doutoramento.

R•L *Quando é que soube que queria ser escritora?*

T.G. Soube muito cedo, comecei a escrever na escola primária. Sempre quis ser escritora.

R•L *De onde vem a inspiração?*

T.G. Dos sítios mais variados. Fundamentalmente, vem do mundo à nossa volta. Dos grandes temas de hoje, como a identidade, a liberdade, a opressão, a solidão. Estamos num mundo muito massificado, em que as pessoas estão muito sós. A ausência dos afectos e a crise dos valores são temas que me interessam.

R•L *Todos os livros têm uma crítica inerente. A sociedade actual incomoda-a?*

T.G. Incomoda em muitos aspectos. Porque as pessoas não são felizes. A vida é muito injusta, sobretudo quanto menos privilegiada é a classe social em que se está, mais dura é a vida que se leva. As pessoas lutam muito e por vezes não conseguem resultados.



Privilegiamos muito as carreiras e o dinheiro e o mundo dos afectos fica muito abafado.

R·L *Pretende transmitir essa preocupação nas suas obras?*

T.G. Valorizo muito o mundo dos afectos, que é o mais importante da vida e isso está presente, pelo menos a procura da felicidade.

R·L *Tem algum escritor de referência?*

T.G. É difícil, porque há muitas obras interessantes na literatura portuguesa, não só na contemporânea. Sempre admirei muito Luís de Camões, Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco, Aquilino Ribeiro, enfim, toda uma série de grandes escritores do passado. E às vezes, entre os novos, aparecem livros interessantes, um tanto ou quanto experimentais, mas isso é positivo. A literatura portuguesa está a trilhar novos caminhos.

R·L *Como é ser escritor num país onde se lê pouco?*

T.G. Hoje em dia, e não só nos países onde se lê pouco, o escritor é considerado como um luxo e não uma necessidade. Muitas pessoas passam bem sem livros e não querem ler. Por vezes o escritor tem uma sensação de que o seu papel não é posto em destaque, a não ser que escreva coisas que não são propriamente literárias, cujos conteúdos poderiam sair numa revista, num suporte descartável. Mas se quiser escrever um livro enquanto obra de arte, porque a literatura é uma obra de arte, tem também de fazer com que o leitor se dê conta de que o livro é importante, porque o faz pensar. O escritor

não é algo descartável, um adorno que está ali por acaso.

R·L *O facto de os livros estarem cada vez mais caros influencia os hábitos de leitura?*

T.G. Será um dos factores, mas não é o principal. Há uma falta de preparação e até uma falta de cultura que vem de trás. Durante muitos anos o ensino degradou-se, sobretudo no liceu e na escola primária. Sempre me chocou ver os resumos dos “Maiais”, que as pessoas liam para os exames e não liam o original.

Além disso, existe uma certa diminuição do grau de cultura, embora a oferta cultural, hoje em dia, seja imensa. Quem quiser aproveitá-la tem à sua disposição um manancial de novas iniciativas.

R·L *E quanto à televisão e à Internet?*

T.G. A televisão é um meio muito forte. É mais fácil ver televisão do que ler um livro. Pelo contrário, considero que a Internet pode favorecer a leitura, uma vez que começam a aparecer livros e informação bibliográfica na Internet. A minha primeira busca é na Internet. Sem dúvida, é um novo suporte.

R·L *Que reacções tem tido das suas obras traduzidas?*

T.G. As reacções têm sido óptimas em termos de crítica. Tenho alguns livros que estão traduzidos, mas que poderiam estar mais e sobretudo para inglês, nessa língua só tenho contos publicados nos Estados Unidos. O nosso *marketing* cultural poderia ser melhor:

R·L *O que é preciso melhorar?*

T.G. As instituições poderiam pagar as traduções e enviar para os editores. Fazer coisas que não estamos em condições de fazer e de pagar. Os editores não lêem português, é difícil arranjar editores que estejam a par da literatura portuguesa e que tenham bons leitores de português. Se escrevesse em inglês era muito mais fácil. Escrever em português não é fácil, porque não há grandes apoios. Aquilo que tenho conseguido, tenho feito sozinha.

R·L *Como entende o fenómeno da “literatura light”?*

T.G. A literatura *ligh*t não é literatura. É uma escrita descartável, como uma revista que lemos no cabeleireiro ou numa viagem de comboio e depois deixamos no banco e vamos embora. Qualquer um escreve, mas daí a ser escritor há um passo grande. Há um certo dom, que as pessoas têm de ter, uma capacidade de ver e de olhar o mundo. A literatura vai para além da superfície das coisas.

R·L *Por que é que só lançou o seu primeiro livro em 1981?*

T.G. Na verdade, o meu primeiro livro saiu quando tinha 14 anos. Entre 1954 e 1981 escrevi para a gaveta. Tive consciência de que ainda me faltava muito para ter uma voz própria e que aqueles contos eram muito incipientes, parecidos com outros que tinha lido. Ainda tinha muito para ler, viver e aprender.

R·L *Tem sido reconhecida por parte da crítica literária. E ao nível do público leitor?*

T.G. O público leitor também adere. No Brasil há mais de trinta teses de mestrado e de doutoramento sobre os meus livros. Mas gostaria de ter mais leitores. Aí o *marketing* também funciona de uma maneira que não favorece todas as pessoas. Nunca vi um livro meu na vitrine. Normalmente os meus livros não estão à vista. Sei que isso acontece porque normalmente os editores pagam aos livreiros para exporem o seu livro. Se o autor vende imenso pode pagar a sua própria promoção, mas depois é um ciclo vicioso porque se o autor não é um *best-seller*, não paga a sua promoção e não está nas bancas, sendo obviamente prejudicado por isso. Actualmente, a grande promoção é a dos *best-sellers*.

R·L Disse que “escrever à escala individual pode talvez ajudar a mudar alguma coisa”. Acredita que a escrita é uma arte ao serviço do Homem?

T.G. A arte pode ajudar a mudar um pouco a cabeça das pessoas e nessa medida

pode mudar alguma coisa na sociedade. A diferença entre o que é a literatura e aquilo que não o é, é que quando lemos um livro literário ficamos com um saber acrescido. Na leitura o método é idêntico, um processo de descoberta. Aprendi muito com livros. Os grandes livros a que volto sempre são a *Bíblia* e a *Odisseia* de Homero. Muito foi mudando ao longo dos anos e fui aprendendo a olhar a realidade de outras perspectivas. Os livros podem ajudar a mudar a mentalidade das pessoas, e quando a mentalidade muda a sociedade muda. Os livros não são inúteis.

R·L Se tivesse de optar entre a profissão de professora e a de escritora, qual escolheria?

T.G. Escolheria a de escritora, embora gostasse bastante de ter sido professora. Aprendi muito e mesmo com os alunos. Foi uma experiência muito produtiva. Mas de certo modo, foi o facto de ter sido professora que

me permite ter agora uma reforma e ter tempo para mim, para ler e escrever, para me dedicar àquilo que considero mais importante.

R·L É impossível viver só da profissão de escritor?

T.G. É possível. Mas é preciso ser *best-seller*, como é o caso de Saramago ou do Lobo Antunes. É arriscado dedicar-se só à escrita porque pode ser preciso começar a escrever por obrigação e aí estamos a fazer concessões que são prejudiciais, visto que precisamos de uma liberdade total para tentar e inclusivamente para falhar. É perigoso não ter uma plataforma de uma profissão qualquer, mesmo que seja uma profissão marginal. Talvez hoje não fosse professora. Teria escolhido uma profissão que me desse a possibilidade de liberdade de escrita.

Entrevista de ANDREIA ROCHA
Aluna do 4º ano de Jornalismo da FLUC



Pela mão da Comissão Nacional da UNESCO, a Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial deu entrada na Lista Indicativa definida pela Decisão 27 COM 8A, conforme consta do Documento de Trabalho WHC-05/29.COM/BA. Significa que se deu início a um processo de avaliação formal que tenderá, daqui a alguns anos, para a inclusão da Universidade de Coimbra na lista dos bens culturais que são considerados pela UNESCO como Património da Humanidade.

Ultimamente, têm-se sentido vozes mais cépticas que, numa perspectiva geral e não só desta candidatura, se questionam acerca da utilidade da inclusão na lista. Afinal de contas, não se conhecem vantagens económicas directas e o reconhecimento por parte de uma entidade integrante da ONU vale o que vale, dizem.

Não deixa de ter o seu quê de verdade. Por um lado, o que de valioso existe na herança cultural de toda a humanidade é demasiado intrínseco, complexo e diversificado para poder ser sublimado a uma lista. O próprio termo *lista* parece ser demasiado mesquinho para poder significar todo o complexo sistema de interações relativas que, ora de um modo material, ora imaterial, se instituem como património dos diversos sistemas de aglomeração que constituem a condição humana. Do ponto de vista cultural, a memória colectiva de uma determinada comunidade pode ser mais genuína ou mais construída, mas não é mais valiosa, mais universal, mais identitária ou mais viva pela simples circunstância de estar inscrita numa lista. Mesmo que essa lista

seja emanada de uma organização com uma representatividade a toda a prova, como o é a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*.

PRIMAZIA DA ENVOLVÊNCIA

Por outro lado, e pelo que diz respeito aos bens construídos e territoriais, a memória que as comunidades valorizam está, normalmente, associada à sua localização. Essa localização não pode ser considerada de modo autónomo, ou segregado. Depende de todo o sistema de relações espaciais e/ou sociais que o bem em causa estabelece. Onde comecem e onde acabam as influências desse sistema de relações é algo muito difícil, senão impossível, de determinar, e a individualidade do bem é, por definição, uma condição para poder fazer parte da lista. Se não, não se tratava de uma lista mas de um contínuo patrimonial que cobria territórios vastíssimos.

Sim, reconheço que os bens inscritos na lista da UNESCO são, individualmente, cada vez mais abrangentes, cada vez mais integram, dentro de limites de razoabilidade, a envolvente urbana, territorial ou social que lhes confere valor e que os enaltece. Mas essa envolvente é necessariamente confinada, na maior parte dos casos demasiado confinada, na totalidade dos casos não consagra, não pode consagrar, toda a verdadeira razão de ser do bem, ou do monumento. Que seria da capela de Notre Dame du Haut sem a densa floresta que cerca a elevação onde

se implanta? Que seria da Mata do Buçaco sem as colinas vinhateiras da Bairrada que se espriam a seus pés? Que seria do centro de Évora sem a planície alentejana? Que seria da floresta laurisilva da Madeira sem o Oceano Atlântico? Que seria da Universidade de Coimbra sem a cidade, sem o país, ou sem o mundo que a contém?

Se bem que haja, da parte das candidaturas, uma clara tendência para a inclusão, para uma visão mais alargada dos bens patrimoniais, não somente enquanto objecto isolado, mas enquanto parte integrante de um sistema referencial mais vasto, a verdade é que a sua condição de elemento de uma lista lhes confere, inevitavelmente, um carácter de individualidade que tende, quer queiramos, quer não, para o isolamento, para a protecção, para a redoma.

No entanto, e pesem embora estas ilações, a candidatura da Universidade de Coimbra à lista do Património Mundial da UNESCO tem vantagens evidentes, sobretudo se considerarmos a oportunidade e o modo como foi concebida e programada.

IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE NO SEU ESPAÇO

História longa, complexa e fascinante, a do modo como a Universidade de Coimbra se sediou e se instalou fisicamente nos espaços da cidade que a acolheu. História de conquistas e de cedências, de trocas e de doações, de altas e de baixas, de convergências e de contradições, de

intenções luminosas e de outras obscuras, de decisões muito inteligentes e de outras menos. Não se trata aqui de discorrer sobre essas continuidades e descontinuidades, não se trata de as usar em prol da justificação de intenções contemporâneas, muito menos se trata de as tentar sintetizar.

Dessa história há, porém, três eixos dialécticos fundamentais, que importa pôr em evidência.

Em primeiro lugar, a sua circunstância urbana. Instalando os seus serviços, a Universidade também foi, de certa maneira, “instalando” a cidade, não de um modo exclusivo, mas com uma intensidade e uma escala claramente determinantes. É sob os auspícios deste eixo que é legítimo pensar, por exemplo, se esta candidatura não se devia alargar a outras áreas de intervenção da Universidade no espaço urbano, tendo a rua da Sofia e o Pólo II – porque não? – como prioridades. Em Coimbra, a Universidade foi, sem dúvida, a instituição que mais contribuiu para a dinâmica das diversas transformações urbanas processadas ao longo da história. Não fossem os moralismos e as lamúrias de evitar a todo o custo, já iremos ver porquê, e seria tentador acrescentar, *para o melhor e para o pior!*

Em segundo lugar, a sua circunstância cultural, ou seja, o liame que associa este binómio cidade-universidade à universalidade da língua e da cultura portuguesas. A história das instalações universitárias coincidiu, durante a maior parte do tempo, com a condição de inequívoca preponderância que a Universidade de Coimbra possuía no contexto cultural do país, desde os momentos fundacionais – o Mosteiro de Santa Cruz – até à contemporaneidade. E é essa condição que,

por si só, transporta o espaço físico do território urbano para um estatuto de legado muito mais vasto, ou seja, deixa de ter só o significado restrito daqueles que o usam hoje, e passa a ter a representatividade mais vasta da cultura portuguesa, na sua dimensão global. *Coimbra é Portugal inteiro*¹.

Em terceiro lugar, e por último, um eixo dialéctico que articula todo o sistema de relações entre centro e periferia, quer no plano material, quer no plano imaterial, mas ainda e sempre associado ao modo como a Universidade de Coimbra se sediou e se instalou. No plano material, há a considerar, entre outras coisas, a centralidade das instalações universitárias no contexto da cidade, as extensões periféricas da contemporaneidade – os pólos – ou, numa perspectiva diacrónica, o modo como a inteligência universitária se foi sentindo, ou não, no território envolvente da cidade, na sua zona de influência. No plano imaterial, há a considerar, por exemplo, os confrontos entre a proximidade dos poderes – central, local e académico – e a contestação do *status*, a geração permanente de contrapoderes. Não deverá, contudo, ser menosprezada a forte ligação entre estes dois planos. Por exemplo, sabemos que a instituição procura os pontos mais centrais da cidade porque são essas localizações que melhor a representam como símbolo do poder – a doação do Paço Real não pode constituir exemplo mais explícito.

CULPA POR CURAR

Considerados não como circunstâncias fechadas mas antes como focos caracteriais em constante interacção, consigo

próprios e com o exterior, estes três eixos dialécticos encerram um imenso potencial a explorar, quer no âmbito cultural, quer no âmbito estratégico, quer mesmo, porque não, no turístico.

E é aqui, neste ponto preciso, que entra a condição contemporânea. Depois da década de quarenta, a cidade refugia-se no âmago de um profundo traumatismo provocado pela demolição dos seus espaços centrais. A Universidade é a principal *responsável-culpada* por essa circunstância catastrófica. Choram-se as memórias da vida urbana, perdidas para sempre. Joram torrentes de lamúrias sobre as ruínas que escaparam à devastação, as quais, de resto, são raras, fragmentárias e ilegíveis. Os colégios de Jesus, de S. Jerónimo e das Artes, o Laboratório pombalino, o aqueduto, um arco ultrapassado junto ao Museu... ruínas, ou quase ruínas, que permaneceram mudas, com o seu quê de absurdo, durante cerca de meio século, erguendo-se como ditirambos funestos votados à sua própria decadência. Uma imensa e arrebataada ironia, se pensarmos nas origens e nos modelos do projecto da Alta – de intenções tão antagónicas, procurando desesperadamente razões fortes de composição, ora na simetria, ora nas axialidades, ora na escala e na monumentalidade – tão voluntariosos na sua luta contra o decadentismo.

As ruínas que restaram nunca tiveram expressão suficiente para poder assumir uma poética piranesiana, ou mesmo berlinense, e o que foi construído é por demais frouxo, comprometido e incompleto para que a comparação com a cidade universitária de Roma, de Piacentini, possa ser mais que uma desproporcionada curiosidade.

criação de novas centralidades

Durante os anos oitenta, cerca de quatro décadas depois, perante novas necessidades de expansão da Universidade, as opções foram bem outras. A Faculdade de Economia, os Hospitais da Universidade e o Pólo das tecnologias – o Pólo II – vão instalar-se na periferia próxima, gerando novas centralidades terciárias e, no caso do Pólo II, afirmando, com determinação, os esteios de estruturação urbana futura.

A Alta, agora chamada Pólo I, iniciava um processo de esvaziamento, dos espaços e da sua gestão programática, que, se bem que desdensificasse algumas áreas até então afritivamente compactas, virá, em contrapartida, agravar a sua condição de défice vivencial, de monofuncionalidade e até de abandono. A saída para os pólos periféricos condensou as preocupações, a gestão das instalações que se libertavam não teve tanta atenção, ou pelo menos não teve a atenção que se impunha. Os grandes volumes do Estado Novo juntaram-se aos da Reforma Pombalina num processo de *balcanização* funcional consumado pelos mais diversos serviços e departamentos da Universidade, de um modo casuístico, aleatório e fragmentário.

Em meados da década de noventa, por proposta do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia, a Reitoria decide lançar um concurso para um projecto urbano de reabilitação dos espaços da Alta. A intenção programática não podia ser mais clara: requalificar espaços públicos e edifícios, adequá-los às novas circunstâncias funcionais e reformular o seu carácter, articulando simultaneamente a monumental

realidade herdada do Estado Novo quer com as necessidades da contemporaneidade, quer com os resquícios do passado mais longínquo. A questão da reformulação da identidade dos edifícios, da reposição de um valor semântico claro e inequívoco, tal como em tempos já haviam tido, estava também no cerne das intenções. Concorreram quatro projectos, quatro modos excelentes, embora diversos, de encarar o problema: de Fernando Távora, Raúl Hestnes Ferreira, Alexandre Alves Costa e Gonçalo Byrne, que acabou por sair vencedor. Este último trabalho foi o que deu origem ao Plano de Pormenor da Alta Universitária, ainda vigente e em execução.

Mais do que lamuriar o passado, é urgente agora repensar o futuro, é necessário conquistar a confiança das pessoas que usam e visitam os espaços. A candidatura a Património Mundial é um passo decisivo num processo de aquisição da auto-estima necessária à prossecução de um trabalho imenso, em qualidade e em quantidade, que ainda mal começou – a requalificação dos espaços universitários da Alta.

procurar a harmonia dos espaços

Entra-se, agora, num outro momento do percurso. Vai ser necessário rever o Plano de Pormenor da Alta Universitária, em consonância dinâmica com as diversas condições programáticas que se foram alterando. Vai ser necessário racionalizar os programas em função de uma reposição identitária dos espaços, quer consigo próprios, quer com o significado genérico da instituição. Vai ser necessário articular todas estas intenções com os

factores exógenos, com propostas de uso da cidade exteriores à Universidade. Destas, a mais premente é, sem dúvida, a questão da mobilidade e dos acessos, de sobremaneira dependente de soluções e de estratégias urbanas mais vastas. A proposta do eléctrico rápido, por exemplo, que tem uma incidência fortíssima na Alta Universitária, quer do ponto de vista da acessibilidade, quer do ponto de vista do potencial de transformação urbana, não deve ser escamoteada. Para isso, vai ser também absolutamente necessário concertar estratégias com a Câmara Municipal e com todas as entidades envolvidas nos processos de planeamento urbano. Vai ser necessário, por fim, proceder a uma revalorização do espaço público e dos edifícios, perspectivando a realidade contemporânea, sem dúvida, mas tendo como alvo a manutenção da legibilidade dos diversos traços caracteriais do seu passado, incluindo os do Estado Novo. Arriscaria mesmo, sobretudo os do Estado Novo, porque se trata provavelmente dos que convergem para um registo mais forte, ou, pelo menos, aqueles que, pela extensão, veiculam a legibilidade de todos os outros, dos da época romana aos do Iluminismo. É por essa razão que não é muito avisado, num processo como este, ceder a moralismos fáceis, deixar-se envolver por culpabilizações estéreis, mesmo que, sob o ponto de vista social, pareçam gerar consensos alargados.

O que a Universidade está a candidatar a Património Mundial, mais do que o seu estatuto secular, mais do que a preponderância do seu papel no contexto da cultura portuguesa, mais do que os espaços públicos e os edifícios, que são o rosto petrificado desse estatuto, é esta ambição de um futuro que torne límpi-

dos e legíveis todos esses traços. É esta vontade de conferir aos espaços de uso da contemporaneidade condições condignas com os das grandes épocas do passado, é a urgente necessidade de inverter o processo de decadência acelerada que estão, neste preciso momento, a sofrer. É, enfim, o nosso pudor colectivo

pelo abandono a que estão actualmente votados. O êxito de uma tal candidatura só está dependente de nós, de todos os membros da comunidade universitária. Se tivermos em conta uma visão panorâmica sobre a totalidade do percurso a trilhar, estamos no momento preciso em que, irreversivelmente impelidos em

direcção ao futuro, assentamos os pés no catastrófico presente e soltamos um esgar brilhante e atento sobre o encadeado de construções do passado, tal como o celebrado anjo de Klee e de Benjamin².

JOSÉ ANTÓNIO BANDEIRINHA
Departamento de Arquitectura da FCTUC

¹ Alexandre Alves Costa, "Coimbra é Portugal Inteiro", in *Via Latina*, 3, 1991, pp. 304-306.

² Walter Benjamin, *Illuminations* [edited by Hannah Arendt], New York, Schocken Books, 1988, pp. 257-258.



Paul Klee, *Angelus Novus*, 1920, aguarela, 55x90 cm, Israel Museum Jerusalem.

No Rio

Carlos Fiolhais *

Quando a família real portuguesa, em Novembro de 1807 (comemoram-se por isso este ano 200 anos), atravessou o Atlântico até ao Rio de Janeiro, em fuga das tropas de Junot, teve de enfrentar uma tormentosa viagem de quase seis meses. Hoje, a viagem faz-se, pelo ar, em escassas seis horas. Quando o avião começa a descer, ouve-se o “Samba do Avião”, do carioca António Carlos Jobim. É um momento mágico, como quando se vai abraçar quem se ama: “Este samba é só porque/ Rio, eu gosto de você/ A morena vai sambar/ Seu corpo todo balançar/ Rio de sol, de céu, de mar/ Dentro de um minuto estaremos no Galeão”. E num minuto estamos no aeroporto que foi do Galeão e agora é de António Carlos Jobim (todo a gente ainda lhe chama Galeão, porque nesse local se construiu, em 1663, o maior navio do século, com capacidade para quatro mil homens).

Do aeroporto são mais alguns minutos até ao clássico Hotel Glória, perto da praia do Flamengo. Mas o Príncipe Regente, D. João (mais tarde D. João VI), e a sua esposa D. Carlota Joaquina não encontraram pouso num glorioso hotel, mas numa residência que foi adaptada a Paço Real, hoje situado na Praça 15 de Novembro (o 5 de Outubro do Brasil, que foi em 1880). É um local inescapável para o visitante português. O Paço é hoje um centro cultural com uma agradável loja de livros antigos e discos modernos. O visitante pode retemperar forças no “bistrô” do pátio. Se quiser

saber a história do Brasil, não tem que ir longe, pois em poucos quarteirões encontrará o Museu Histórico Nacional, com exposições que vão desde os tempos pré-coloniais (Oreretama é “a nossa terra” em língua tupi) até à actualidade, passando pela chegada dos Portugueses primeiro a Porto Seguro e depois ao Rio. Os índios tupinambás do Rio lutaram contra os Portugueses antes destes fundarem a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1 de Março de 1565 (pouca gente sabe que o maior conjunto de dicionários de tupi-português do século XVIII, quatro manuscritos, se encontra na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra).

Nem toda a família real voltou depois à pátria... O verbo “ficar”, conjugado na primeira pessoa no Paço por D. Pedro (“Dizei ao povo que fico”), precedeu de meses o grito do Ipiranga de 1822, a declaração de independência instigada por Andrada e Silva, o professor coimbrão que foi o primeiro a achar o lítio na Natureza. A preciosa biblioteca real, que tinha vindo com a corte, também ficou e hoje é o santo dos santos da Biblioteca Nacional do Brasil. Há uma outra biblioteca de origem lusa no Rio: o Real Gabinete Português de Leitura, uma das mais belas bibliotecas do mundo (a Joanina que não se enciume com o piropo). Situada na Rua Camões, no centro da cidade, é um impressionante lugar, onde entre outras relíquias se guarda o original do *Amor de Perdição*. O visitante é recebido no mundo dos livros por quem os ama.

Cá fora, na rua, o mundo dos livros continua nos “sebos”, onde o visitante se pode perder... Mas, se ele quer novidades, tem de rumar à Livraria da Travessa, no Bairro de Ipanema, uma zona de intelectuais e artistas. A livraria abriga no andar de cima um bar, aberto pela noite fora, onde há drinks e tira-gostos (saber e sabor!). Perto, visita-se o botequim onde António Carlos Jobim e Vinicius de Moraes compuseram, em 1963, a famosa canção: “Ah, se ela soubesse/ Que quando ela passa / O mundo inteirinho/ Se enche de graça/ E fica mais lindo/ Por causa do amor”. Aí pode tomar-se um “chope” frio (há uma nova cerveja chamada “Devassa”, que é “bem gostosa”). E ao lado está a praia, cheia de garotas de Ipanema, o Rio tem praia todo o ano, com barraquinhas de cocos e carinhos de picolés.

Quem tem a sorte grande de ver o Rio todo o ano é o Cristo Redentor, inaugurado no morro que foi da Tentação e que hoje é do Corcovado. Curiosamente, no acto da inauguração, em 1931, o físico Giuliano Marconi tentou ligar a iluminação do monumento via rádio, a partir de Nápoles. Mas a tecnologia falhou e tiveram de proceder a uma ligação local. O Cristo tem um abraço suspenso sobre a cidade. Suspeito que ele se sente tentado a cantar, ainda que em surdina, a “Garota de Ipanema”...

* Director da Biblioteca Geral da UC
Departamento de Física da FCTUC



R E T R A T O
D E C O R P O
I N T E I R O



Entrevista a Manuel Portela

<http://www.na-mente-de-um-ciberpoeta.com>

Director do Teatro Académico de Gil Vicente e professor da Universidade de Coimbra são as missões pelas quais é mais conhecido. Mas há uma faceta que recua para um tempo anterior na vida de Manuel Portela: a investigação e produção de literatura digital, nomeadamente poesia visual. Aos 42 anos, Manuel Portela apresenta um trabalho em contínuo desenvolvimento, que mistura influências provenientes das artes plásticas e cénicas, da performance e da cultura digital. Uma conversa sobre o lado provavelmente menos conhecido de um homem cuja obra também se encontra à distância de um clique.

R·L *O que o levou a criar a sua página pessoal (www.uc.pt/pessoal/mportela)?*

M.P. Criei-a há dois anos com o objectivo de colocar *on-line* os meus trabalhos de uma forma completa e sistemática. O meu trabalho está em livro, mas desde sempre me dei conta de que ele quer sair do livro. Às vezes, a minha obra é para expor, apresentando uma certa semelhança com as artes plásticas. Às vezes é um trabalho ao vivo, que não faz sentido sem ser como performance. Tem uma dimensão visual tão forte que o livro se torna inadequado para o suportar: A passagem para o meio digital decorre da consciência dessa limitação do suporte tradicional. Contudo, a minha página web ainda não é bem aquilo que planeei. A minha ideia inicial era incluir obras completamente digitais. O problema é que a minha literacia digital não chega ao nível da programação informática. Para fazer algumas das coisas que gostaria, seria necessário trabalhar com um programador.

R·L *É por isso que ainda não fez a transição da poesia visual para a digital?*

M.P. Tenho alguns textos digitais, como poesia com animação e som, mas que não estão publicados na Internet. Ainda não os publiquei porque não estou satisfeito com aquilo que tenho.

R·L *Quando começou a enveredar pela poesia visual?*

M.P. Desde a adolescência. Fiz a minha descoberta da linguagem poética através de obras que tinham uma dimensão visual aliada a uma dimensão verbal. Sempre tive muita curiosidade pela escrita e pela forma como ela produz sentido.

R·L *Que referências teve na poesia visual/digital?*

M.P. Quando tinha 15 anos, descobri Ana Hatherly, e o seu livro *A reinvenção da leitura*. Houve também algumas exposições de autores da poesia concreta e experimental portuguesa que vi em Coimbra, no Círculo de Artes Plásticas, e que me motivaram. Lembro-me da primeira apresentação dos vídeo-poemas de Ernesto Melo e Castro, em 1986/7, que me revelou a utilização da tecnologia para fazer poesia visual cinética, animada.

R·L *É a possibilidade de cruzar o componente textual com o icónico, o sonoro, o de animação, aquilo que o atrai na escrita digital?*

M.P. Sim. A cultura digital é, por natureza, uma cultura intermédia, em que vários meios se entrelaçam e deixam de poder ser conce-

bidos uns sem os outros. A rádio, a televisão, o teatro, a poesia, o cinema, o conto, a pintura e a fotografia são meios diferentes, que dependem de materialidades técnicas diferentes. A partir do momento em que é possível passá-los para o meio digital, onde há uma base de materialidade comum, é possível combinar formas provenientes de todos esses meios, dando origem a formas novas.

R·L *Quando faz poesia visual, que método utiliza? O que surge primeiro: a ideia/tema, a palavra, a imagem?*

M.P. Varia muito. Passa muitas vezes por um jogo de auto-semelhança, que leva à construção de analogias entre uma palavra e uma imagem. Por exemplo, se pensarmos na história da escrita, vemos que existe já essa dimensão visual. Antes de a letra "A" se tornar completamente abstracta, teve provavelmente uma origem icónica, devido a uma propriedade de auto-semelhança com o objecto a que se referia. O que se faz num texto visual é criar um ideograma, isto é, usar a escrita de maneira a que ela se torne outra vez icónica, reatando a ligação com o objecto.

R·L *Considera-se a si próprio um artista?*

M.P. [pausa] Não sei, é uma pergunta difícil de responder. Na medida em que há uma dimensão artística no meu trabalho escrito e visual, considero-me um artista.

R·L *Como definiria a sua arte?*

M.P. É um trabalho de manipulação da materialidade, um trabalho sobre a própria representação, sobre o modo de ver o mun-

do e sobre a relação da linguagem com o real. É um trabalho muito centrado no processo do sentido: o que permite a uma determinada matéria, quando submetida a determinadas operações formais, gerar um determinado sentido? O meu trabalho tem sempre essa dimensão de auto-reflexão sobre o processo de significação.

R·L *Na Internet, nunca tem a noção se as suas obras são vistas ou lidas. Pensa que a literatura digital continua à espera que a vão descobrir?*

M.P. Na lista do maior directório de literatura digital – “Electronic Literature Directory” – só estão 2353 obras. Se pensarmos que são publicados milhões de livros todos os anos, há uma diferença ainda muito grande. E depois há um grande problema na escrita digital: os textos ficam dependentes de uma geração de aplicações e *software* específica, e daí a uns anos pode já nem haver o programa ou a máquina para ler um determinado texto.

R·L *A arte digital é então mais efêmera?*

M.P. Poderá ser. Se a evolução dos suportes, dos processadores e das próprias aplicações for tão rápida como tem sido, poderá acontecer que muitas das obras criadas nos últimos anos tendam a ser relegadas para a arqueologia do hipertexto. Por outro lado, há ainda poucos leitores de literatura digital, uma vez que esta forma de leitura e escrita foge muito às expectativas habituais do leitor. Há leitores que vêem um poema digital e não são capazes de o ler como um poema normal, porque as suas expectativas sobre o que é um poema são diferentes. E ao não conseguirem activar esse modo de ler, não conseguem activar uma relação de prazer com o

texto. É muito provável que, quanto mais a Internet e a utilização das formas digitais se generalizarem, mais fácil se tornará perceber a manipulação lúdica, literária e plástica dessas formas. E então haverá mais público para a criação digital.

R·L *E pensa que nesse momento se chegará ao ponto culminante da tal “crise do verso”, de que falava Mallarmé? A poesia digital poderá vir a substituir a poesia impressa?*

M.P. [grande pausa] Não sei. A poesia tem duas dimensões: a dimensão do registo gráfico da escrita e a dimensão performativa, da acção, da interpretação, da vocalização e do ritmo corporal. Apesar disso, penso que, em relação a muitas formas poéticas, a página impressa serve perfeitamente e não vai ser substituída. A relação não é de substituição, e sim de alargamento e potencialização das formas, criando mesmo formas que não existiam, como a escrita animada.

Há uma dimensão icónica que pode transcender a dimensão de natureza linguística ou cultural específica, portanto a poesia digital pode ser mais universal. Por outro lado, também se pode argumentar que um dos aspectos essenciais da poesia é a sua vinculação à materialidade da própria língua. Na poesia digital pode haver uma materialidade visual e sonora, mas há também uma materialidade linguística e cultural, que é muito importante para todo o processo de significação. Se houver diversidade cultural e linguística, dificilmente se pode pensar em formas universais. Por exemplo, traduzir um poema é absurdo e quase impossível, pois uma das propriedades essenciais de um poema é a sua materialidade na língua, no som e no recorte semântico que aquela língua faz do mundo.

AS NOVAS “ESTANTES” DIGITAIS

R·L *Chris Funkhouser, o ciberpoeta norte-americano, disse que a literatura digital é “a literatura que se move para fora dela própria”. Concorda com esta afirmação e como a interpreta?*

M.P. Num certo sentido concordo. Mas não atribuiria essa propriedade exclusivamente ao texto digital, embora neste ela surja acentuada. Mas o “sair dela própria” pode ser também entendido como o sair de determinadas convenções e expectativas acerca do que é a poesia. Ora, num certo sentido, a história da poesia é sempre essa. O que todos os grandes poetas fizeram foi sair da poesia e descobrir poesia onde ainda ninguém a havia descoberto. Discordo de algumas pessoas quando dizem que nunca se inventa nada. Constantemente se inventam coisas, que são feitas sobre formas anteriores, mas que depois as transcendem, saindo para fora delas.

R·L *É a cultura digital que irá prevalecer no futuro?*

M.P. Muito provavelmente sim. A escrita e a literacia do futuro combinarão a escrita alfabética com a imagem gravada, animada, em directo e com a voz, a música, etc. Teremos, por exemplo, uma narrativa com filmes, com voz, ou em que há interacção dos leitores com o texto.

R·L *Pensa que o livro corre o risco de desaparecer perante o avanço da cultura digital?*

M.P. Acho que não. Sou da opinião de Umberto Eco, quando diz que o livro pertence àquele conjunto de objectos, como a colher e a tesoura, que já estão na melhor forma e não podem melhorar. As funções do livro continuarão a existir e não há assim

nenhum motivo para ele desaparecer. A cultura digital na Internet permite substituir certos tipos de livros e certas maneiras de o ler, mas não substitui todas as experiências que os livros oferecem.

R·L *Que experiências, por exemplo?*

M.P. Umberto Eco diz que o prazer de ler uma história é completamente independente da interacção do leitor com a própria história. O que dá prazer ao leitor é deixar-se levar por um determinado encadeamento de acontecimentos e de discurso. Esse prazer é dado pela leitura de um livro, que é contínua e não fragmentária ou interrompida. Não há nenhuma razão para pensar que essa experiência é substituível. Por sua vez, a leitura no meio digital tem o grande potencial de ser não sequencial, uma vez que a organização predominante da literacia digital é uma organização hipertextual ou *hipermedia*. Isto é, os vários elementos de um suporte digital organizam-se em blocos ou fragmentos, que têm ligações entre si.

R·L *No meio digital, qual é o papel reservado aos leitores?*

M.P. Podemos ver dois tipos de papéis. Num sentido profundo, o papel do leitor é o mesmo: interpretar signos utilizando códigos, dando sentido àquilo que lê. A diferença é que os textos e formas do meio digital existem em contiguidade. Quando lemos um livro, esperamos uma determinada unidade e coerência discursiva, e a cultura do livro está organizada de modo a que tal expectativa se confirme. Quando a informação está em formato digital, os discursos passam a estar em contiguidade, com grande potencial de cruzamento. No meio digital, o leitor salta com mais frequência de discurso em discurso e de forma em forma. E isso tem consequências

culturais e cognitivas importantes, pois as ligações geradas pelo hipertexto são muitas vezes ligações conceptuais novas.

R·L *No blogue “Literatura e media na era digital”, criado no âmbito de uma cadeira que lecciona, são colocadas duas questões: “como usar o cibernético para conhecer o real sem reduzir o real ao cibernético?” e “a digitalização do mundo é apenas uma tecnologia de simbolização ou será sobretudo uma forma de controlo e vigilância?”. Gostava que respondesse às suas próprias perguntas.*

M.P. Falámos até agora de questões positivas em relação à utilização das novas tecnologias, mas há também um aspecto negro e sinistro: as novas tecnologias podem ser um instrumento de controlo e de vigilância. O cibernético tem um potencial tão grande de representação e simulação que pode conduzir a uma substituição do real por simulações do real. Aí surge o problema da manipulação, da criação de representações que justificam um determinado estado de coisas. Isso tem uma dimensão política e social óbvia. Quando pensamos nas tentativas de criar números de identificação e na colocação de câmaras de vigilância por todo o lado, vemos que há toda uma utilização dos meios digitais, que assume uma função política e policial, com vista ao controlo.

R·L *Já participou também no blogue “Casmurro”, que acabou por morrer...*

M.P. Morreu no dia 9 de Março. O nome do blogue deve-se à obra de Machado de Assis, *Dom Casmurro*. Criámos uma personagem, o Groucho Marx, que é uma espécie de interlocutor, que todos os membros do blogue iam utilizando. Quando começámos o blogue, no início de Junho de 2005, uma das

reclamações dos primeiros leitores era que nós éramos mais rápidos a escrever do que eles a ler.

R·L *Mas por que morreu?*

M.P. Todas as coisas chegam ao fim, e as coisas boas ainda chegam mais depressa. O blogue era uma criação colectiva e, a partir do momento em que algumas pessoas já não queriam continuar, decidiu-se que fazia mais sentido acabar. Quem ler todos os posts, vê que o blogue tem uma particularidade muito interessante: os escritores são também leitores uns dos outros e, quando escrevem, continuam muitas vezes o que os outros fizeram. Existia essa dinâmica colectiva muito interessante, mas que não era preparada. Ninguém estava a orquestrar e a decidir quem escrevia o quê. A única coisa que se combinou foi que o dia 8 de Março ia ser o último dia de vida do blogue e do Groucho, pelo que toda a gente tinha até às 24 horas desse dia para publicar os últimos posts. E o dia 8 de Março foi o dia glorioso do blogue, com 54 posts publicados.

R·L *Sei que alimenta também uma faceta de performer na qual mistura vários géneros e meios, numa espécie de extensão dos seus outros trabalhos.*

M.P. A última performance que fiz foi, em Novembro de 2005, no Teatro Municipal da Guarda, num festival de poesia sonora, chamado “Dizsonante”. Tenho feito uma ou duas performances por ano, às vezes nem tanto. São performances em que há sempre uma ligação entre uma determinada acção em palco, um texto, uma projecção e música. A minha performance recorre a formas multimédia. No fundo, a performance que tenho feito funciona como um acto poético, uma extensão corporal e física da palavra sonora e visual.

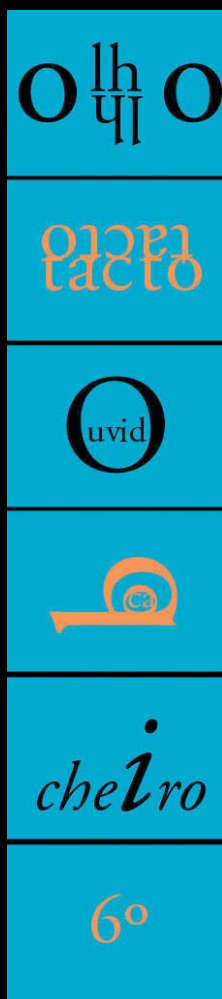
R.L. As “Escrileituras” que promove no Teatro Académico de Gil Vicente são uma continuidade desse seu interesse pela performance?

M.P. Sim, de certa maneira são. Embora as “Escrileituras” passem mais pela leitura no sentido de interpretação, e não tanto pela

performance propriamente dita. Aliás, se há algum tema que encontro desde criança em todo o meu desenvolvimento individual e intelectual é o tema da escrita e da leitura. Por exemplo, uma boa parte da minha investigação académica foi na área da história do livro, da tipografia, e depois aparece, muito

ligado a isso, o meu interesse pelas novas tecnologias. Sempre tive um grande fascínio pela escrita, e isso é se calhar um ponto comum a tudo o que faço.

Entrevista de ANA RITA FÁRIA
aluna do 4.º ano de Jornalismo da FLUC



A arte de fazer poemas e grafos • “O grafo [por exemplo, “os seis sentidos”] é um tipo de poema que tem uma dimensão gráfica muito forte. Podia chamá-lo também poema visual. Escolhi o nome ‘grafo’ por causa da analogia com as representações gráficas da matemática. Os grafos são poemas concebidos a partir de um programa gráfico de computador específico. Os outros, os poemas, são feitos com letras, embora sejam também visuais. Aliás, alguns deles são versões de poemas feitos originalmente em máquina de escrever há já muitos anos.”

CRIAÇÃO LITERÁRIA

António Ramos Rosa

O Sol

Todo o processo que chega ao fim
petrifica-se

A vida é um processo sempre no princípio
e repete-se sem se repetir
Tal como o sol
Nasce sempre
no mesmo ponto
como o novo sol
de todos os dias

O sol é tudo o espaço
e toda a vida é sol
dentro de nós
fora de nós

O sol é o único deus
visível
o sol das nossas vidas
o sol que recomeça sempre
quando a noite acaba

António Ramos Rosa

Um anjo... mas que anjo

De que país subtil
é o anjo da terra
o anjo de uma árvore
O anjo de um olhar
que salva
sem nada fixar
no vazio
no ar da árvore
no ar do ar
antes da arte
no lábio de uma lágrima
no início de um sorriso

porque terá surgido
quem o terá inventado
de que indestrutível corrente
de que inalterável ferida?

será o anjo de um olhar
de uma pura invenção
de uma incerteza nua
de uma melodia branca
do deserto
de um relâmpago límpido
de uma tremenda fúria
contra a barbárie
contra a ferocidade
contra a banalidade
instituída
contra a realidade concluída
com o ponto final
da sua prepotência
em cada frase concluída
com um ponto final
contra a respiração
da verdadeira vida

que não existe
e só respira
no silêncio
e na nudez
do olhar que respira
e nos salva na poesia

esse olhar nu é o anjo
de um pobre homem
de que subtil país
de que ternura nua
de um puro assombro
do primeiro homem
que inventou o esplendor da verdade
com a inocência do seu primeiro olhar

15/02/04

O diamante irradia
uma árvore viva de ramos livres
e no poema o esplendor da imagem resplandece
na coisa mesma e na ideia
e no mundo assumido na ideia
o movimento da terra
transforma-se em cor no som da palavra
e para além da linguagem
converte-se no ser da linguagem

Metáfora transporte transparência
que anula a transparência e a renova
transmissão do sentido
para além do sentido
na irradiação concêntrica do diamante
do poema
árvore viva
de uma possibilidade aberta
que nos transforma e transfigura
no presente vivo do poema
e é em nós sempre
que ela nos realiza
e nos alimenta

Poeira, geometria no vento
secreta evidência verde
abstracta na sua carne temporal
estrela concreta nas suas raízes de estrela
fogo de uma árvore impetuosa
de pássaros negros e brancos
templo vertical de murmúrios gritos e silêncios
toda a sua vibração é o instante em que nasce
a imagem
de uma sede viva
para os confins da linguagem
numa abstração elemental
de correspondências livres
explosão de uma consciência aberta

condensada nas sílabas
de um esplendor branco

O diamante irradia no vento
como um fruto de um sabor que se desfaz
na língua e na sua arquitectura
vibra
e recolhe
o que nomeia
no espaço a palavra e o sentido
na sua separação
na sua origem interior

O diamante irradia
com um olho interno
na árvore viva do poema
e apaga-se numa dança
de poeira
que cristaliza e fosforece
no branco
como se morresse no seu canto
no seu rosto de onda inicial

08/08/04

LUGAR DOS LIVROS

Teatro Neolatino em Portugal no Contexto da Europa – 450 anos de Diogo de Teive

TÍTULO: *Teatro Neolatino em Portugal no Contexto da Europa - 450 anos de Diogo de Teive*

COORD: Sebastião Tavares de Pinho

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2006

Se o teatro teve sempre um papel de particular relevo na formação mental, cívica, política, cultural e artística dos povos, bem como na análise psicológica e no mais profundo conhecimento da alma humana, a sua função foi igualmente importante ao serviço da pedagogia escolar e académica, em particular no aprendizado das línguas estrangeiras e da cultura que elas veiculam. É o caso do teatro

neolatino, cuja prática se fomentou nos colégios e nas universidades da Europa em geral, no tempo em que o latim atingiu o amplo estatuto de única língua internacional de comunicação e cultura. Em Portugal, especificamente, esse fenómeno dramaturgíco verificou-se sobretudo a partir de meados do século XVI, primeiramente no âmbito do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, com o trabalho de mestres como Jorge Buchanan e Diogo de Teive, e depois com a sistemática produção dos jesuítas, a partir do momento em que estes assumiram a direcção do mesmo colégio, estendendo a prática do teatro em latim a muitos dos colégios da Companhia, quer em Portugal continental, quer em terras de missão no

Brasil, na África e na Ásia.

Esse tipo de teatro tinha raízes nos meios escolares e universitários da Europa culta de então, e o seu intercâmbio cruzou-se durante séculos e teve influência decisiva em muito do teatro moderno.

O presente livro reúne os trabalhos apresentados por um grupo de especialistas que, num colóquio realizado para o efeito pelo Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, abordou alguns destes e de outros aspectos do teatro neolatino português e do contexto europeu em que ele se gerou, aproveitando a circunstância para celebrar os 450 anos da *Tragédia do Príncipe*, do dramaturgo Diogo de Teive.

O Mundo à minha procura. Ruben A. trinta anos depois (Estudos)

TÍTULO: : *O Mundo à minha procura. Ruben A. trinta anos depois (Estudos)*

COORD: José Carlos Seabra Pereira

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2006

Este livro dá prossecução ao programa que, em 2005, assinalou os trinta anos da morte de Ruben A., alcançando, no dizer de João Gouveia Monteiro, grande qualidade científica e estética em realizações que associaram originalidade e espírito didáctico. Tal como variadas vertentes desse programa, também esta colectânea de estudos responde, em diferentes registos, ao intuito de melhor discernir como a personalidade e a obra de Ruben Andresen Leitão, escritor e historiador, justificam o epitáfio lírico de Sophia: “Traziás contigo sempre alvoroço e início...”.

Um caso assim, tão raro no contexto sócio-cultural português, começa a ganhar densidade e a manifestar-se no escolar de Coimbra e senhor na *Babaou - Maison Surrealiste*, que João de Almeida Garrett, com lúcida memória afectiva, aqui evoca – o jovem Ruben A., com seu humor dândi, sua conversa animada e plural, seu empenho inteligente de preceptor discreto, seu gesto de “viver com classe”.

Por isso, em Coimbra, e neste livro, se reconhecem os méritos científicos e as virtualidades cívicas do trabalho de historiador de Ruben Andresen Leitão, em particular nas apaixonadas investigações sobre D. Pedro V – a quem o unia, como mostra Isabel Nobre Vargues, a mesma sede de instrução, o mesmo gosto cosmopolita pela Europa civilizada, uma mesma compreensão da importância da história

e do progresso social e político em Portugal. Ao mesmo tempo, em Coimbra, e neste livro, aprofunda-se a análise e renova-se a interpretação da criação literária do “livre-pensador de estilo”. Primeiro com José Carlos Seabra Pereira, focando vectores estruturantes da obra de Ruben A. como movimento de “desintegração” propiciatória, que alicia o leitor e o desinstala, abalando-lhe os modos este-reotipados de estar no mundo e de pensar a existência, e que sugestiona contra o “medo de afirmação”, em favor do “sonho namorado da realidade”. Depois com Ana Paula Arnaut e com Fernando Matos Oliveira, revisitando, à luz de novas perspectivas teórico-críticas, insólitos e fecundos aspectos temático-formais da ficção narrativa de Ruben A. e a problemática da estética e diarística na sua escrita.

Ortopedia e Traumatologia. Noções Essenciais

TÍTULO: Ortopedia e Traumatologia. Noções Essenciais

AUTOR: Adrião Proença *et alii*

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2006

O livro *Ortopedia e Traumatologia. Noções Essenciais*, da autoria de Adrião Proença e colaboradores, destina-se a alunos do Curso de Medicina, a Internos Complementares e

a Clínicos Gerais. Encontra-se escrito de forma clara, acompanhado de material iconográfico de excelente qualidade, que permite a integração fácil da leitura com a imagem.

A traumatologia e as doenças do foro ortopédico são hoje das patologias mais frequentes na prática clínica diária. Por isso, na elaboração deste livro, houve a preocupação de definir algumas das noções básicas e objectivas que pudessem facilitar o estudo ao

aluno de Medicina, uma primeira abordagem ao interno da especialidade e um manual útil aos médicos de família que diariamente lidam com este tipo de doentes.

A monografia apresenta 12 capítulos numa longa viagem escrita, que se inicia com o exame clínico do doente, seguida da descrição da patologia mais frequente nos sectores ortopédico e traumatológico, e que termina com a referência à utilização dos enxertos ósseos em cirurgia ortopédica.

Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)

TÍTULO: Os Bispos de Portugal e do Império (1495-1777)

AUTOR: José Pedro Paiva

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2006

Nesta obra, apresenta-se uma interpretação de história política, social e religiosa do episcopado de Portugal e do seu império, no período compreendido entre os reinados de D. Manuel I e de D. José I, isto é, nos cerca de três séculos que decorreram entre 1495 e 1777. É um estudo que procura conhecer um conjunto de 386 indivíduos que ocuparam a cúspide da hierarquia da Igreja por-

tuguesa, ou seja, uma elite detentora de um amplo e forte poder, e foi nessa óptica que ele aqui foi perspectivado. Uma elite que combinava autoridade religiosa, poder político, estima social, prestígio cultural, riqueza material e várias formas de *status* e distinção, regularmente representadas ritualmente em variadas cerimónias, o que cedo estimulou os monarcas a dominar tão importante corpo, numa época de robustecimento do Estado.

Do que aqui se tratou foi de investigar como se processava o mecanismo da escolha dos bispos – tanto na perspectiva das diligências a efectuar em Roma, como das movimentações de alta política que para o efeito se

desencadeavam pela Coroa portuguesa –, quais eram os modelos que deviam inspirar e conformar o múnus episcopal e como se caracterizava, do ponto de vista do seu perfil social, formação e carreiras pré-episcopais, este amplo universo de pessoas que ocupou o topo da hierarquia eclesiástica portuguesa, em espaços tão distintos como Braga, Elvas, Cabo Verde, Rio de Janeiro, Goa ou até Pequim. No fundo, as grandes dúvidas que aqui se procuram solucionar consistem em saber por que caminhos, repletos de jogos políticos e de interesses clientelares e familiares, se chegava a essas posições, quem foram os bispos e qual a doutrina que supostamente deveria guiá-los no seu desempenho.

TÍTULO: Prática de Computação

AUTOR: Nuno Manuel Clemente de Oliveira

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade de Coimbra,

Coimbra, 2006

Muitas das tarefas existentes em todas as vertentes da vida comum são actualmente realizadas com o auxílio de computadores. Estas notas visam o desenvolvimento de capacidades de resolução de alguns problemas computacionais simples, de natureza numérica, encontrados com

relativa frequência na actividade de Engenharia.

Tratando-se de uma abordagem introdutória à resolução de problemas numéricos com o auxílio do computador, procura-se imprimir a esta formação uma índole vincadamente prática, limitando voluntariamente a extensão teórica das matérias tratadas, e enfatizando simultaneamente os aspectos práticos necessários à implementação das técnicas ensinadas.

Neste sentido, prevê-se que esta actividade seja naturalmente completada com um número considerável de sessões “em frente

ao computador”, onde o carácter prático da disciplina pode ser devidamente exercitado. A formação recebida é consolidada mais tarde, com vantagem, no âmbito da formação em Métodos Numéricos, já na posse de uma maior sensibilidade e com bases mais sólidas relativamente à utilização dos meios de cálculo. As aptidões desenvolvidas neste grupo de disciplinas revelam-se fundamentais para a resolução de problemas concretos em áreas avançadas dos currículos em Engenharia, em especial nos domínios do Projecto de Processos e Produtos, e na análise e síntese de Estratégias de Supervisão.

Prática de Computação

Epigrafia – as pedras que falam

TÍTULO: Epigrafia – as pedras que falam
 AUTOR: José d'Encarnação
 EDIÇÃO: Imprensa da Universidade de Coimbra
 Coimbra, 2006

É difícil ao autor tecer considerações acerca do livro que escreveu. Essa dificuldade sinto em relação à obra em epígrafe, que a Imprensa da Universidade gentilmente aceitou para publicação, na sua coleção *Ensino*. Trata-se, na verdade, de um manual escolar, destinado prioritariamente aos estudantes das universidades peninsulares que detêm no seu currículo a cadeira de Epigrafia. E

escrevi «Epigrafia», pois, de facto, não quis cingir-me à Epigrafia Romana – e neste aspecto o livro se distinguirá de outros manuais. É que fazer história de qualquer época implica recurso às fontes epigráficas. Considerávamo-lo normal em relação às civilizações do Próximo Oriente: não há escultura suméria que não venha pejada de caracteres cuneiformes; habituámo-nos a ver hieróglifos em tudo o que é monumento egípcio... Mas também nas civilizações ameríndias a escrita em materiais duradouros ocupou lugar fundamental; as tabuinhas “ronron” da Ilha da Páscoa aguardam, ainda, a sua Pedra de Roseta – como a aguardam as estelas epigra-

fasdas pré-romanas do Sudoeste peninsular. E não estão cheias de lousas sepulcrais as nossas igrejas e mosteiros?

Enfim, o livro procura demonstrar, de modo acessível, a importância dos monumentos epigráficos como imprescindível fonte histórica em todas as épocas, assumindo-se, porém, como manual específico para a epigrafia romana, de que apresenta os elementos de consulta (nomeadamente bibliográficos) necessários para o conveniente estudo e melhor integração contextual de cada monumento, demorando-se um pouco mais na análise dos documentos romanos.

Termodinâmica e Propriedades Termofísicas. Vol I. Termodinâmica das Fases

TÍTULO: Termodinâmica e Propriedades Termofísicas. Vol I. Termodinâmica das Fases
 AUTORES: Lélío Quaresma Lobo e Abel Gomes Martins Ferreira
 EDIÇÃO: Imprensa da Universidade de Coimbra
 Coimbra, 2006

Termodinâmica e Propriedades Termofísicas é uma obra em dois volumes, onde os autores expõem e desenvolvem o curso homólogo que têm leccionado na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra a alunos de Engenharia Química e de especialidades afins. No volume 1

(*Termodinâmica das fases*), que ocupa três quartos da matéria coberta, são tratados assuntos que varrem todo o espectro do equilíbrio de fases, desde os princípios e relações em que a termodinâmica se fundamenta até ao cálculo concreto dos equilíbrios mais relevantes no domínio das aplicações – ($I+g$), ($I+l$) e ($s+l$) – para substâncias puras e para misturas. A perspectiva é a da termodinâmica clássica. Faz-se referência a métodos experimentais e examinam-se os diagramas de equilíbrio de fases, essenciais para a compreensão qualitativa dos fenómenos no domínio da química-física. É dada relevância ao tratamento quantitativo por

equações de estado. O volume 2 (*Teoria cinética e propriedades de transporte dos gases*), que complementa a exposição anterior, orienta-se para a fundamentação teórica subjacente aos métodos de estimativa das propriedades de transporte de fluidos, sobretudo no estado gasoso. Para ligação, é feita referência (em Apêndice) à teoria das forças intermoleculares. Em ambos os volumes, o texto é acompanhado por numerosas ilustrações e tabelas de valores e é complementado por cerca de uma centena de exercícios de aplicação, detalhadamente resolvidos.

Mecânica dos Fluidos

TÍTULO: Mecânica dos Fluidos
 AUTORES: Luis Adriano Oliveira e António Gameiro Lopes
 EDIÇÃO: ETEP - Edições Técnicas e Profissionais (LIDEL)
 Lisboa, 2006

Mecânica dos Fluidos é um texto de nível introdutório sobre o comportamento dos fluidos (líquidos e gases) em repouso ou em movimento. Expõe de forma clara e desenvolvida o essencial dos conceitos básicos necessários à iniciação em áreas específicas

como aerodinâmica subsónica ou supersónica (escoamentos internos ou externos), hidrodinâmica (escoamentos em condutas ou de superfície livre) ou turbomáquinas. Inclui um vasto conjunto de exercícios ilustrativos intercalados na exposição teórica, e de exercícios propostos que são integralmente resolvidos no final do texto. Em total articulação com a versão impressa, é paralelamente disponibilizada uma extensa componente Internet de forte pendor interactivo contendo, por um lado, *software* de cálculo em linguagem *Fortran* com acesso inteira-

mente aberto e, por outro, aplicações informáticas com interface gráfica amigável, cuja utilização não pressupõe conhecimentos em linguagem de programação e que permitem simular sugestivos exemplos de interesse prático. Destina-se essencialmente a alunos dos cursos de Engenharia, Física ou Matemática aplicada. Pode também apoiar acções de iniciação ou de actualização de profissionais que careçam de noções introdutórias em mecânica dos fluidos.

TÍTULO: Revista de Patinagem (n.º 1)
AUTORES: Vários
EDIÇÃO: Centro de Estudos Biocinéticos da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física
Coimbra, 2006

A FCDEF-UC lançou, em Junho de 2006, o primeiro número da Revista de Patinagem. Esta revista (edição com 96 páginas) pretende dar a conhecer a todos

os interessados do fenómeno da patinagem os trabalhos efectuados no âmbito de teses de mestrado, monografias e da disciplina de “Opção – Patinagem”. Trata-se de um espaço de divulgação de temas que abordam a modalidade na perspectiva da selecção e exclusão de hoquistas, da análise de jogo, da preparação física dos atletas, do plano de carreira de um hoquista e da motivação e habilidades psicológicas em atletas de

hóquei em patins. A sua publicação terá uma periodicidade semestral e em cada volume serão incluídos os resumos das apresentações no *Meeting de Patinagem*, evento anual promovido pela disciplina de Opção – Patinagem, com o apoio do Centro de Estudos Biocinéticos da FCDEF-UC, da Federação Portuguesa de Patinagem e da Associação de Patinagem de Coimbra.

O Colaborador. Uma Comédia Cadernos do cieq nº 22

TÍTULO: O Colaborador. Uma Comédia
Caderno do cieq nº 22
AUTOR: Friedrich Dürrenmatt (tradução e prefácio de Júlia Garraio)
EDIÇÃO: CIEG- MinervaCoimbra
Coimbra, 2006

A presente publicação apresenta a tradução portuguesa da peça *Der Mitternacht. Eine Komödie* (1972/1973; 1980) de Friedrich Dürrenmatt, realizada em 2001 para o Teatro do Noroeste (Viana do Castelo), juntamente com um prefácio, que se centra no espectáculo

levado a cabo pela referida companhia. Enquanto decorriam os ensaios, deram-se os atentados de 11 de Setembro, acontecimento que iria determinar profundamente a encenação da obra. Em inícios dos anos 70, numa época marcada pelo terrorismo de extrema-esquerda, Dürrenmatt apresentara um texto violento e acutilante que, sem enveredar pela desculpabilização da violência revolucionária, denunciava a sociedade capitalista como modelo social que reduzia o indivíduo a mercadoria descartável e como sistema político que sabia tirar

proveito do terror anarquista para se auto-promover e solidificar o seu controlo do poder. Para o Teatro do Noroeste, os acontecimentos de Setembro e a resposta norte-americana davam uma súbita e renovada actualidade à peça do autor suíço. Quando o espectáculo estreia a 26 de Outubro de 2001, o texto levado a palco, as opções na caracterização e o cenário primavam por acentuar a relevância das questões focadas por Dürrenmatt no contexto político internacional do século XXI.

Cadernos do cieq nº23

TÍTULO: Cadernos do cieq nº23
AUTORES: Vários
EDIÇÃO: CIEG-MinervaCoimbra
Coimbra, 2006

O presente volume dos cadernos do cieq é dedicado à complexa problemática das relações entre léxico e gramática. Como refere Graça Rio-Torto no artigo “O Léxico: semântica e gramática das unidades lexicais”, com que se inicia a publicação, «Léxico e gramática não são mais duas realidades indissociadas, a

não ser em função de motivações metodológicas, que delimitam objectos materiais de análise diferenciados». Para além deste contributo, o caderno conta ainda com os textos de José Pinto de Lima (“Gramaticalização em Alemão e em Português: a formação de verbos semi-modais”), Ana R. Luís (“Uma proposta de classificação para unidades linguísticas ‘intermédias’: clíticos fonológicos e clíticos flexionais do Inglês”), Joachim Born (“O confixo euro – nos países românicos e germânicos”) – que

se debruçam sobre fenómenos que poderíamos enquadrar no conceito genérico de ‘gramaticalização’ – e Sofia Baptista, cujo artigo “Dos pés à cabeça/ *Von Kopf bis Fuß*. Análise Contrastiva de Somatismos no Português e no Alemão” trata um caso de ‘lexicalização’. A ‘gramaticalização’ e a ‘lexicalização’ são, pois, um testemunho da dinâmica das línguas e uma prova de como são fluidas as fronteiras entre o Léxico e a Gramática.

RUA LARGA

REVISTA DA REITORIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Assinatura anual da Revista Rua Larga: Assinatura Anual (4 números) • Estudantes e Antigos Estudantes da UC: 15 € (IVA incluído) • Outros: 18 € (IVA incluído) • Avulso (cada número): 5 € (IVA incluído)
Números Anteriores: 5 € (IVA incluído)

Os preços incluem os portes de correio nacionais.

A assinatura anual inclui a entrega dos quatro exemplares. A assinatura pode ter lugar em qualquer altura do ano, passando a anuidade a contar a partir desse momento, independentemente do ano civil.

Para assinar a Rua Larga contactar a Rede de Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra, Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, 3000-143 Coimbra. Telefone: 964453222. Email: encontros@uc.pt

Assinaturas pela internet em www.uc.pt/rualarga

NOVAS TIPOLOGIAS DE RELACIONAMENTO COM A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Universidade de Coimbra promove, dinamiza e apoia o estabelecimento de relações, projectos e parcerias com o mundo exterior, contribuindo para a aproximação e aprendizagem recíprocas.

Nesse sentido, encontram-se definidas diferentes formas de relacionamento, incluindo a utilização de marcas próprias, onde se incluem as seguintes:



Parceiro: As entidades *Parceiras* ligam-se umbilicalmente à Universidade de Coimbra através de uma relação mutuamente aprofundada, desenvolvendo em conjunto projectos diversificados, de dimensão e impacto significativos.



Aliado: As entidades *Aliadas* assumem uma relação de proximidade com a Universidade de Coimbra, que as apoia e acompanha em diferentes iniciativas e na resolução de problemas específicos.

mais informações em <http://www.uc.pt/gats>



totta

**Caixa Geral
de Depósitos**

universia



bluepharma®
Indústria Farmacéutica, S.A.



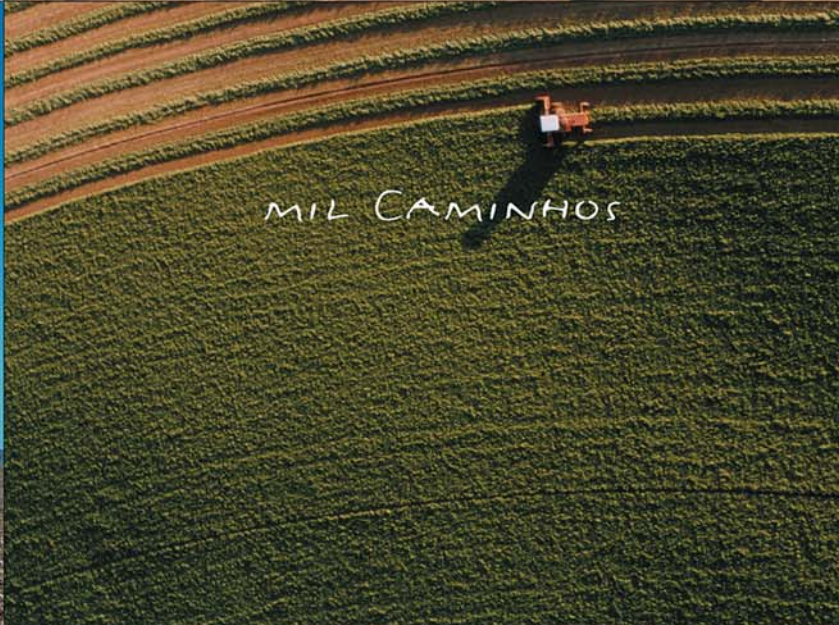
MIL SORRISOS



MIL SENTIMENTOS



MIL PROJECTOS



MIL CAMINHOS



MILHÕES DE CLIENTES



MILHÕES DE SONHOS

Millennium
bcp

A vida inspira-nos



Miguel Torga em ano de centenário

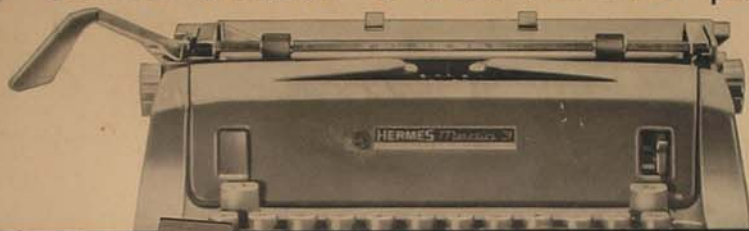
Cristina Robalo Cordeiro

Fernando J. B. Martinho

José Cardoso Bernardes



Como utilizar a sua **HERMES** portátil



9 PAGES
MAX. LINES PER PAGE
COPIES



A Casa de Orfeu

Coimbra, 1953.

Adolfo Rocha escolhe um bairro que ofereceu às suas ruas os nomes dos nossos maiores escritores: António Nobre, Gil Vicente, Fernando Pessoa e Luís de Camões encaminham o seu passo seguro e firme. E quando abre o portão, sobe as escadas e entra em casa, é Miguel Torga quem o espera, em cada canto e recanto do seu escritório. Nas múltiplas andanças de um percurso iniciado em 1907, entre tormentos e alegrias, o escritor encontra finalmente um lugar “où poser sa tête”, como diria Michaux, na casa onde passará os últimos 42 anos da sua vida.

Na intimidade do privado ou no convívio de amigos e companheiros, o seu quotidiano é presente que funde a nostalgia do que foi na saudade do que há-de vir. Por isso a casa – “a coisa mais séria da vida”, segundo Ruy Belo – é a porta de entrada no segredo do ser, o lugar onde o corpo se molda ao espaço, o espírito vagueia por entre formas e objectos e a alma se aconchega em memórias turvas e vivas. Por isso também, nela vivem o silêncio e a voz de um pensamento e de uma escrita, a matéria e o pulsar de uma criação. Por isso ainda a casa do escritor é misteriosa quando cai a noite e vêm habitá-la imagens, figuras e palavras que as descoloridas folhas manuscritas guardam, como um tesouro de cristal.

Recordemos os versos do seu “Orfeu Rebelde”:

[...]

É por dentro que eu gosto que aconteça

A minha vida.

Íntima, funda, como um sentimento

De que se tem pudor.

Vulcão de exterior

Tão apagado,

Que um pastor

Possa sobre ele apascentar o gado.

[...]

Reabrir a casa onde Miguel Torga viveu para lhe conferir a dimensão de Casa-museu significa imprimir-lhe uma dinâmica cultural que tenha em conta a especificidade de um espaço – e do escritor a ele ligado – e a qualidade de uma oferta que responda à exigência de públicos múltiplos.

Situado (e centrado) no lugar que o escritor Miguel Torga habitou, o museu deverá valorizar as suas dimensões *poética* – de lugar vivido que se propõe ao olhar –, *proxémica* – de lugar de animação a povoar de eventos – e *escritural* – de lugar de escrita a estudar e a ensaiar.

Poética do espaço

A casa dará a ver e a conhecer o espaço vivido no quotidiano pelo escritor, desvendando um pouco da sua intimidade (móveis e objectos pessoais), restituindo assim uma presença e uma alma. Cada objecto desencadeará uma digressão, uma *rêverie*, uma reflexão, segundo uma “teatralização” do espaço indutor do enigma da vida intelectual e da criação artística. Para tal, reconstituir-se-ão alguns lugares significativos: sala, sala de jantar, quarto, biblioteca, jardim..., onde se encontrará uma exposição que assinalará momentos da vida pessoal e da criação literária do escritor, à qual se acrescentarão exposições temáticas temporárias, exibição de filmes e documentários.

É desejável que a Casa-museu tenha uma valência pedagógica, encorajando as visitas escolares (nomeadamente de alunos do ensino secundário), como acontece em S. Martinho da Anta, o que requer a utilização de modernos equipamentos e recursos técnicos e humanos que contribuam para uma abordagem didáctica da vida e obra do escritor Miguel Torga.

Proxémica do espaço

A casa de Miguel Torga deverá igualmente ser concebida como espaço de animação cultural com uma programação regular, promovendo não só encontros de escritores, *soirées* literárias, debates e apresentação de obras, mas também reuniões científicas, colóquios e seminários. O âmbito dos estudos literários e culturais – a privilegiar, sem dúvida – poderá ser complementado com outras áreas do saber, abrindo-se nomeadamente a iniciativas de carácter médico

ou de sociedades ou associações de escritores (médicos, juristas...).

Indo ao encontro de um espírito aberto – que responda aliás às várias facetas da vida e obra do escritor –, a Casa-museu acolherá ainda representações teatrais e filmicas, constituindo-se como pequena cinemateca e albergando até um teatro de bolso.

Casa de Escrita

Uma perspectiva virada para o estudo e a análise da obra do escritor Miguel Torga é igualmente imprescindível.

Dispondo de um importante espólio – documentos, manuscritos, edições raras, fotografias, filmes, cassetes áudio, recortes de imprensa nacional e estrangeira, traduções –, é legítimo que possa constituir-se como Centro de Estudos Torguianos, destinado aos estudiosos de crítica genética – que terão à sua disposição manuscritos, primeiras edições, cartas, bibliografia crítica de reconhecida qualidade –, a todos quantos pretendam estudar a época e os escritos deste autor, e, naturalmente, aos especialistas da sua obra.

Este Centro possuirá igualmente uma dimensão internacional travejada não apenas por estudos de tradução e de teoria de tradução, mas também pelo aprofundamento das relações entre Portugal e Espanha – na esteira do iberismo de Miguel Torga – e entre a Bélgica e Portugal, domínio de inegável actualidade, que enquadraria um eixo específico da

literatura comparada e onde a figura de Andrée Rocha (e a sua obra, que deverá igualmente ser exposta em espaço próprio) ganharia destaque.

Lugar de uma literatura viva, nela se desenvolverá ainda uma reflexão sobre a arte de escrever e se praticará verdadeiramente um exercício de escrita – em ateliês animados por especialistas e criadores.

Torga escolheu Coimbra

Circunstância feliz que muitas outras cidades não conheceram e desejariam, por certo, connosco poder partilhar.

A nossa cidade saberá não apenas honrar a sua memória mas também fazer reviver o lugar que a sua morte deixou deserto. A Câmara Municipal tem consciência do valor de um tal património e não deixará de encontrar os meios materiais de que a Casa-museu necessita para, em breve, acolher o seu público.

Se os pedreiros e os arquitectos erguem as cidades, são os escritores e os pintores, às vezes também os músicos (segundo o mito de Orfeu), que as exaltam. Como poderia Coimbra – a Coimbra do século novo – não se elevar à altura do canto de Miguel Torga?

Cristina Robalo Cordeiro



O BISPO

Soturno como um cipreste,
O triste bispo que eu sou
É pintado.
Diante de Compostela,
Meu bispado,
Ali estou na minha tela,
Magro, pálido e parado.

Olhos cavados de fê,
Nariz curvo e descaído,
Boca rasgada e torcida,
Até na tinta se vê
Que não anda bem na vida
Quem já no céu está perdido.

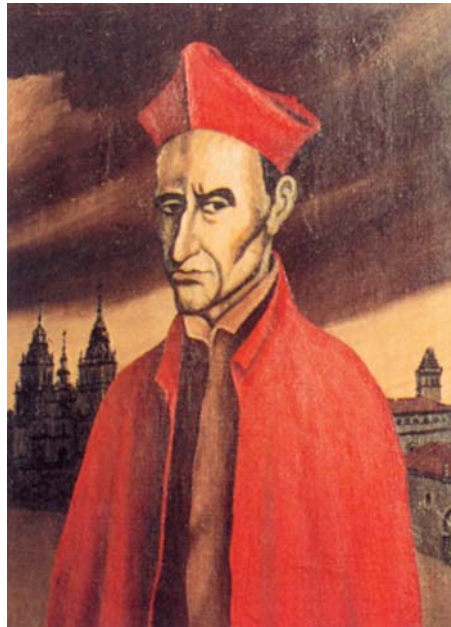
A fogueira arde por dentro
Da batina e da romeira...
A fogueira...
O lume que reconcentro
Numas brasas da lareira.

Ninguém se salva comigo,
Porque eu próprio me condeno.
No quadro, o meu inimigo
É um postigo...
Um simples olhar sereno.

Foi o pintor Alvarez
Que me pintou tal e qual:
Inquisidor castelhano
A fazer um entremês
Mais humano
Em Portugal.

(Miguel Torga, in "Diário" III, 3.^a edição,
Coimbra Editora, 1973, pp. 38-39)

Porto, 8 de Maio [1944]



O BISPO – Dominguez Alvarez
(in Clara Rocha, "Miguel Torga. Fotobiografia". Lisboa, Publicações D. Quixote, 2000, p. 89)

Do Retrato ao Auto-Retrato: Torga e Alvarez

Uma recente exposição dedicada a Dominguez Alvarez, por ocasião do centenário do seu nascimento, na Fundação Gulbenkian (19 de Maio a 15 de Outubro de 2006), permitiu-me rever um dos seus quadros mais emblemáticos, “O Bispo”. Era, aliás, um dos trabalhos do pintor a que, na mostra, tencionava dar especial atenção, pois, pouco tempo antes, a consulta da *Fotobiografia de Miguel Torga*, organizada por Clara Rocha, lembrara-me a relação existente entre o poema “O Bispo” incluído no vol. III do *Diário* e o óleo pintado por Alvarez em 1933, e que actualmente faz parte da colecção de Menéres Campos. Ora, como refere Clara Rocha na *Fotobiografia*, fora este, o poeta João (Menéres) Campos, um dos vários que na *presença* é sensível ao magistério pessoano, que, de alguma forma, estivera na origem do poema, uma vez que tinha enviado a Torga uma fotografia do quadro de Alvarez. Para ter uma ideia da forte impressão que nele terá provocado a tela do pintor galego, basta ler o poema que figura nas páginas do *Diário*, com a data de 8 de Maio de 1944 [vide supra, p. 5].

Retrato feito de palavras

O texto de Torga é anterior à grande voga da poesia eufónica na nossa tradição lírica moderna, em larga medida iniciada, como é sabido, por *Metamorfoses* de Jorge de Sena, na primeira metade dos anos 60, e esse será, de imediato, sem dúvida, um dos grandes motivos de interesse do poema. Mas não é, certamente, o único, pois, através dele, podemos visitar alguns dos temas maiores da poesia torquiana. De resto, Torga não segue senão indirectamente, no seu poema, as convenções da *ekphrasis*: não se limita a *fazer a descrição* da obra de arte contemplada. O que ele faz é, antes, projectar-se na tela de Alvarez, e pintar, com as *tintas* que são as suas, o seu auto-retrato, em sintonia com um dos mais salientes veios temáticos da sua poesia que tem a ver com a sondagem

nunca dada por completada dos abismos e tensões do eu, eternamente dividido entre a orgulhosa assunção da sua condição humana e a persistência de uma transcendência interiorizada e com a força do que pertence ao que há de mais enraizado no húmus cultural em que crescemos.

Se Torga, como observa Clara Rocha, se reviu no bispo retratado por Dominguez Alvarez, foi porque nele reconheceu semelhanças flagrantes com a sua própria imagem. E é isso que o poeta vai acentuar ao longo do texto, detendo-se, para a construção do que vem a ser, afinal, o seu auto-retrato, tanto em traços físicos como em traços morais. O leitor familiarizado com o retrato do poeta, a sua alta estatura, a sua figura enxuta, angulosa, os traços vincados do seu rosto longo, como que talhado nas fragas da paisagem natal, não terá dificuldade em seguir o movimento que levou o poeta a projectar-se no bispo de Alvarez. Mas será a familiarização com a sua obra, com os conflitos que a percorrem, sobretudo os que resultam do choque entre as razões da esfera *mundana* e as da esfera *religiosa*, e com questões que lhes andam associadas, como a *salvação* e a *condenação*, que mais ajudará o leitor a adentrar-se verdadeiramente na leitura do poema. A 2.^a estrofe introduz, no texto, o tema da «fê», ou da sua ausência, que se articula com um outro a que aludem os dois últimos versos dessa mesma estrofe, também ele recorrente na poesia torquiana, o da assunção da condenação em desafio a uma teologia que relega para segundo plano a vida na terra.

Referências ibéricas

Nas duas estrofes seguintes, prossegue por parte do poeta a fixação na imagem da condenação, mas a fogueira que a figura acaba por ser trazida, nos versos finais da 3.^a estância, ao plano da imanência, ao plano do “lume” da “lareira”. O poeta, ao concentrar-se nas “brasas da lareira”, desce, por

assim dizer, das alturas alegórico-metafísicas onde se jogam os fins últimos do Homem para a ancestralidade pagã da “fogueira”/ “lareira”. A partir da segunda parte da 4ª estrofe, somos preparados para uma viragem no dramatismo conturbado com que o poema se inicia e se vai desenvolvendo, em sintonia, aliás, com o expressionismo patente no quadro de Dominguez Alvarez, subscritor, não o esqueçamos, de um manifesto dos fins dos anos 20, em que se propunha uma arte que fosse “qualquer coisa que grita, que nos contorce e nos abre a sensibilidade” (cf. Ana Vasconcelos e Melo e Emília Ferreira, folheto que acompanhava a Exposição na Gulbenkian, “Dominguez Alvarez: 770, Rua da Vigorosa, Porto”). Essa mudança vai no sentido de uma *amenidade*, que a estrofe final irá identificar, não sem um subtil toque de ironia, com o carácter “mais humano”, menos dramático da religiosidade portuguesa, quando posta em confronto com a castelhana: “Foi o pintor Alvarez/ Que me pintou tal e qual:/ Inquisidor castelhano/ A fazer um entremez/ Mais humano/ Em Portugal”. Curiosamente, o poeta, como acabámos de ver, para dar conta do seu *drama*, e o situar num contexto peninsular de aguda pertinência quando dialoga, ele que é bem conhecido pela importância que atribui ao contexto ibérico na nossa definição como país, com um pintor que se assumiu “como ibérico nas suas referências artísticas, nas suas deambulações geográficas” (cf. Ana Vasconcelos e Melo e Emília Ferreira, *loc. cit.*), recorre a um símile assente num

género dramático de grande incidência peninsular, o “entremez”, que goza de grande vitalidade em Trás-os-Montes, em representações populares associadas a festividades cíclicas (cf. José de Oliveira Barata, verbete sobre “Entremez”, in *Biblos – Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, 2ª vol., 1997, cols. 292-296), no que é, afinal, o espaço por excelência de enraizamento da sua obra.

Encontro plástico-literário

O encontro de Torga e Alvarez, não obstante as circunstâncias fortuitas que rodearam o aparecimento do poema “O Bispo”, é tudo menos fortuito. Ele aparece-nos, antes, neste ano em que os seus centenários quase coincidem, como o resultado de uma funda identificação dos autores mais representativos do nosso Segundo Modernismo com um pintor que exprimiu preocupações, ansiedades próximas das suas, especialmente lá onde a estranheza, a atracção pelas zonas abissais e mais obscuras da alma humana se diz com as distorções, o dramatismo alucinado, as sombras e as cores carregadas de um Expressionismo que lhes chegou mais por via das artes plásticas e do cinema do que por via literária.

Fernando J. B. Martinho
Presidente da Associação de Críticos Literários

thplace)

Date

ediciu

ado
re



Impressão do indico direito

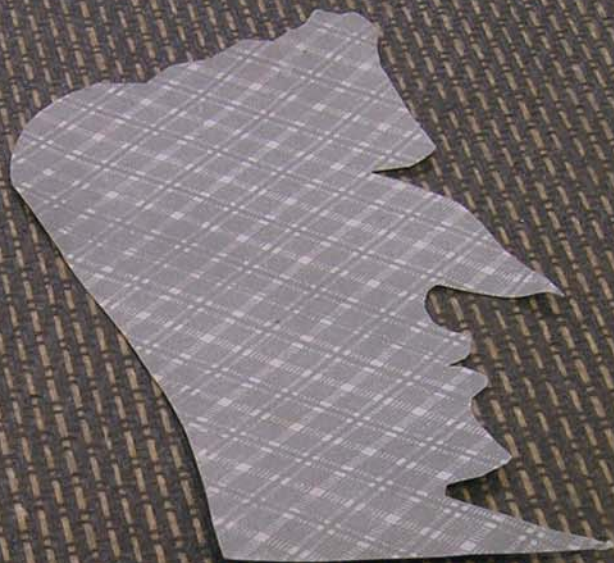
Empreinte indico droit

Print of the right index



ASSINATURA DO PORTADOR (Signature of bearer)

Adrya Francis Green



Miguel Torga e o tempo da Literatura

Com a morte de Miguel Torga, ocorrida faz agora 12 anos, desapareceu não apenas um escritor mas também uma certa forma de viver a literatura em Portugal. A aura de escritor da Pátria, que nele se vinha esboçando pelo menos desde a década de 70, firma-se definitivamente com o advento da democracia. Mesmo sem aparecer na televisão ou sem dar entrevistas desnudantes, Torga transformou-se no património e no contrapeso do regime saído do 25 de Abril. Ao contrário do que alguns esperariam, a sua condição de resistente à ditadura não o fez alinhar em entusiasmos incondicionais, perante a democracia pluripartidária: são múltiplas as reticências e apreensões que espalhou no seu *Diário* e são claras as desconfianças que manteve em relação aos políticos. Interessavam-lhe, sobretudo, os destinos da nação, para a qual sempre desejou o governo dos mais competentes e dos mais honestos; do mesmo modo que defendeu a existência de oportunidades de qualificação cívica e cultural para todos os portugueses. Por detrás desses princípios, adivinha-se o sonho de uma Pátria inteira no tempo: feita de um passado que não podia enjeitar-se e de um presente de perseverança e de trabalho continuado. Nesse quadro se inscrevem, de resto, as grandes reservas à integração europeia, o grande desígnio nacional do regime democrático. Para além dos fumos de prosperidade económica, o escritor temia que essa deriva estratégica levasse ao entorpecimento das nossas qualidades empreendedoras e, a médio prazo, à dissolução das pequenas comunidades político-culturais ou mesmo linguísticas.

Atitude que nasce da terra

Custa-nos já um pouco a entender que Torga tenha podido caldear, de forma tão clara e persistente, práticas artísticas e ideais cívicos, que tenha podido cultivar a literatura de forma tão zelosa e porfiada, sem dela ter feito uma redoma de inocência moral e política. Não foi, evidentemente, um autor panfletário; não foi sequer um escritor comprometido

com uma qualquer orientação partidária. Mas não deixou de ser um escritor interveniente, num tempo em que não chocava sê-lo.

Nessas circunstâncias, que hoje nos parecem já distantes, compreendia-se e valorizava-se nos escritores essa mesma interpenetração, feita de heterodoxia, de vigilância cívica e de inconformismo radical. De Torga, em particular, não poderia esperar-se outra coisa. Em 1934, quando publicou o ensaio intitulado *A terceira voz*, o jovem médico Adolfo Rocha adoptara um nome de missão, consagrando no simbolismo dessa atitude todo um programa ético e estético. O núcleo desse programa era a terra portuguesa, exaustivamente percorrida e inquirida, passo a passo, na sua história e nas múltiplas dimensões da sua geografia. Era ainda, ao mesmo tempo, a celebração de uma independência honrada e pertinaz, conseguida, desde sempre, através da parceria entre o camponês e o aventureiro que, embora partindo por necessidade, conserva sempre a terra-mãe na lembrança e no afecto. A escolha da Literatura para cumprimento desse programa revela, desde logo, uma crença fortíssima no poder da palavra artística. Essa crença, que nos pode parecer desmesurada, tem um momento de génese e um outro de apogeu: nasce com o Renascimento e afirma-se com o Romantismo. De facto, mais do que em qualquer outro escritor do século XX, convergiam em Torga os principais atributos do artista romântico: a independência corajosa e radical, o desalinhamiento em relação ao poder e o desprezo pelos áulicos profissionais, a convicção de falar e de pensar não apenas a tempo mas também do fundo dos tempos e para além deles. Nessa medida, pode dizer-se que Torga assumiu por inteiro e de forma deliberada o papel do artista/profeta e do patriota clarividente, no mesmo plano em que, antes dele, o tinham assumido, em Portugal, Sá de Miranda, Camões, Vieira, Garrett ou Herculano. É, de resto, através desse pequeno cânone que melhor se entrevê a sua *poética da autenticidade*, que o leva a admirar Camilo e Pascoais e a distanciar-se de Eça ou de Pessoa, por exemplo.

Para todos os efeitos, Miguel Torga é, pois, ainda, o escritor do estado-nação. O seu *Diário*, em particular, assume-se como Acta cívica e estética onde, por detrás das inquietudes pessoais, sobressai sempre um lastro melancólico, de incidência colectiva, que constitui, de resto, a marca essencial dos seus escritores de referência.

Literatura mediatizada

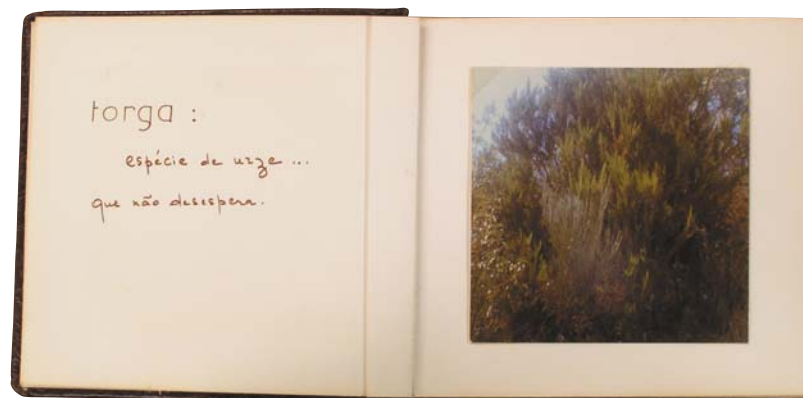
No espaço de pouco mais de uma década, mudou a sociedade e com ela parece ter-se alterado a própria ideia de literatura: o recato do escritor, antes respeitado e valorizado, foi substituído pela constante exposição pública; o livro, de que antes se tinha conhecimento quando se visitava a livraria, é agora anunciado com meses de antecedência, sendo depois objecto de pré-publicações, de sucessivos lançamentos solenes, de notícias laudatórias que se repetem de jornal para jornal. A crítica livre e destemida, que antes andava a par com a criação literária, deu lugar ao elogio estereotipado ou à simples alusão, tantas vezes encomendada. O escritor, por

sua vez, que antes perseguia obstinadamente o ideal da imortalidade, é agora tentado pelo sucesso das vendas. As circunstâncias políticas e económicas induziram profundas alterações ao nível da sua própria consciência identitária e o espaço da Pátria é hoje sentido como demasiado estreito.

Não é este já o mundo de Torga. Não é este o tempo em que os artistas se empenham em criar utopias comunitárias. É bem certo, pois, que, com ele, a 18 de Janeiro de 1995, foi também a enterrar uma ideia de Literatura que atravessou o século XX português.

E, no entanto, descontados os assomos de nostalgia, não faltam ao estudioso motivos de interesse e expectativa. Em face das metamorfoses que assinalam os nossos dias, importa nomeadamente perguntar, com redobrada curiosidade: o que pode restar ainda deste legado de base humanista e romântica? que novo papel poderá caber à Arte da Palavra num mundo de sensibilidade planetária?

José Augusto Cardoso Bernardes
Faculdade de Letras da FLUC



Meu caro Ruben:

ADOLFO ROCHA
MÉDICO ESPECIALISTA
OUVIDOS, NARIZ e GARGANTA
Largo da Portagem, 45-1.º
Telef., 3142
COIMBRA

R. e
Meu caro Dr. Rocha
Tenho a honra de
receber a sua
carta de 22.11.51
e agradeço a
informação
que me dá
quanto ao
tratamento
dos meus
problemas
de audição
e de nariz
e garganta.
Tenho a
esperança
de que a
sua intervenção
seja bem
sucedida.
Com os melhores
cumprimentos,
Ruben



BICHOS ■ MIGUEL TORGA

BICHOS ■ MIGUEL TORGA

BICHOS ■ MIGUEL TORGA

DIÁRIO ■ MIGUEL TORGA

RUA
MIGUEL
TORGA

O MUNDO ■ O QUARTO DIA

O MUNDO ■ O TERCEIRO DIA

O MUNDO ■ OS DOIS PRIMEIROS DIAS

PAU AZIMU | Азирно Кочно ||

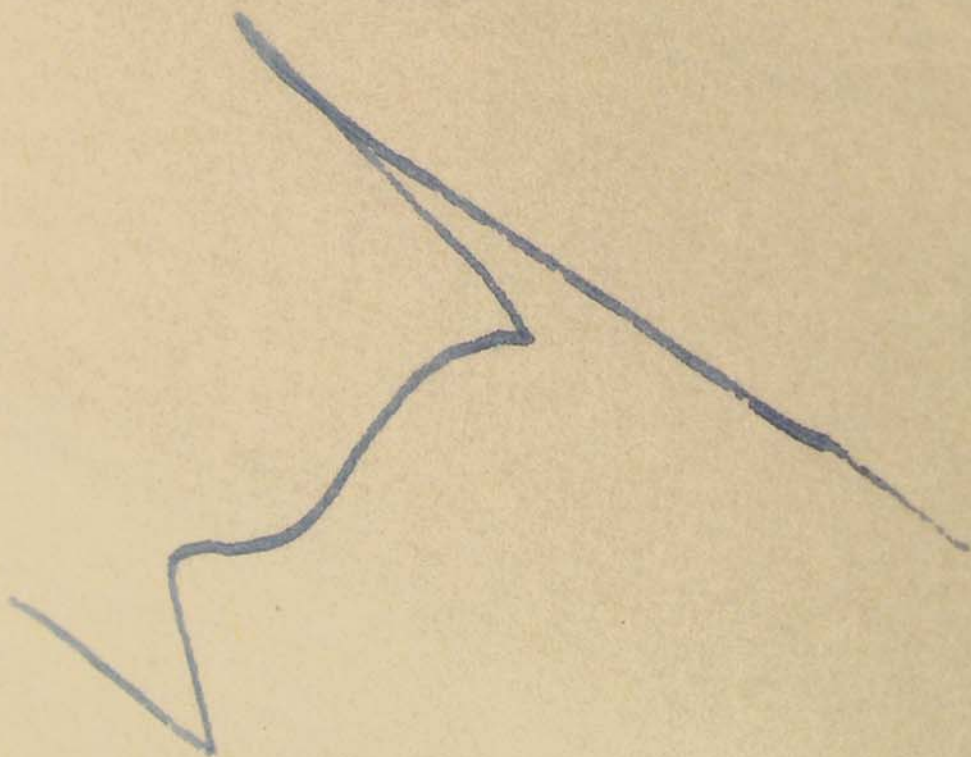
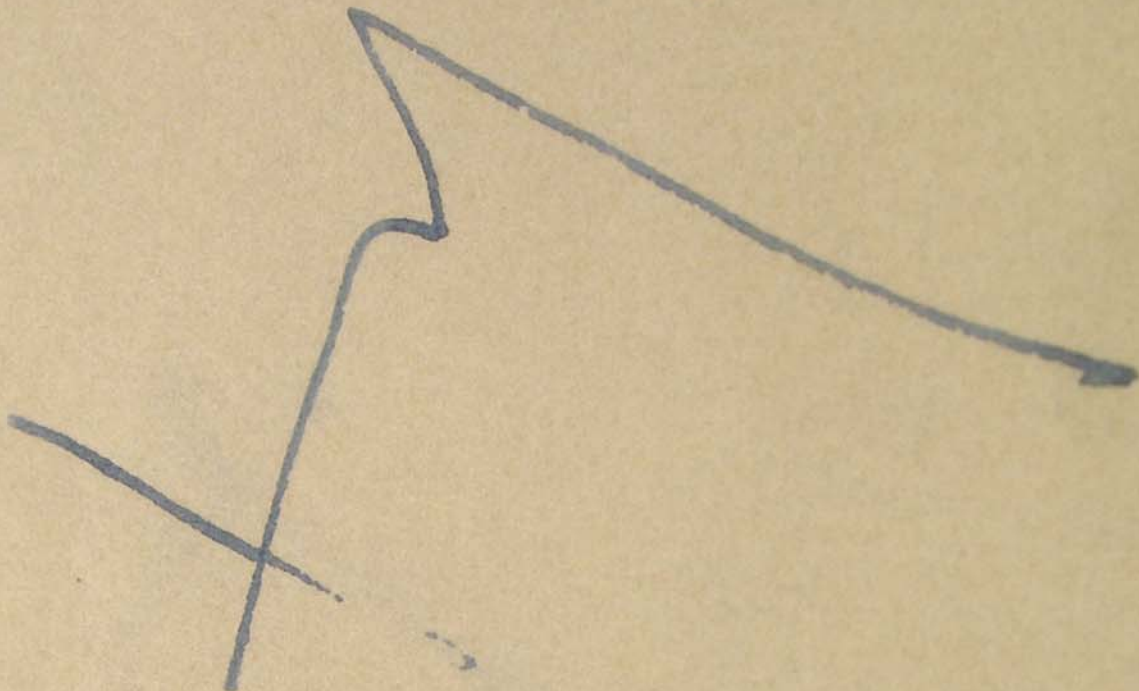
MONTANHA ■ MIGUEL TORGA

ERTIAÇÃO | MIGUEL TORGA

IL SIBI | MIGUEL TORGA

PARAISO | MIGUEL TORGA

SIED |





Fotos: João Armando Ribeiro

[Fotos obtidas do Espólio da Câmara Municipal de Coimbra – Departamento de Cultura – Imagoteca Municipal]

Publicação colecionável.

Parte integrante da *Rua Larga* • Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra.

N.º 15 • Janeiro 2007

Deliberações do Senado

• SESSÃO PLENÁRIA DE 11 OUTUBRO 2006

Deliberação n.º 89 de 27 de Setembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Licenciado em Economia, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 107/2006), foi apresentada pela Faculdade de Economia.

Deliberação n.º 90 de 27 de Setembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Licenciado em Gestão, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 108/2006), foi apresentada pela Faculdade de Economia.

Deliberação n.º 91 de 27 de Setembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Licenciado em Sociologia, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 109/2006), foi apresentada pela Faculdade de Economia.

Deliberação n.º 92 de 27 de Setembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Licenciado em Relações Internacionais, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 110/2006), foi apresentada pela Faculdade de Economia.

Deliberação n.º 93 de 18 de Outubro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Licenciado em Estudos Europeus, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 121/2006), foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 94 de 18 de Outubro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Licenciado em Turismo Lazer e Património, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 122/2006), foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 95 de 18 de Outubro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Licenciado em Jornalismo, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 120/2006), foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 96 de 18 de Outubro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Licenciado em Arqueologia e História, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 119/2006), foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 97 de 18 de Outubro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Licenciado em Serviço Social, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 126/2006), foi apresentada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Deliberação n.º 98 de 18 de Outubro

Aprova o Regulamento a aplicar à contratação de pessoal não docente, em regime de Contrato Individual de Trabalho. A proposta, (Doc. 105/2006), foi apresentada pela Reitoria.

• SESSÃO PLENÁRIA DE 2 NOVEMBRO 2006

Deliberação n.º 99 de 2 de Novembro

Aprova o Regulamento “Nova Reforma e Transição”. A proposta, (Doc. 111/2006), foi apresentada pela Reitoria.

Deliberação n.º 100 de 2 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Licenciado em Direito, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 139/2006), foi apresentada pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 101 de 2 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Direito, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 140/2006), foi apresentada pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 102 de 2 de Novembro

Aprova a proposta de criação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Licenciado em Ciências Bioanalíticas, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 149/2006), foi apresentada pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 103 de 2 de Novembro

Aprova a proposta de criação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Licenciado em Farmácia Biomédica, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 150/2006), foi apresentada pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 104 de 2 de Novembro

Aprova a proposta de criação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Análises Clínicas, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 151/2006), foi apresentada pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra.

Deliberação n.º 105 de 2 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Farmacologia Aplicada, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 152/2006), foi apresentada pela Faculdade de Farmácia da Univ. de Coimbra.

Deliberação n.º 106 de 2 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Tecnologias do Medicamento, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 153/2006), foi apresentada pela Faculdade de Farmácia da Univ. de Coimbra.

Deliberação n.º 107 de 2 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos Integrado conducente ao grau de Mestre em Ciências Farmacêuticas, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 154/2006), foi apresentada pela Faculdade de Farmácia da Univ. de Coimbra.

Deliberação n.º 108 de 2 de Novembro

Aprova a proposta de criação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Biotecnologia Farmacêutica, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 171/2006), foi apresentada pela Faculdade de Farmácia da Univ. de Coimbra.

grau de Mestre em História da Arte, Património e Turismo Cultural, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 236/2006), foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 153 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Geografia Humana – Ordenamento do Território e Desenvolvimento, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 237/2006), foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 154 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Geografia Física – Ambiente e Ordenamento do Território, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 238/2006), foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 155 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de criação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Filosofia, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 239/2006), foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 156 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Comunicação e Jornalismo, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 240/2006), foi apresentada pela Fac. de Letras.

Deliberação n.º 157 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Estudos Artísticos, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 241/2006), foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 158 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de criação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Lazer, Património e Desenvolvimento, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 242/2006), foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 159 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de criação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Estudos Europeus, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 243/2006), foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 160 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Tradução, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 244/2006), foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 161 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de criação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Política Cultural Autárquica, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 245/2006), foi apresentada pela Fac. de Letras.

Deliberação n.º 162 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de criação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Formação de Professores, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 246/2006), foi apresentada pela Fac. de Letras.

Deliberação n.º 163 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos Integrado conducente ao grau de Mestre em Medicina, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 174/2006), foi apresentada pela Fac. de Medicina.

Deliberação n.º 164 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos Integrado conducente ao grau de Mestre em Medicina Dentária, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 175/2006), foi apresentada pela Faculdade de Medicina.

Deliberação n.º 165 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Nutrição Clínica, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 176/2006), foi apresentada pela Faculdade de Medicina.

Deliberação n.º 166 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Patologia Experimental, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 177/2006), foi apresentada pela Faculdade de Medicina.

Deliberação n.º 167 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Licenciado em Desporto e Actividade Física, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 134/2006), foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 168 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Ensino da Educação Física e Gestão Escolar, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 135/2006), foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 169 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao

grau de Mestre em Exercício e Saúde em Populações Especiais, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 136/2006), foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 170 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Lazer e Desenvolvimento Local, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 137/2006), foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 171 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Treino Desportivo para Crianças e Jovens, de acordo com o Decreto-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 138/2006), foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 172 de 6 de Novembro

Aprova a proposta de adequação do Ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Biocinética, de acordo com o Dec.-Lei 74/2006, de 24 de Março. A proposta, (Doc. 163/2006), foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.